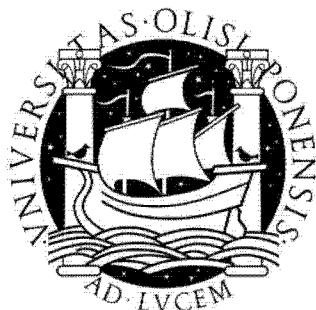


UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Belas Artes



MUSEUS DO DISTRITO DE VISEU

---

Construção de uma Rede de Proximidade

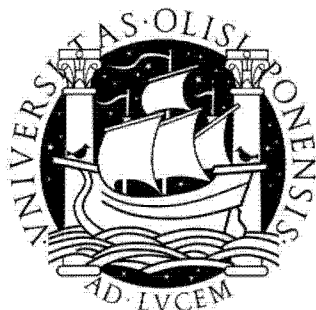
Ana Rita Santos Almeida Martins Antunes

MESTRADO EM MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Belas Artes



MUSEUS DO DISTRITO DE VISEU

---

Construção de uma Rede de Proximidade

Ana Rita Santos Almeida Martins Antunes

MESTRADO EM MUSEOLOGIA E MUSEOGRAFIA

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Luís Jorge Gonçalves

LISBOA | NOVEMBRO 2011

## Agradecimentos

---

Este trabalho é o resultado de um longo processo de investigação e que foi possível devido à colaboração de um vasto conjunto de pessoas, às quais quero agradecer.

Ao orientador, Professor Doutor Luís Jorge Gonçalves, pela extrema capacidade de articulação de projectos, boa disposição, afinado e incansável sentimento positivo e confiança.

Ao Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira, pela revisão da terminologia museológica.

Ao Dr. Gaspar da Costa, Prof. Adélia Conceição da Costa e Dr.<sup>a</sup> Rosa Bessa, por me receberem e simpaticamente me colocarem em contacto com responsáveis de diversos Museus.

Ao Posto de Turismo de Viseu, pelo arranque inicial da lista de contactos das diversas unidades visitadas, em particular às Dr.<sup>as</sup> Isabel Pereira e Fátima Néri.

A todos os responsáveis e funcionários, das unidades museológicas visitadas no distrito de Viseu, sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho **Exmos(as) Srs(as). Drs(as).** Cristina Gomes (Museu Municipal de Castro Daire), Arménio Vasconcelos (Museu Maria da Fontinha), Lurdes (Exposição Etnográfica do Mezio), Carlos Félix (Museu Serpa Pinto), Agostinho Paiva Ribeiro (Museu de Lamego), Alexandra Braga (Museu de Lamego), António Tavares (Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Mangualde), Paulo Moutela (Núcleo Museológico Felmica), Cecília e Fernanda Lisboa (Casa Museu Aquilino Ribeiro e Casa do Aldeão), Sidónio Clemêncio da Silva e Prof. Modesta (Casa Museu do Alvite), Lobato, Elisa e Sérgio Espírito Santo (Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre), Cecília Monteiro (Casa de Santar), Cristina Costa (Paço dos Cunhas de Santar), Patrícia Lopes (Museu Municipal de Oliveira de Frades), Casa da Ínsua, Filomena Sequeira (Museu Municipal de Penedono), Alexandra Braga (Museu Municipal de Resende), Artur Oliveira e Milai (Museu Eduardo Tavares), Pedro Vieira (Núcleo Termal do Balneário Rainha D. Amélia), Sílvia Catarina Almeida (Museu Rural de Carvalhais), Sandra Ferraz (Museu Municipal Camila Loureiro), Padre Cândido Azevedo (Museu Paroquial Padre Cândido), Cristina Vaz (Museu do Imaginário Duriense), Maria das Neves (Museu do Espumante), Filipa Gouveia (Museu Municipal Terras de Besteiros), Susana Tavares (Museu do Caramulo), Orlando Canceiro e Tatiana Canceiro (Museu Rural de Pendilhe), Sérgio Gorjão e Graça Marcelino (Museu Grão Vasco), Filipa Varela Soares Gouveia (Casa de Lavoura e Oficina do Linho), Teresa Tavares (Museu Municipal de Vouzela), e em particular ao Arqueólogo Dr. Evaristo Pinto (Museu Municipal Manuel Soares da Albergaria), ao Inspector Lopes Pires (Museu Etnográfico de Silgueiros) e ao

Museólogo Dr. Alberto Correia (Tesouro da Misericórdia) pelas aprofundadas discussões de conceitos.

Ao Dr. João L. Ribeiro, docente na Universidade do Minho pelo incondicional contributo no apoio à Análise SWOT.

À Rede Portuguesa de Museus pela disponibilidade de cedência de informação, em particular à Dra. Isabel Victor.

E claro, à minha mãe, pela leitura atenta, tradução de textos, apoio infinito e motivação constante; ao meu pai pela incansável companhia nas longas horas de viagem; ao Pedro Martins pelo equipamento fotográfico, apoio moral e ouvinte dos meus receios de investigadora; à minha avó Teresinha pela constante preocupação; à prima Inês e à Inês Gato pelas palhaçadas nas horas difíceis; aos meus irmãos Pedro e Francisco pela ajuda em dactilografia dos textos; à Liliana Cardoso, à Ana Luísa Ferreira e ao Joseph Rodrigues, pela constante partilha de hesitações e convicções e a todos os outros familiares e amigos que acompanharam o meu percurso durante longos meses de preparação e concretização desta investigação/ dissertação.

A Todos Muito Obrigada

A todos os que prezam memórias e respiram consciência patrimonial, numa ideia global, de que todos nós somos responsáveis, por proteger a nossa identidade.

*“Os museus estão em crise, diz-se. Aparentemente nada o faria supor, tendo em conta o crescente ímpeto social para a criação de mais e mais museus. Mas a crise existe, de facto. E não se trata apenas de uma crise conjuntural, crise de crescimento quantitativo e qualitativo, crise virtuosa, portanto. É forçoso admitir que existe também uma crise estrutural, crise de função social, com consequências numa crise de identidade. A hora é de promover a conservação in situ e a realidade virtual.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Luís Raposo - *A acção do Museu Nacional de Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede*, p.91

Introdução	7
<hr/>	
Resumo   Palavras Chave	9
<hr/>	
Abstract   Keywords	
I . Viseu   uma Região e os seus Museus	11
<hr/>	
1.1. Enquadramento Geográfico do Distrito	12
1.2. Uma abordagem cronológica dos Museus do distrito	14
II . Os Museus do Distrito	20
<hr/>	
2.1. Metodologia do Levantamento	21
2.2. Enquadramento Museológico	24
2.3. Espaço e Programação Museológica	32
III. Proposta para uma Rede	65
<hr/>	
3.1. Reflexão Crítica de modelos de redes	66
3.2. Modelo de Rede Distrital de Museus [RDM]	79
3.3. Análise SWOT	89
Síntese Final	97
<hr/>	
Bibliografia	99
<hr/>	

O sentido circunscrito ao tema da dissertação de Mestrado é definido, numa primeira abordagem, a um objecto de investigação, sem que o seu espaço se encontre devidamente identificado e dimensionado.

A escolha é justificada pelas características híbridas e únicas que o meu distrito natal admite em si, revelando-se um conjunto heterogéneo e estratificado da malha museológica nacional.

Identificaram-se algumas incógnitas e percursos associados à forma como a gestão se processava nas unidades museológicas do Distrito de Viseu, num interesse final de elaborar sugestões que justificassem assim o tema da dissertação.

As diversas visitas efectuadas contribuíram de forma nuclear para a listagem e análise das interrogações colocadas e dos caminhos a seguir. De forma elucidativa, partindo do núcleo como objecto de estudo, expande-se a abordagem, e de forma estrutural, os objectivos são delimitados.

A definição da investigação vai integrar o registo e a análise de todas as unidades museológicas existentes no Distrito, por forma, a perspectivar uma malha que as interligue entre si, no sentido vital de desenvolvimento. A ideia seguinte e final, consistiu na aprovação do orientador, Professor Doutor Luís Jorge Gonçalves, em direccionar a investigação, num contexto real de rede distrital / comunitária.

No primeiro capítulo desenvolvem-se factores sociais, económicos e culturais da realidade do objecto de estudo – o Distrito de Viseu e é iniciada a primeira abordagem das unidades museológicas registadas, apresentada num painel cronológico e contextualizado do seu aparecimento/ criação.

*“O museu é um confronto de metamorfoses”* que se transformam, se ramificam, se estruturam e possibilitam um infinito número de conceitos, expressões, e manifestações. A sociedade é confrontada com a abertura de museus, que observados mediante parâmetros legislativos, seriam espaços demarcados ao abate. Contudo, são estas estruturas, com condições mínimas à sua existência, que combatem, nos bastidores, o contínuo aumento da desertificação, de zonas interiores do país.

O segundo capítulo expõe de forma aprofundada a metodologia da investigação, que nos apresenta a estrutura referencial adoptada, para a recolha dos dados. Neste mesmo capítulo a informação adquirida vai ser tratada, seleccionada e estruturada mediante a

análise de todos os parâmetros gerais e específicos da criação de um museu, campos onde se aplicam conceitos museológicos, capazes de indicar falhas e permitir organizar directrizes de resposta. Neste capítulo o leitor fica inteirado da realidade museal registada no distrito, suas falhas e benefícios.

Por fim, o terceiro capítulo estrutura o projecto da rede, como orgânica mediadora de qualidade e garantia, de unidades mais activas, culturalmente empreendedoras e disponíveis para a cooperação e espírito comunitário.

Os resultados obtidos confirmam a urgente necessidade e importância em agir de forma a ser implementada no distrito, uma rede de proximidade entre os diversos museus já criados, com a abertura necessária de aceitação das diferenças e dispostos a viabilizar um projecto de natureza complexa e diversificada, aplicável a outros museus ou colecções visitáveis. Uma rede dotada de recursos técnicos e humanos que vão admitir uma dimensão variável e organizada funcionalmente, de forma a cumprir a descentralização territorial.

Uma gestão museológica activa e exigente, que englobe em si mesma, uma aplicação de estruturas de design, conscientes e sustentáveis, nas suas mais diversas manifestações, capazes de preencher falhas, e possibilitarem conexões dinâmicas e visionárias para um futuro próximo.

O Distrito de Viseu possui um vasto e diversificado património museológico, construído numa expressão de “estruturas museu”, não credenciadas. O desconhecimento da existência de muitas delas conduziu a concretização deste trabalho. Foi feito um levantamento exaustivo dos museus, núcleos e unidades museológicas dos 24 Concelhos do Distrito e efectuou-se um registo integral da cada unidade procedendo-se à análise museológica e museográfica.

A interligação de todas estas unidades numa possível “rede” de proximidade, onde a partilha de objectivos, serviços, recursos e saberes fosse um desejo comum, pautou a restante investigação e deu esteio ao desenrolamento do trabalho.

A proposta para uma Rede de proximidade Territorial (Distrital), com um design sustentável e a implementação de um plano de gestão integrada, onde a preservação do património, valorização e divulgação engrandecesse as comunidades e proporcionasse a criação de mentalidades mais estruturadas e cidadãos culturalmente mais envolvidos, ultimou a investigação.

## Palavras Chave

---

Distrito de Viseu | Museu | Rede | Gestão | Design | Comunidades

## Abstract

---

The District of Viseu has a rich and diverse heritage museum, built in an expression of "structures museum," not accredited. Lack of knowledge about many of them, led the implementation of this work.

An exhaustive survey of the 24 units of the District and a full record of each unit was made, proceeding to the analysis museum.

The interconnection of all these units in a proximity "network" where the sharing of objectives, services, resources and knowledge, became a common desire, guided the research

The proposal for a Territorial Network (District), with a design of proximity and the implementation of an integrated management plan, where heritage preservation, enhancement and dissemination enlarge the community and provide the creation of minds more structured and more culturally involved citizens, completed the investigation.

## Keywords

---

Viseu (District) | Museum | Network | Management | Design | Communities;

## I . VISEU – Uma Região e os seus Museus

---

11

---

### 1.1 Enquadramento Geográfico do Distrito

### 1.2 Uma abordagem cronológica dos Museus do distrito

## 1.1. Enquadramento Geográfico do Distrito

---

O Distrito de Viseu localiza-se na Região Administrativa do Centro de Portugal Continental, a sul do Rio Douro entre os distritos da Guarda a oriente, o distrito de Aveiro a ocidente e o distrito de Coimbra a sul. Com 5.007 Km<sup>2</sup> de superfície, abrange 24 concelhos.<sup>1</sup>

A localização geográfica dos concelhos é apresentada no mapa abaixo, de forma a tornar mais perceptíveis possíveis fluxos das Unidades Museológicas.



Mapa 1 | Distribuição Geográfica dos Concelhos do Distrito Viseu

---

<sup>1</sup> Os 24 concelhos do distrito são Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Sta. Comba Dão, São João da Pesqueira, S. Pedro Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova Paiva, Viseu e Vouzela.

A capital do Distrito de Viseu é a cidade de Viseu, que remonta aos tempos proto-históricos com origem no núcleo castrejo. No século V d.C., com o domínio suevo, há registos históricos de se chamar Viso. Em 569, já Viseu era cidade episcopal.<sup>2</sup>

Na primeira metade do século XVI, Viseu e a região foram, um importante centro de cultura artística, particularmente nos domínios da pintura. O apogeu dessa Escola de Viseu é bem ilustrado por Gaspar Vaz e Vasco Fernandes, conhecido por Grão Vasco.<sup>3</sup>

Hoje o distrito, demograficamente, caracteriza-se por uma população envelhecida gradualmente com a agravante de ter diminuído a população residente. A população com idades inferiores a 15 anos baixou consideravelmente, o que desencadeou um aumento da população activa. De acordo com as estimativas do I.N.E de 1991, foram registados 401.871 habitantes.<sup>4</sup>

Ao nível socioeconómico, o distrito regista profundas assimetrias entre os concelhos rurais, com elevada percentagem da população no sector primário, e os concelhos urbanos de Viseu e Lamego já dependentes do sector terciário. Comparativamente a Portugal, verifica-se uma menor percentagem da população no sector terciário, cerca de 40% em Viseu para 52% em Portugal. No que respeita aos Grupos de Profissões, a maior percentagem vai para "Trabalhadores da Agricultura" com 26,7%, "Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos" com 19,7% e "Trabalhadores não qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços" com 18,9%.<sup>5</sup>

No sector educativo tem existido uma forte melhoria e de acordo com a Direcção Regional de Educação, estavam matriculados cerca de 79.376 alunos em diversos estabelecimentos do Distrito. Até ao ano escolar de 1990/1991, registou-se um acréscimo da população escolar, em todos os níveis de ensino e o encerramento de muitas escolas do 1º. Ciclo, nos concelhos mais rurais do Distrito.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> <http://viseu2.com.sapo.pt/caracterizacaodistritoviseu.htm>

<sup>3</sup> *Idem*

<sup>4</sup> *Ibidem*

<sup>5</sup> *Ibidem*

<sup>6</sup> *Ibidem*

## 1.2. Uma abordagem cronológica dos Museus do distrito

---

No distrito de Viseu, o programa patrimonial da 1ª. República teve competências com a criação dos museus de Viseu e Lamego, procurando recuperar sucessivos vandalismos ao património artístico e integrar preocupações (...) “*de divulgação da cultura entre as massas como qualquer coisa de urgente e de vital para o progresso e a própria sobrevivência da Nação*” (...)<sup>7</sup>. E numa tentativa de modernização do Estado, cria-se uma rede de museus do Estado, os Museus Nacionais.

Os museus eram considerados uma forte componente do ensino artístico e um elo fundamental na consolidação da educação. Uma República dignamente pedagógica fomenta que a reforma dos museus acompanhe as reformas da educação. Mas contrariamente ao que se possa pensar, as boas intenções, estão longe de ser concretizadas e “*como nos diz Oliveira Marques, o grande mérito da república esteve em fornecer a legislação e o enquadramento indispensáveis para uma revolução cultural em Portugal, (que) a escassez de verbas sempre impediu (...)*”.<sup>8</sup>

Com o interesse da descentralização, os Museus Regionais são (...) “*vistos como a solução ideal para a disseminação das obras de arte, com o que só teria a lucrar a educação regional do povo e a riqueza pública geral e local, além de serem, ainda, um inegável atractivo para o “tourist” nacional e estrangeiro*” Como notou Coutinho Gouveia foi a partir desta base legislativa (Decreto Nº1 de 26 de Maio de 1911) [que] irão ser criados no País, entre 1912 e 1924, treze «museus regionais», na maioria resultantes de organismos congéneres provindos já do período anterior, enquadrados agora numa política museológica mais coerente”.<sup>9</sup>

No processo de estruturação destes museus, estão ainda associados dois diplomas do Governo da República: “*a lei de separação do Estado das Igrejas (1911) que decretou acerca da propriedade e encargos dos edifícios e bens e do destino dos edifícios e bens e a lei que regulou as expropriações por entidade pública e urgente (1912), nomeadamente, as expropriações necessárias para a instrução pública (bibliotecas e*

---

<sup>7</sup> Cit. por Paulo Oliveira Ramos, **Breve História do Museu em Portugal**, p.44

<sup>8</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>9</sup> Cit. por Paulo Oliveira Ramos, **Breve História do Museu em Portugal**, p.46

*museus) e salvaguarda do património artístico (monumentos históricos ou antiguidades nacionais) quando na posse de entidades que não cuidassem da sua conservação.*<sup>10</sup>

O anticlericalismo da 1ª. República considerava, que todos têm o direito a instrução, sem que para isso, seja a igreja a controlar e a dar instruções ao povo. Pretende-se criar cidadãos activos e letrados e nesta sequência o primeiro registo de um Museu no distrito de Viseu remonta a 1916, com a criação do *Museu Grão Vasco*. A escolha do patrono não é inocente pois marca o símbolo de uma época. Os bens da Diocese são Nacionalizados e a colecção, proveniente do Paço Episcopal, vão integrar o acervo original do museu.

O mesmo acontece em Lamego em 1917 com a Colecção Episcopal situada no Paço, que dá origem ao *Museu de Lamego*. No enquadramento da fundação da 1ª. República surgem os primeiros museus do distrito, que ficaram dependentes do poder central, curiosamente sendo dois museus criados a partir de duas colecções, das Sedes Episcopais das Dioceses de Lamego e Viseu. E nos nossos dias continuam a ser os únicos dependentes do IMC.<sup>11</sup>

A intenção da instrução não era inócua e não deixa, contudo, de ser mascarada, tornando-se uma forma subtil de controlar a sociedade. O sistema “oferece” a instrução primária, mas apenas para construir classes operárias formadas, sem que isso os torne cidadãos com possibilidade de ascensão social.

É nestes parâmetros que, os museus promovem a instrução sendo também a consequência dos subterfúgios da sociedade e de uma república de burgueses. Estes espaços surgem como resposta democrática, porque o país precisa de pontos de

---

<sup>10</sup> Cit por Paulo Oliveira Ramos, **Breve História do Museu em Portugal**, p.46

<sup>11</sup> “O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. (IMC) é um organismo do Ministério da Cultura criado em 2007 no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). Na sequência de um amplo processo de reorganização das tutelas de diferentes áreas do património, o novo Instituto integrou os anteriores, Instituto Português de Museus e Instituto Português de Conservação e Restauro, assim como a Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus. Por outro lado, alargou o seu universo de atribuições ao património imaterial que, há décadas, não dispunha de enquadramento institucional no âmbito do Estado português. O IMC integra 28 museus e 5 Palácios Nacionais, instituições de referência patrimonial espalhadas por praticamente todas as regiões do País (...). Preservar e valorizar estes objectos únicos, garantindo que as gerações futuras poderão continuar a fruí-los, é a principal preocupação do Instituto que se materializa em programas de qualificação e ampliação dos espaços museológicos, em actividades sistemáticas de prevenção e gestão de riscos, de conservação e restauro de colecções”. In URL [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/o\\_imc/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/o_imc/ContentDetail.aspx) www.ipmuseus.pt

desenvolvimento. Contudo, não vão deixar de se tornar uma “cultura de Elites”, onde a pedagogia e a acessibilidade que neles deveria ser intrínseca, vai provocar um divórcio declarado com o povo. Estes Museus da Rede Regional, como o de Viseu e o de Lamego, inseridos em zonas eminentemente rurais, são instituições de “costas voltadas” para as comunidades. O país e os sistemas ainda conservadores, não se revêem nos ideais da república, que está demarcadamente direccionada para os centros urbanos, como Lisboa. No fundo conclui-se que, o próprio sistema, nunca chegou a ser verdadeiramente democrático.

Só em 1959 é que o distrito volta a ter um novo museu. *O Museu do Caramulo*, fruto de iniciativa privada, com colecção de arte, pertença dos seus fundadores e que vem, posteriormente, a integrar a vertente automóvel. A sua criação vai surgir como uma resposta activa à rápida desertificação da zona do Caramulo. O Caramulo surge em 1921 na vertente sul da Serra do mesmo nome, pela iniciativa de um médico, Jerónimo de Lacerda. Cria a maior estância sanatorial do País e da Península Ibérica para dar resposta a tratamentos a tuberculosos. Uma empreendedora e magnífica obra urbanística dotada de infra-estruturas únicas em Portugal, naquela época.<sup>12</sup>

Coube a Abel e João de Lacerda (filhos de Jerónimo de Lacerda), cientes de que o progresso da medicina e a conseqüente cura para a tuberculose, ditaria o fim do Caramulo enquanto centro de tratamento, iniciar (...) *“a procura de ideias que assegurem a sobrevivência da sua terra e a continuação da obra herdada. Decidem programar a transformação das estruturas existentes em turismo de altitude e retirar ao nome Caramulo o epíteto de doença, convertendo o cenário serrano em pólo de atracção cultural e artística”*.<sup>13</sup>

A paixão pela arte, característica de Abel de Lacerda vai permitir, apesar dos escassos recursos, coleccionar obras e desenvolver relações com artistas e coleccionadores. *“Em 1953(...), tem a ideia utópica de criar, no nosso país, com características absolutamente originais, um museu de coleccionadores amantes das artes plásticas”*.<sup>14</sup> Morre num trágico acidente, contudo a dinâmica e a energia geradas já haviam sido impulsionadas *“(...) e em 1958, amigos e doadores criam a Fundação Abel de Lacerda e dão personalidade jurídica à sua vontade. Em 1959, com o estatuto de utilidade pública, é*

---

<sup>12</sup> Textos cedidos pelo Museu do Caramulo - Fundação Abel de Lacerda, p.1 (s.d.)

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem* p.1

<sup>14</sup> Textos cedidos pelo Museu do Caramulo - Fundação Abel de Lacerda, p.2 (s.d.)

*inaugurado, com pompa e circunstância, o Museu do Caramulo, Fundação Abel de Lacerda, que vem acrescentar ao património nacional um valor inestimável*".<sup>15</sup>

O Museu do Caramulo, inserido em plena sociedade do Estado Novo, vai assentar num conjunto coerente baseado numa “*restauração material, restauração moral, restauração nacional*”, preconizada por António de Oliveira Salazar<sup>16</sup>. O país virado para si e esmagado por uma forte componente política e religiosa onde o Clero volta a ganhar poder. As fronteiras fecham, o ensino deixa de ser importante e até ao final do regime impera a ditadura.

Após o 25 de Abril de 1974, são concretizadas grandes reformas no sistema educativo e os museus avançam das vertentes elitistas, meramente expositivas, para vertentes educativas, mais próximas do povo. No distrito, só a partir da década de 80, se inicia um novo impulso para a criação de espaços museológicos, existindo uma maioria de museus de criação municipal e também alguns de acção privada e associativa.

Com iniciativa pública, surge, em 1980, o *Museu Municipal de Castro Daire*; com iniciativas privadas surge em 1984 o *Museu Maria da Fontinha (Castro Daire)* e a *Casa Museu Aquilino Ribeiro* e a *Casa do Aldeão* (Moimenta da Beira) em 1988.

A cronologia dos museus dá um salto até à década de 90 com a criação em 1994 do *Museu Etnográfico de Silgueiros (Viseu)* e do *Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim (Nelas)*, ambos de iniciativa privada.

A sociedade da última década, quando preenchidas um conjunto de infra-estruturas básicas, (saneamento, acessos, alimentação), recorre a uma conseqüente política museológica no sentido de recuperar a memória. Os últimos 15/16 anos vão ser delimitados por um “*boom*” de Museus no distrito.

Em 2000, a *Casa Museu do Alvite* (Moimenta da Beira) de acção associativa, em 2001 o *Núcleo Termal do Balneário Rainha D. Amélia* (São Pedro do Sul) de tutela privada a *Exposição Etnográfica do Mezio* (Castro Daire) de cariz associativo e o Museu Municipal de Oliveira de Frades de tutela camarária. Em 2002, o *Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre* (Moimenta da Beira) de acção associativa e o *Núcleo Museológico Felmica* (Mangualde) de acção privada. Em 2003 a criação do *Museu Eduardo Tavares*

---

<sup>15</sup> Textos cedidos pelo Museu do Caramulo - Fundação Abel de Lacerda, p.2 (s.d.)

<sup>16</sup> Oliveira de Salazar (1937) Cít. Por Margarida Acciaiuoli, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes «Restauração» e «Celebração»*, Tese de Doutoramento apresentada à UNL, 1991, vol.1, p.4 texto policopiado.

(São João da Pesqueira), e do *Museu Serpa Pinto* (Cinfães), em 2004 o *Museu Municipal Camila Loureiro* (Sátão), todos de tutela pública com administração local.

O *Museu Municipal de Vouzela* em 2005, com administração camarária. Em 2006 o *Museu Rural de Carvalhais* (São Pedro do Sul) de acção associativa e o *Museu Municipal de Resende* de tutela camarária. No ano de 2007 o surgimento do *Museu Municipal Manuel Soares da Albergaria (Carregal do Sal)* e do *Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada* (Carregal do Sal) com gestão da autarquia, do *Museu do Espumante* (Tarouca) de iniciativa privada e do *Tesouro da Misericórdia* (Viseu) de tutela da Santa Casa da Misericórdia de Viseu. Em 2008 a criação do *Museu Municipal de Penedono*, e em 2009 os *Museus Casa de Lavoura e Oficina do Linho* (Viseu), o *MIDU – Museu do Imaginário Duriense* (Tabuaço), e o *Museu Rural de Pendilhe* (Vila Nova de Paiva) todos de tutela camarária. Em 2010 surge o *Museu Terras de Besteiros* (Tondela) de tutela camarária e em 2011 e o *Museu Paroquial Padre Cândido* (Sernancelhe) pertencente à paróquia.

O século XXI, proporcionou a criação de um conjunto de unidades museológicas, inseridas em pequenas comunidades, como forma de dinamizar e permitir a integração dos muitos cidadãos. Grande parte destes espaços não possui as condições mínimas para ser credenciado como museu, oferecendo contudo infra-estruturas essenciais propensas a fomentar a preservação de memórias e criar uma maior interacção social e cultural.

[1]. [Quadro Síntese] cronologia<sup>17</sup>

1916	Museu Grão Vasco
1917	Museu de Lamego
1959	Museu do Caramulo
1980	Museu de Castro Daire
1984	Museu Maria da Fontinha
1988	Casa Museu Aquilino Ribeiro
1988	Casa do Aldeão
1994	Museu Etnográfico de Silgueiros
1994	Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim
2000	Casa Museu do Alvite
2001	Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia
2001	Exposição Etnográfica do Mezio
2001	Museu Municipal de Oliveira de Frades
2002	Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre
2002	Núcleo Museológico Felmica
2003	Museu Eduardo Tavares
2003	Museu Serpa Pinto
2004	Museu Municipal Camila Loureiro
2005	Museu Municipal de Vouzela
2006	Museu Rural de Carvalhais
2006	Museu Municipal de Resende
2007	Museu Municipal Manuel Soares da Albergaria
2007	Núcleo Museológico Lagar de Varas de Parada
2007	Museu do Espumante
2007	Tesouro da Misericórdia
2008	Museu Municipal de Penedono
2009	Casa de Lavoura e Oficina do Linho - Museu Etnograf.
2009	Museu do Imaginário Duriense
2009	Museu Rural de Pendilhe
2010	Museu Municipal Terras de Besteiros
2011	Museu Paroquial Padre Cândido

<sup>17</sup> No quadro síntese é apresentada a cronologia dos Museus do Distrito, à excepção da Casa de Santar (Nelas), do Paço dos Cunhas de Santar (Nelas) e da Casa da Ínsua (Penalva do Castelo), por se tratar de casas senhoriais, não existindo uma data precisa do início das visitas facultadas ao público.

## II . Os Museus do Distrito

---

20

2.1 Metodologia do Levantamento/ Investigação

2.2 Enquadramento Museológico

2.3. Espaço e Programação Museológica

## 2.1 Metodologia do Levantamento

---

O distrito é uma malha diversificada e foge a uma tipologia estanque. Não podemos assumir que só a norte do distrito vamos identificar Unidades Museológicas com determinadas características e no sul não as encontraremos. A mancha de museus expande-se de forma incerta, respondendo a diferentes áreas administrativas bem como a diferentes áreas regionais de turismo, ligadas, apenas, pelo distrito a que pertencem. Sendo um distrito complexo e pouco homogéneo do ponto de vista cultural, e, não havendo um cadastro da realidade museológica global, este trabalho pautou-se pelo seguinte:

1. A delimitação do objecto de estudo, o Distrito de Viseu, foi o primeiro passo para a estruturação da investigação. Perceber a realidade de uma zona do interior do país na tentativa de projecção de políticas activas, em terras onde os contrastes são de larga escala. A escolha do objecto tornou-se óbvia, pois sendo Viseu, a minha cidade natal, queria ter um conhecimento mais aprofundado da realidade museológica do distrito.
2. Recolha de informação, junto do Posto de Turismo de Viseu, na tentativa de reunir o maior número de contactos das unidades museológicas existentes. Esta etapa levantou questões, no que respeitava as diferentes áreas regionais de turismo, que por conseguinte, não permitia o registo de todos os concelhos do distrito. Desencadeou uma fase de contactos telefónicos com a autarquia de cada concelho, e quando necessário com as respectivas Juntas de Freguesia.
3. Elaboração de um questionário tipo (em apêndice), para o registo de dados respeitantes à orgânica de funcionamento, recursos materiais e humanos e à gestão de cada unidade museológica. Dados que futuramente fossem objecto de análise de forma a efectivar diversas conclusões sobre a aplicação das políticas museológicas, dos recursos disponibilizados por cada museu e quais os modelos de divulgação existentes. De uma forma generalista, esta base de trabalho, permitir-nos-á construir um grupo consistente de conclusões que eventualmente poderão trazer soluções activas e imediatas para a resolução de problemas estruturais.

4. Marcação antecipada das visitas, com o interesse primordial de ser atendida pelos responsáveis de cada unidade, garantido um conjunto de respostas mais completas e fidedignas. Construção de um cronograma de visita, a fim de estruturar hipóteses mais rentáveis de deslocação.
5. Visita às unidades em registo e, sempre que permitido, efectuar um arquivo fotográfico (em apêndice) dos espaços do museu. A impossibilidade de observar algumas delas, deveu-se ao seu encerramento para obras ou por, apesar de reiterados pedidos, não ter sido dada qualquer resposta. Apesar disso, esta etapa teve o mérito de assinalar unidades das quais praticamente não havia conhecimento. Assim, das 44 unidades registadas apenas foi possível estudar 34, amostra circunscrita para a aplicação do estudo da investigação.
6. Os dados recolhidos, permitiram a criação de uma ficha técnica de cada uma, apresentada de forma mais completa, em apêndice, sobre todas as políticas museológicas facultadas e observadas. Esta ficha expõe aspectos respeitantes à história da colecção, às temáticas expostas e à gestão aplicada por cada unidade museológica. De uma forma mais aprofundada a ficha explora ainda aspectos respeitantes ao plano museológico e museográfico (circuitos museográficos, organização expositiva, propostas de encenação, equipamentos e comunicação).
7. Criação de uma base de dados, que permitiu estabelecer comparações reais e criar estratégias de análise e argumentação ilustrativas de diversas realidades do interior. O processo de investigação é complexo, mas não deixa de ser uma malha organizada com núcleos específicos que vão ser factores orientadores no encontro de soluções pertinentes, capazes de gerar evolução, reestruturação e novas políticas de gestão; a criatividade na forma como organizamos os espaços ou, simplesmente, como os divulgamos, a introdução de novas actividades consistentes e motivadoras que possam ser adaptadas a diferentes unidades, a implementação de políticas que permitam agrupá-las de forma holística, criando um conjunto com mútuos interesses de expansão e de exemplaridade. Espaços que precisam de ser questionados e de uma reflexão sobre o modo de transformação das fraquezas em pontos fortes e das ameaças em oportunidades, para optimização do que é verdadeiramente *nosso*, no fundo, para um resultado mais inteligente e promissor.

[2]. [Quadro Síntese] registo de todas as unidades museológicas do Distrito de Viseu.

Armamar	
Carregal do Sal	Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria
	Núcleo Museológico . Lagar de Varas de Parada
Castro Daire	Museu Municipal de Castro Daire
	Museu Maria da Fontinha
	Exposição Etnográfica do Mezio
	Museu de Almofoala
	Museu Etnograf. do Rancho Folc. "As Morenitas de Alva"
Cinfães	Museu Serpa Pinto
Lamego	Museu de Lamego
Mangualde	Núcleo Museológico Felmica
Moimenta da Beira	Casa Museu Aquilino Ribeiro
	Casa do Aldeão . Soutosa
	Casa Museu do Alvite
	Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre
	Eco-museu de Segões
Mortágua	
Nelas	Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim
	Casa de Santar
	Paço dos Cunhas de Santar
Oliveira de Frades	Museu Municipal de Oliveira de Frades
Penalva do Castelo	Casa da Ínsua
Penedono	Museu Municipal de Penedono
Resende	Museu Municipal de Resende
Santa Comba Dão	
São João da Pesqueira	Museu Eduardo Tavares
	Museu de Trevões
São Pedro do Sul	Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia
	Museu Rural de Carvalhais
Sátão	Museu Municipal Camila Loureiro
Semancelhe	Museu Paroquial Padre Cândido
	Museu Monográfico do Ex-Voto . Lapa
Tabuaço	Museu do Imaginário Duriense
Tarouca	Museu do Espumante
Tondela	Museu Municipal Terras de Besteiros
	Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda
Vila Nova de Paiva	Museu Rural de Pendilhe
Viseu	Museu Grão Vasco
	Museu Almeida Moreira
	Tesouro da Misericórdia
	Tesouro da Sé
	Seminário Maior
	Museu Etnográfico de Silgueiros
	Casa de Lavoura e Oficina do Linho - Museu Etnograf.
Museu Etnográfico de Vila Chã de Sá	
Eco-museu de Torredeita	
Vouzela	Museu Municipal de Vouzela

Concelhos que não admitem qualquer Unidade Museológica

Unidades Museológicas que não foram visitadas por impossibilidade logística.

## 2.2. Enquadramento Museológico

---

Na sequência do trabalho de campo, foram registadas 44 Unidades Museológicas e visitadas apenas 34, entre Novembro de 2010 a Maio de 2011. As 34 unidades, distribuídas de forma irregular pelo distrito, encontram-se em 21, dos 24 concelhos.

A malha museológica foi avaliada, tendo em conta a Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 de 19 de Agosto<sup>18</sup>, como mais à frente se irá desenvolver. As unidades museológicas foram divididas em 5 Categorias Tipo, **Colecção Visitável**, **Reserva Visitável**, **Núcleo**, **Museus que não Integram a RPM**<sup>19</sup> e **Museus credenciados pela RPM**. Apesar da categoria atribuída, cada espaço será sempre mencionado como se auto-designa, para facilitar uma melhor leitura e respeitando a tradição da sua classificação.<sup>20</sup> De uma forma transversal esta categorização dos espaços, vai definir a conjuntura dos museus do distrito e por arrastamento a realidade das Unidades afectas a zonas interiores. Ressalva-se que na maioria dos espaços que se auto designam como museus, integram uma logística municipal. A Câmara Municipal, considerada como uma infra-estrutura com diferentes serviços, pode contribuir para preencher as necessidades básicas do museu. Nesta óptica, as unidades museológicas vão tirar partido do edifício e serviços integrados nas autarquias de que dependem. Por consequência, muitas das Unidades não credenciadas pela RPM, acabam por preencher serviços básicos, precisamente porque se encontram acopladas a uma unidade camarária.

---

<sup>18</sup> LEI nº 47/2004. D.R. I Série A. 195 (2004-08-19) 5379-5394

<sup>19</sup> “A Rede Portuguesa de Museus é um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus. A Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus foi criada na dependência do Instituto Português de Museus pelo Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 17 de Maio. As suas actividades ao longo deste período deram corpo às atribuições que lhe foram cometidas naquele despacho, designadamente a definição do modelo da Rede Portuguesa de Museus, a concepção e a aplicação do Regulamento de Adesão à RPM, a criação e a execução de programas de apoio técnico e financeiro à qualificação de museus e a promoção de acções de formação. (...)”

**Objectivos** | A valorização e a qualificação da realidade museológica nacional; A cooperação institucional e a articulação entre museus; A descentralização de recursos; O planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus; A difusão da informação relativa aos museus; A promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas; O fomento da articulação entre museus.” <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>

<sup>20</sup> A auto-designação de cada Unidade Museológica pode ser consultada no quadro síntese da página 23

### 2.2.1. Categorias Museológicas

As categorias, Coleção Visitável e Museu surgem para a definição de cada uma das unidades visitadas e têm como base os artigos 3.º e 4.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 de 19 de Agosto.<sup>21</sup> Na categoria de Coleção Visitável, foram previstas 3 vertentes, como forma mais específica de integração de cada unidade museológica.

A **Coleção Visitável** propriamente dita que, segundo o artigo 4.º da referida lei, se considera, “*o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei, estabelece para o museu*”.<sup>22</sup>

O conceito de **Reserva Visitável** que integra espaços devidamente preparados que permitem a visita regular dos públicos. Estes espaços assumem equipamentos de exposição equiparados a espaços de salvaguarda, contudo o programa museológico é reduzido e não apresenta um discurso narrativo, mas sim um conjunto de peças representativas da mesma temática. Existe um esforço de programação científica contudo não reúne os requisitos mínimos que permitem caracterizá-lo como museu.

O conceito de **Núcleo** surge adjacente a espaços museológicos que dependem de um museu, e que integram uma parte mais específica do seu discurso.

Na categoria de **Museu**, vão ser expostas duas realidades: museus que reúnem, parte das exigências de funcionamento, sem preencherem a totalidade dos requisitos para serem credenciados; numa outra perspectiva, os museus que avaliados segundos os parâmetros de qualidade delimitados pela RPM, preenchem a totalidade dos requisitos necessários para se tornarem credenciados.

Considera-se **Museu** a instituição que preencha os requisitos previstos pelo artigo 3.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 de 19 de Agosto.<sup>23</sup>

Um grupo restrito desta categoria é credenciado pela RPM e responde positivamente ao cumprimento de todas as funções Museológicas enunciadas nos Artigos 7.º ao Artigo

---

<sup>21</sup> LEI nº 47/2004. D.R. I Série A. 195 (2004-08-19) 5379-5394

<sup>22</sup> *Idem*

<sup>23</sup> *Idem*

53.º da mesma Lei e reflectidas no presente formulário de candidatura publicado com o Despacho Normativo nº3/2006, de 25 de Janeiro <sup>24</sup>. Este despacho normativo refere o processo de credenciação dos museus e apresenta o respectivo formulário de candidatura, documentos obrigatórios para a candidatura e as respectivas instruções de preenchimento.

Enquadramento Museológico	nº unidades	percentagem
Colecção Visitável	17	50%
Reserva Visitável	2	6%
Núcleo	1	3%
Museus <i>out</i> RPM	11	32%
Museus <i>in</i> RPM	3	9%
Total	34	100%

#### 2.2.1.1. Colecção Visitável

Na tipologia de **Colecção Visitável** propriamente dita, foram registados 17, dos espaços visitados. No que respeita a 3 situações, são Colecções afectas a antigas Casas Apalaçadas que não foram objecto de tratamento museológico.

A *Casa de Santar* (Nelas), Solar do séc. XVII e XVIII de pertença particular, com dependências visitáveis, como a capela, sala dos coches e fardamentos militares, a antiga cozinha e todo um património de jardins e arquitectura civil.

O *Paço dos Cunhas de Santar* (Nelas) mandado construir por Dom Pedro da Cunha em 1609, ao estilo da renascença italiana, foi ao longo de gerações uma grande casa agrícola dedicada à produção de azeite, fruta e vinho para abastecer os mercados do Porto.

Com tutela da *Global Wines*<sup>25</sup>, foi convertido em espaço de enoturismo em 2008. Este edifício centenário conjuga na perfeição a arquitectura moderna com o estilo clássico da região. Tem na sua herdade a *Casa do Soito*, destinado a hotel de charme. O Paço dispõe ao visitante parte do mobiliário da casa adjacente e da colecção de armas dos seus proprietários.

<sup>24</sup> DESPACHO normativo nº 3/2006. D.R. I Série B. 18 (2006-01-19) 603-608

<sup>25</sup> Fundada em 1990, a *Global Wines* alia a confiança no enorme potencial dos vinhos portugueses à aposta no enoturismo. Cit. in <http://www.daosul.com/pt/go/valores-globalwines>

A *Casa da Ínsua* (Penalva Castelo), hotel de charme da dependência da *Visabeira Turismo*<sup>26</sup>, que para além da evidente relevância da sua arquitectura e do seu espólio é também conhecida pelos seus jardins oitocentistas; recriando toda a atmosfera da época romântica, quer pela extensão quer pela originalidade e variedade de espécies.

Numa outra vertente, podemos visitar 3 espaços cujo espólio representa a história e a evolução das empresas. *Núcleo Museológico Felmica* – Minerais Industriais S.A (Mangualde), fundado em 1967; empresa sénior na extracção e transformação de matérias-primas para a indústria cerâmica. O seu espólio documental conta o percurso desde a sua formação, registos de primeiros empregados, folhas de pagamento e compra de maquinaria industrial.

*Núcleo Termal do Balneário Rainha Dona Amélia* (São Pedro Sul), da dependência da Termolitur.<sup>27</sup> A colecção reúne um conjunto de equipamentos utilizados para tratamentos termais (datada de 1884) e espólio documental.

*Museu do Espumante* (Taruca), um protocolo entre a Câmara Municipal e as Caves da Murganheira. Uma colecção que reúne um conjunto de maquinaria antiga representativa do processo do espumante.

Outro conjunto de Coleções Visitáveis está vocacionado para a vertente Etnográfica. Nesta tipologia foram registados 5 espaços que funcionam numa casa de pedra, recuperada e inserida numa envolvente rural associada aos objectos da colecção, como uma eira comunitária, espigueiros comunitários, forno e tanque ao serviço de toda a comunidade. Estas colecções são distribuídas por diferentes concelhos do distrito, *Casa do Aldeão* (Moimenta da Beira), *Casa Museu do Alvite* (Moimenta da Beira), *Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre* (Moimenta da Beira), *Museu Rural de Carvalhais* (S. Pedro Sul) e o *Museu Rural de Pendilhe* (Vila Nova Paiva). Estes espaços estão na dependência de associações, é excepção do de Pendilhe, que se encontra na dependência da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

---

<sup>26</sup> O *Grupo Visabeira, SGPS, SA*, nasceu em 1980 em Viseu, Portugal, onde mantém a sua sede, e é hoje uma holding multinacional organizada em cinco sub-holdings (*Visabeira Global, Visabeira Indústria, Visabeira Turismo, Visabeira Imobiliária, e Visabeira Participações Financeiras*). Cit. in <http://www.grupovisabeira.pt/>

<sup>27</sup> A *Termalitur - Termas de S. Pedro do Sul E.E.M.*, foi criada em 2004 (...) O Município de S. Pedro do Sul entendeu por bem a criação de uma empresa pública (...) que faz a gestão dos Balneários Termais e de todas as actividades ligadas ao termalismo. Cit. in <http://www.termas-spsul.com/termalitur.asp>

Ainda sobre etnografia, 2 espaços localizados em edifício recente, como o *Museu Municipal de Castro Daire* e a *Exposição Etnográfica do Mezio* (ambos localizados em Castro Daire). Coleções que expõem registos etnográficos do concelho e a arte de diferentes artesãos.

Com uma vocação de arte há a referir 2 espaços. *Museu Maria da Fontinha* (Castro Daire), cuja coleção de arte surge pelo gosto do colecionismo do seu proprietário. O espaço emerge como homenagem à avó Maria da Fontinha e a ela é dedicada uma pequena sala com alguns dos seus pertences. O acervo principal é de diferentes artistas Luso-Brasileiros, entre outros.

*Museu Camila Loureiro* (Sátão) expõe um conjunto de pinturas e esculturas, doadas por uma artista Naïf, nascida no concelho.

Com uma vertente de história, surge o registo da *Casa Museu Aquilino Ribeiro* (Moimenta da Beira), que para além de ter algumas dependências fiéis à memória do escritor, no piso superior integra um núcleo de arte.

Com uma vocação arqueológica, o *Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim* (Nelas), dependente dos Bombeiros Voluntários, com espólio arqueológico proveniente de escavações levadas a cabo pela autarquia.

#### 2.2.1.2. Reserva Visitável

À tipologia de **Reservas Visitáveis**, são atribuídos a 2 espaços. *Museu Etnográfico de Silgueiros* (Viseu), representativo de factos e fenómenos folclóricos, apresentado com estrutura de reserva, que exprime um dos melhores exemplos de processos de conservação preventiva.

*Museu Paroquial Padre Cândido* (Sernancelhe), com espólio de arte sacra e arqueologia concelhia. Paramentaria representada segundo diversos exemplos, onde a preocupação expositiva e de conservação foi trabalhada segundo parâmetros museográficos correctos.

#### 2.2.1.3. Núcleo

A vertente de **Núcleo** foi atribuída ao *Núcleo Museológico do Lagar de Varas de Parada*, uma dependência do Museu Soares da Albergaria (Carregal do Sal), com espólio ligado ao azeite, sendo o espaço expositivo um antigo lagar.

#### 2.2.1.4. Museus *out* RPM

Na categoria de **Museu**, foram registadas 14 unidades distintas distribuídas pelo distrito. Em maior número, no total de 11 unidades, foram considerados os espaços que não reúnem a totalidade das características museológicas para serem credenciados pela Rede.

Deste conjunto podemos considerar um grupo mais alargado, constituído por 5 unidades que abordam temáticas do seu concelho. Os designados museus do território que integram colecções de arqueologia e etnografia concelhias como o *Museu de Oliveira de Frades* (Oliveira de Frades), *Museu Municipal de Penedono* (Penedono), *Museu Municipal de Resende* (Resende), *Museu Municipal Terras de Besteiros* (Tondela) e o *Museu Municipal de Vouzela* (Vouzela).

Semelhante ao grupo anterior, podemos comparar o *Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria* (Carregal do Sal), o *Museu Eduardo Tavares* (São João Pesqueira) e o *Museu Serpa Pinto* (Cinfães) que para além de património arqueológico e etnográfico do concelho, têm também um núcleo de arte.

Numa temática só de arte foi registado o *Tesouro da Misericórdia* (Viseu). “*Designou-se por “Tesouro” um significativo corpo de bens que, ao longo dos quase cinco séculos de vida da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, serviram para dar cumprimento à sua diversificada missão de serviço que tocava a ajuda compendiada nas Obras de Misericórdia posta em acto junto de quem, entre os homens, mais carecido estivesse*”.<sup>28</sup>

Na vertente Etnográfica, foi registada a *Casa de Lavoura e Oficina do Linho – Museu Etnográfico*. Espaço de casario recuperado, que ilustra a vida da comunidade. Os trabalhos sazonais e uma economia ligada à agricultura e pastorícia, as tradições, as vivências quotidianas e o ciclo do linho, uma actividade ainda hoje praticada pela comunidade, cujo processo era lavoura para todo o ano. Como excepção, foi integrado nesta categoria o *MIDU - Museu do Imaginário Duriense*, um dos 12 pólos do Museu do Douro, que retrata o património imaterial das regiões da linha do Douro. A exposição conta a Lenda da Calçada do Diabo e expõe paisagens, de “Olhares sobre Alpajares” (título da exposição), sob uma observação de três fotografos.

---

<sup>28</sup> Citado por Alberto Correia, Desdobrável do Museu Tesouro da Misericórdia. Santa Casa da Misericórdia de Viseu, GO UP Design (s.d.)

#### 2.2.1.5. Museus *in* RPM

Na categoria de **Museus credenciados pela RPM**, foram registadas 3 unidades. O *Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda* (Tondela) com a tipologia de arte numa vertente mais contemporânea e uma dependência de temática técnica, que abriga a colecção automóvel.

O *Museu de Lamego* (Lamego) e o *Museu Grão Vasco* (Viseu), ambos de vocação de arte, com espólios originais proveniente dos respectivos Paços Episcopais; assumem também, acervos de outras colecções que integraram os museus posteriormente.

[3]. [Quadro Síntese] categoria atribuída a cada unidade museológica

<b>Colecção Visitável</b>	<p>Casa de Santar  Paço dos Cunhas de Santar  Casa da Ínsua  Núcleo Museológico Felmica  Núcleo Termal do Balneário Rainha D. Amélia  Museu do Espumante  Casa Aldeão  Casa Museu do Alvite  Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre  Museu Rural de Carvalhais  Museu Rural de Pendilhe  Museu Municipal de Castro Daire  Exposição Etnográfica do Mezio  Museu Maria da Fontinha  Museu Camila Loureiro  Casa Museu Aquilino Ribeiro  Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim</p>
<b>Reserva Visitável</b>	<p>Museu Etnográfico de Silgueiros  Museu Paroquial Padre Cândido</p>
<b>Núcleo</b>	<p>Núcleo Museológico Lagar de Varas de Parada</p>
<b>Museus que não preenchem a totalidade dos requisitos necessários para integrarem a RPM</b>	<p>Museu Serpa Pinto  Museu Municipal de Oliveira de Frades  Museu Municipal de Penedono  Museu Municipal de Resende  Museu Municipal Terras de Besteiros  Museu Municipal de Vouzela  Museu Municipal Manuel Soares da Albergaria  Museu Eduardo Tavares  Tesouro da Misericórdia  Casa de Lavoura e Oficina do Linho  Museu do Imaginário Duriense</p>
<b>Museus credenciados pela RPM</b>	<p>Museu Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda  Museu de Lamego  Museu Grão Vasco</p>

## 2.3. Espaço e Programação Museológica

---

A realização de um *programa museológico* é uma estrutura complexa que necessita de atravessar diversas vertentes, para a construção de um todo, coerente, consciente e sólido. Na realização do programa museológico, diversas fases podem acontecer em simultâneo e enquanto umas estão em construção, outras já estão a ser desenvolvidas em projecto, sem que para isso exista uma sequência estanque. Semelhante à arquitectura de uma casa, há que alicerçar e segunda a autora, Francisca Hernández Hernández, “*existem diversos elementos que devem ser objecto de estudo, no sentido de conseguir uma compatibilidade entre todos eles dentro de um programa global de programação*”.<sup>29</sup> O espaço museu, como estrutura organizacional, necessita de alicerçar as suas *funções museológicas*, a forma como as distribui e interliga; necessita também programar exigências mínimas, no que respeita ao *edifício* e especificar áreas que o integram ao nível da sua livre / controlada circulação, bem como os circuitos possíveis para funcionários, objectos e públicos.

Quando nos referimos aos elementos constituintes de um museu, abordamos na prática, o edifício, as suas colecções e os públicos. Elementos que vão ser a estrutura sólida para o bom funcionamento e gestão museológica, pois sem eles a unidade não existe, e nos parágrafos seguintes, é sobre eles que vamos debruçar a investigação.

---

32

Os conceitos aplicados nos pontos seguintes, respeitantes à orgânica espacial e funcional, às funções museológicas e à programação museológica, serão desenvolvidos mediante as aulas de Teoria e História da Museologia e Programação de Museus e Exposições (1º ano do Mestrado em Museologia e Museografia I e II Semestres), leccionadas pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira, correspondendo também, ao pdf cedido pelo mesmo professor.

### 2.3.1. Orgânica Espacial e Funcional

No desenvolvimento do programa arquitectónico «mínimo» de um museu, diversas frentes precisam de respostas activas e funcionais. A definição da envolvente onde se encontra a instituição (rural/ urbana), se está localizada em zona histórica/ monumental ou em locais mais industrializados, se está rodeada de espaços verdes e se admite estacionamento (etc.). Como se apresentam os acessos e a importância da sinalética exterior. A articulação interior, por conseguinte, para além da definição dos espaços

---

<sup>29</sup> Francisca Hernández Hernández, *Manual de Museologia*, p. 121 e 122

intrínsecos, ao bom funcionamento da instituição, será a estrutura base dos percursos e fluxos essenciais da unidade museológica.

O interior do edifício deverá ser estruturado em 3 frentes, **áreas públicas** destinadas ao acolhimento (recepção, bilheteira, vestiário), áreas expositivas (permanente e temporária), loja, cafetaria/restaurante, instalações sanitárias públicas (M/F e deficientes); **áreas públicas de acesso controlado** como auditório (ou sala polivalente), espaço para serviço educativo (ateliês e áreas para as diversas expressões, gabinetes para monitores, WC e cacifos próprios), centro de documentação/ biblioteca/ mediateca e instalações sanitárias públicas (M/F e deficientes) e **áreas reservadas** onde vão estar localizados os serviços administrativos/ direcção, reservas, oficinas de museografia/ conservação/ restauro, armazéns, sectores de controlo de segurança, instalações sanitárias e áreas de apoio para o pessoal.<sup>30</sup>

Os **circuitos** dentro das unidades museológicas vão actuar sobre os públicos, os objectos e os funcionários. Não ser estruturados, não só mediante a própria arquitectura da unidade museológica, mas vão ser a resposta de como, tudo, se vai poder articular dentro da mesma. A tabela apresentada refere as áreas disponíveis nas unidades museológicas visitadas.<sup>31</sup>

Serviços Disponíveis	nº unidades/ 34	Percentagem/ 100%
Recepção   Bilheteira   Vestiário	26	76,5%
Espaço Exposição Permanente	32	94,1%
Espaço Exposição Temporária	12	35,3%
Loja	12	35,3%
Cafetaria   Bar	15	44,1%
Instalações Sanitárias Públicas	26	78,5%
Auditório   Sala Polivalente	9	26,5%
Atelier de Serviço Educativo	5	14,7%
Centro Documentação   Biblioteca	12	35,3%
Serviços Administrativos   Direcção	20	58,8%
Reservas	8	23,5%
Oficinas Conservação   Restauro   Museografia	4	11,8%

<sup>30</sup> Este corpo conceptual foi desenvolvido pelo Professor Fernando António Baptista Pereira no decorrer das suas aulas e correspondendo ao pdf cedido pelo mesmo professor.

<sup>31</sup> O quadro síntese apresentado na página 35 expõe questões específicas sobre a orgânica espacial de cada uma das unidades museológicas visitadas.

A orgânica dos fluxos tem de ser estabelecida previamente e anular possíveis zonas de conflito de públicos; combater a questão de “salas mortas” e proporcionar respostas activas na compreensão do discurso criado. Estes circuitos vão também definir, como as peças vão ser retiradas de uma exposição (situações de restauro/ integrar outra exposição), com devem ser limpas, de que forma será feita a sua manutenção; vão estabelecer os acessos intrínsecos às necessidades de deslocação de grandes volumes e possibilitar uma resposta activa a indivíduos com mobilidade reduzida. Os circuitos definidos vão ser a base sólida da boa estrutura de gestão destas unidades.

[4]. [Quadro Síntese] orgânica espacial

Identificação das Unidades Museológicas	Áreas Públicas						Áreas Públicas de Acesso Controlado			Áreas Reservadas		
	Recepção / Bilheteira Vestuário	Espaço Exposição Permanente	Espaço Exposição Temporária	Loja	Cafetaria/ Bar	Instalações Sanitárias Públicas	Auditório/ Sala Polivalente	Atelier de Serviço Educativo	Centro Documentação/ Biblioteca	Serviços Administrativos/ Direcção	Reservas	Oficinas Conservação/ Restauro/ Museografia
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	A	A	B	B	B	A		C	C	A	C	C
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada		A										
Museu Municipal de Castro Daire	A	B	B	A		A						
Museu Maria da Fontinha	B	B	C			A	C		A			
Exposição Etnográfica do Mezio	B	A		B	A	A				A		
Museu Serpa Pinto	B	A	A	B		A				A	OUT	
Museu de Lamego	B	A	A	B		A				A	A	
Núcleo Museológica Felmica	a	A			a	a				a		
Casa Museu Aquilino Ribeiro		A							A			
Casa do Aldeão		A							A			
Casa Museu do Alvite	B	B										
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre		A			A	A						
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim		A										
Casa de Santar	a	A			a	a				a		
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	a	A			a	a				a		
Museu Municipal de Oliveira de Frades	A	A	A			A	A			A	A	
Casa da Ínsua	a	A			a	a				a		
Museu Municipal de Penedono	B	A		B					B	B		
Museu Municipal de Resende	A	A	A			A	A			A		
Museu Eduardo Tavares	B	A		B		A						
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	a				a	a				a		
Museu Rural de Carvalhais	B	B			a	a	a		a	a		
Museu Municipal Camila Loureiro		A				A						
Museu Paroquial Padre Cândido		A										
Museu do Imaginário Duriense	A	A				A	A		A			
Museu do Espumante	a				a	a	A			a		
Museu Municipal Terras de Besteiros	B	A	A	B	B	A	A	A	A	A	OUT	OUT
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	OUT	
Museu Rural de Pendilhe		A				A			A			
Museu Grão Vasco	A	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A
Tesouro da Misericórdia	B	A	A	B								
Museu Etnográfico de Silgueiros	B	A			a	a	a	a	A	B	C	C
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	B	A		B	A	A				A		
Museu Municipal de Vouzela	A	A	A			A				A		

A, B e C - Serviços disponíveis na Unidade Museológica

B e C - Funcionam no museu, mas partilham entre si, o mesmo espaço

a - Espaços da empresa/ associação, que podem servir de apoio às colecções

OUT - Serviços que estão sediados, fora das instalações dos museus

Células em branco - serviços inexistentes no museu

### 2.3.2. Edifício do Espaço Museológico

O espaço do museu ilustra a forma como se articula o seu interior. Na malha museológica encontrada no distrito, foram registadas 6 situações cujos espaços museológicos estão situados em edifício construído para dar resposta ao espólio existente. Situações pontuais, mas que projectadas de forma consistente e tomando em consideração um programa coerente, com políticas museológicas e museográficas correctas, podiam valorizar aspectos fundamentais das unidades.

Um dos exemplos mais significativo do distrito é o *Museu do Caramulo*. O edifício foi projectado com um programa científico consistente, definiu metas e objectivos específicos, contudo alterou a sua vocação inicial, em prol de actividades mais activas e como forma de resposta ao solicitado pelos diferentes públicos. O espaço do edifício foi reformulado e estruturado um novo programa museológico que deu origem à construção de uma nova ala, o núcleo automóvel, que deu sequência ao de arte, sendo actualmente o principal ponto de interesse dos visitantes. A par deste exemplo, surgem outros 5 edifícios no distrito, também eles estruturados para a fundação de museus.

Edifício	nº casos	percentagem
Construção de raiz	6	18%
Adaptado/ Recuperado	28	82%
Total	34	100%

O Museu Rural de Pendilhe (Vila Nova Paiva), Museu Maria da Fontinha (Castro Daire), a Exposição Etnográfica do Mezio (Castro Daire), Museu Etnográfico de Silgueiros (Viseu) e o Núcleo Termal do Balneário Rainha D. Amélia (São Pedro Sul). Dois deles são apenas salas integradas no edifício da respectiva associação (Mezio e Silgueiros) e outro é uma estrutura contígua ao balneário termal (São Pedro do Sul). A maioria de Unidades distribuídas pelo distrito, ocupam espaços que outrora tiveram uma função bem distinta. Na sua maioria estes edifícios foram antigas cadeias, casa apalaçadas ou Paços. Edifícios que durante anos foram preenchidos por serviços e funções administrativas da respectiva autarquia e cujas obras foram levadas a cabo como forma de adaptação para o acervo existente. Edifícios que contam uma história. Um espaço que muito antes de ser museu, encerrou memórias de uma vida e de toda uma comunidade.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> O quadro síntese apresentado na página seguinte expõe questões específicas sobre o edifício de cada uma das unidades museológicas visitadas.

[5]. [Quadro Síntese] da origem ao museu

Identificação das Unidades Museológicas	Localização	Original/ Intervencionado	Designação	Funções	Inauguração	Orgânica espacial	Acessibilidades Internas
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Casa das Correntes séc. XX	Habitação	2007	Piso 0 - recepção, cafeteria, sala exposição permanente; Piso 1 - exposição permanente, temporária, direcção	Escadas/ Elevador
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	Aldeia	Adaptado/Recuperado	Antigo Lagar	Lagar	2007	1 sala de exposição	Piso térreo
Museu Municipal de Castro Daire	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Casa do Bispo D. Manuel Vasconcelos Pereira	Habitação e funções de culto; Millenium BCP	1980	Piso 0 – 1 sala com exposição permanente, exposição temporária, recepção, loja, espaço internet	Piso térreo
Museu Maria da Fontinha	Serra Montemuro	Construção de Raiz	Casa Maria da Fontinha	Habitação;	1984	Piso 0 – dependências da habitação; Piso 1 – exposição permanente, biblioteca e ateliê de artistas; auditório exterior, também como espaço de exposições temporárias	Escadas
Exposição Etnográfica do Mezio	Recta do Mezio	Construção de Raiz	Associação Etnográfica e Social de Montemuro; Cooperativa de Artesãos de Montemuro (1981)	Habitação; Funções trabalho/ lavoura	2001	Piso 0 - com a loja/ recepção, sanitários, restaurante, sala exposição permanente (antiga cozinha); Piso 1 - sala de exposição permanente, sala dos teares (confeção peças linho)	Escadas
Museu Serpa Pinto	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	-	Cadeia	2003	Piso -1 com sala exposição temporária; Piso 0 com exposição permanente, recepção, loja, posto turismo; Piso 2 com sala de exposição permanente, direcção	Escadas
Museu de Lamego	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Paço Episcopal de Lamego	Habitação Clerical; Funções de culto	1917	Piso -1 com sala exposição temporária; Piso 0 com exposição permanente, recepção, loja, posto turismo; Piso 2 com sala de exposição permanente, direcção	Escadas
Núcleo Museológica Felmica	Zona Industrial	Adaptado/Recuperado	FELMICA, minerais industriais S.A (1967)	Empresa de transformação de materiais mineiros	-	Piso 1 – sala de exposição	Escadas/ Elevador
Casa Museu Aquilino Ribeiro	Zona Centro Freguesia	Adaptado/Recuperado	Casa Aquilino Ribeiro	Habitação de Férias do escritor	1988	Piso 0 – sala de jantar, escritório/ biblioteca do autor, cozinha convertida em escritório e sala de material de limpeza; Piso 1 – os quartos foram convertidos em salas de exposição, cada uma com a sua temática	Escadas
Casa do Aldeão	Zona Centro Freguesia	Adaptado/Recuperado	Casa dos Caseiros	Habitação dos caseiros	1988	1 Espaço – com sala, quarto e cozinha	Escadas
Casa Museu do Alvíte	Zona Centro Freguesia	Adaptado/Recuperado	Casa de Lavoura	Habitação	2000	Piso 0 – exposição permanente e sala dos serões; Piso 1 – espaço amplo com sala, quarto, cozinha e memórias.	Escadas
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	Zona Centro Freguesia	Adaptado/Recuperado	Casa de Lavoura finais séc. XVIII	Habitação; Funções de trabalho/ lavoura	2002	Piso 1 – todas as dependências da casa foram aproveitadas, para manter a colecção nos respectivos espaços a que pertenciam – cozinha, sala, quarto	Escadas
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Edifício da biblioteca	Habitação	1996	Piso 1 - espaço amplo onde está exposta a colecção, pequena sala de reserva	Escadas
Casa de Santar	Zona Centro	Adaptado/Recuperado	Casa de Santar	Habitação	-	Piso 0 – as dependências mostradas, estão independentes da zona de habitação (cozinha, capela, sala dos coches); jardins	Piso térreo
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	Habitação; Turismo	-	Piso 0 – peças expostas no salão do lagar; Piso 1 – peças expostas nas zonas de jantar e de estar	Escadas
Museu Municipal de Oliveira de Frades	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Cadeia da Vila	Habitação, serviços bancários, correios	2001	Piso -1 – sanitários e material de limpeza; Piso 0 – recepção e loja, salas de exposição permanente, auditório; Piso 1 – exposição permanente, exposição temporária, serviços administrativos e reservas.	Escadas/ Elevador
Casa da Ínsua	Zona Centro	Adaptado/Recuperado	Casa Senhorial reconstruída séc. XVIII	Habitação de Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão-General de Cuiabá e Mato Grosso	-	Piso 1 – dependência da ala esquerda foi mantida com a estrutura original – salões de jantar e de festas, cozinha antiga, Jardins	Escadas
Museu Municipal de Penedono	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Capela do Solar dos Freixos séc. XVII e XVIII	Habitação Família Coutinho/ Condes de Marialva	2008	Piso 0 – recepção, loja gabinete de estudos e exposição permanente (tudo a funcionar na mesma sala); Piso 1 – mezanine com exposição permanente	Escadas
Museu Municipal de Resende	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Cadeia Municipal de Resende	Cadeia até 1974; Armazém da Cooperativa Agrícola	2006	Piso 0 – recepção, auditório, exposição permanente e exposição temporária; Piso 1 – exposição permanente e serviços administrativos.	Escadas/ Elevador
Museu Eduardo Tavares	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Paços do Concelho 1794	Habitação D. Maria I; Câmara Municipal, Posto Turismo	2003	Piso 0 – posto turismo, loja, sanitários, exposição permanente de arqueologia; Piso 1 – exposição permanente escultor.	Escadas
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	Zona Centro	Construção de Raiz	Balneário D. Maria	Balneário Termal Real	2001	1 sala ampla de exposição	Piso térreo
Museu Rural de Carvalhais	Zona Histórica?	Adaptado/Recuperado	Celeiro da Igreja	Celeiro e armazém da Igreja	2006	Piso 0 – exposição temporária, recepção e exposição permanente (a funcionar tudo na mesma sala); Piso 1 – exposição permanente.	Escadas
Museu Municipal Camila Loureiro	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Cadeia do Sítio	Cadeia	2004	Piso 0 – exposição permanente; Piso 1 – exposição permanente e sala de serviço educativo, sanitários.	Escadas
Museu Paroquial Padre Cândido	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Cavaliarias	Cavaliarias de uma casa senhorial; loja; habitação	2011	Piso 0 – exposição permanente	Rampa
Museu do Imaginário Duriense	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Escola Primária Macedo Pinto	Escola	2009	Piso 0 – recepção, biblioteca e sala polivalente, início da exposição; Piso 1 – continuação da exposição	Escadas/ Elevador
Museu do Espumante	Periferia	Adaptado/Recuperado	Casa do Paço de Dalvaes	Habitação Senhorial; Estrutura Turística	2007	Piso 0 – recepção, cafeteria, loja, sanitários e sala de exposição permanente; Piso 1 – sala da confraria e adega	Escadas
Museu Municipal Terras de Besteiros	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Solar de Sant'Ana	Residência do Bispo, Habitação Senhorial	2010	Piso -1 – sanitários e salas de apoio; Piso 0 – auditório, recepção cafeteria e loja, sala exposição temporária, início exposição permanente; Piso 1 – exposição permanente, biblioteca e centro de investigação, sala de apoio; Piso 2 – serviços administrativos, sala polivalente/ serviço educativo	Escadas/ Elevador
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	Zona Centro	Construção de Raiz	Próximo do Grande Sanatório	-	1959	Edifício 1  Piso 0 – recepção, serviços administrativos, biblioteca e centro documentação, exposição temporária; Piso 1 – exposição permanente ; Edifício 2  cafeteria e loja, exposição permanente de automóveis.	Escadas
Museu Rural de Pendilhe	Zona centro Freguesia	Construção de Raiz	Espaço da Eira Comunitária	-	2009	Piso 0 – sala de exposição permanente, reservas; Piso 1 – recepção, biblioteca, sanitários e espaço internet	Escadas/ rampa exterior
Museu Grão Vasco	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Paço dos Três Escalões 1593	Colégio para a formação do clero; Habitação clerical; Culto	1916	Piso -1 - sanitários e salas apoio limpeza; Piso 0 – recepção, loja, livraria, café, biblioteca, arquivo, sala de instalações e espaço e exposições temporárias; Piso 1 – Exposição permanente e serviços administrativos; Piso 2 – exposição permanente e reservas.	Escadas/ Elevador
Tesouro da Misericórdia	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Igreja da Misericórdia	Funções de culto	2007	Piso 0 – recepção, bilheteira e início da exposição permanente; Piso 1 – exposição permanente e na ala esquerda da igreja, sala exposições temporárias	Escadas
Museu Etnográfico de Silgueiros	Zona centro Freguesia	Construção de Raiz	ASSOPS	ATL, Creche, Centro dia, Apoio Domiciliário	1994	Piso 0 – recepção, serviços administrativos, cafeteria, sanitários, cantina e cozinha; Piso 1 – sala polivalente, creche, ATL; Piso 2 – salas exposição permanente e reservas.	Escadas
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	Zona centro Freguesia	Adaptado/Recuperado	Casa de Lavoura	Habitação; espaço de lavoura; forno, armazém	2009	Edifício 1  Piso 0 – recepção, loja e exposição permanente e sala do tear (serviço educativo); Piso 1 – exposição permanente e serviços administrativos; Edifício 2 – Piso 0 – exposição permanente; Piso 1 – cafeteria; Edifício 3  exposição permanente	Escadas
Museu Municipal de Vouzela	Zona Histórica	Adaptado/Recuperado	Tribunal da Comarca/ Edifício Barroco década 70	GNR, salas Escola Técnica de Vouzela, Posto Turismo, Biblioteca	2005	Piso 0 – recepção, sanitário, exposição temporária, início exposição permanente; Piso 1 - exposição permanente e serviços administrativos.	Escadas

### 2.3.2. 1. Visitantes

Os serviços do museu focam a sua estrutura orgânica e funcional, mas nesta óptica de ideias é também necessário avaliar, se estes são utilizados pelos públicos. A investigação permitiu recolher dados sobre o número de visitantes que no ano de 2010 se dirigiu às unidades museológicas visitadas.<sup>33</sup>

[6]. [Quadro Síntese] valor de visitantes/ ano

<b>Unidades Museológicas</b>	<b>Visitantes/ ano 2010</b>
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	5000
Núcleo Museológico . Lagar de Varas de Parada	5000
Museu Municipal de Castro Daire	3500
Museu Maria da Fontinha	5000
Exposição Etnográfica do Mezio	-
Museu Serpa Pinto	6000
Museu de Lamego	24000
Núcleo Museológica Felmica	-
Casa Museu Aquilino Ribeiro	600
Casa do Aldeão	600
Casa Museu do Alvite	-
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	-
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	-
Casa de Santar	-
Paço dos Cunhas de Santar	-
Museu Municipal de Oliveira de Frades	2600
Casa da Ínsua	-
Museu Municipal de Penedono	187 (Setembro/ Dezembro 2010)
Museu Municipal de Resende	7500
Museu Eduardo Tavares	460
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	-
Museu Rural de Carvalhais	1200
Museu Municipal Camila Loureiro	7000
Museu Paroquial Padre Cândido	-
Museu do Imaginário Duriense	2000
Museu do Espumante	-
Museu Municipal Terras de Besteiros	3015
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	30000
Museu Rural de Pendilhe	350
Museu Grão Vasco	79500
Tesouro da Misericórdia	5000
Museu Etnográfico de Silgueiros	-
Casa de Lavoura e Oficina do Linho - Museu Etnograf.	7000
Museu Municipal de Vouzela	11519

<sup>33</sup> Os dados que constam no quadro, foram facultados pelas unidades museológicas visitadas. As que não têm registo, deve-se ao facto de não o efectuarem ou serem espaços bastante recentes, cujos dados não fariam sentido de integrar a amostra.

### 2.3.3. Funções Museológicas

As funções museológicas estão directamente ligadas com a qualidade da unidade museológica. Na amostra de 34 unidades visitadas, uma percentagem reduzida consegue preencher as funções na íntegra e garantir a qualidade mínima no que respeita a recursos materiais e humanos. Com base nas filosofias expostas no artigo 7º. da Lei Quadro dos Museus Portugueses nº47/2004 de 19 de Agosto <sup>34</sup>, foram consideradas as seguintes funções museológicas. <sup>35</sup>

Funções Museológicas	Recolher/ Documentar Conservar/ Restaurar Investigar/ Interpretar Expor/ Divulgar Administrar/ Gerir
----------------------	--

Apresentadas de uma forma concentrada, mas com uma abrangência plena do conceito e respectivas aplicações de museu, as funções vão estar integradas numa programação museológica activa e fundamentada, com objectivos científicos, educativos e lúdicos.

### 2.3.4. Programação Museológica

Na programação de uma unidade museológica podemos integrar as funções atrás descritas, em três sectores distintos, onde cada um compreende em si, pressupostos definidos. Os sectores abordados na programação museológica, previstos para dar resposta as funções museológicas de um museu, são o *plano científico*, o *plano museológico* e o *plano museográfico*. Estes três planos distintos encerram em si, características que podem acontecer em simultâneo. <sup>36</sup>

No cumprimento do *Plano Científico*, é importante uma estruturação sólida, na *definição dos conteúdos* aplicados a cada núcleo expositivo; na *fundamentação das colecções* (aprofundadas em projectos de investigação/ edição ou em actividades programadas ano/ vários anos); na *definição da missão e vocação do museu*; na *exposição das metas e objectivos* ao nível de todas as funções museológicas.

<sup>34</sup> LEI nº 47/2004. D.R. I Série A, 195 (2004-08-19) 5379-5394

<sup>35</sup> Funções Museológicas também expressas e desenvolvidas pelo autor Luis Alonso Fernández, na obra *Introducción a La Teoría e Práctica del Museo* (Capítulo VI), p.189 – 259;

<sup>36</sup> Este corpo conceptual foi desenvolvido pelo Professor Fernando António Baptista Pereira no decorrer das suas aulas e correspondendo ao pdf cedido pelo mesmo professor.

No cumprimento do *Plano Museológico*, será *clarificada a vocação* do Museu; vão ser *definidas as componentes funcionais/ diferentes circuitos museológicos* que as servem e as suas inter-relações; a *definição do percurso expositivo* onde a *tipologia do discurso* e dos respectivos conteúdos é clarificada; a selecção das *peças de exposição e de reserva*; as *condições de conservação* (iluminação, ambiente e segurança); definição do *modelo de gestão* e do *quadro de pessoal* recomendado; clarificação do *tipo de equipamento informático* (áreas expositivas, funções de inventariação/ documentação, actividades administrativas correntes); definição do *tipo de mobiliário* (reserva, recepção, serviços técnicos, educativos e administrativos, loja e restaurante).

No cumprimento do *Plano Museográfico* vão ser definidos os *sistemas de inventariação/ documentação*; vão ser criadas *propostas de encenação* criativa e didáctica dos testemunhos (organização de discursos atractivos com narrativas bem construídas e não se limitarem a expor as suas taxonomias); será caracterizado o *equipamento expositivo* (painéis, vitrinas, plintos, iluminação), com discriminação do tipo de material construído; vai definir o *design de comunicação* que se recomenda (textos de enquadramento, desdobráveis, tabelas, sinalética) e por último, vai definir os *modelos de acção educativa*.

#### 2.3.4.1 Plano Científico

Vai ser desenvolvido no ponto 2.3.4.1.1, com os aspectos que definem a missão e a vocação do museu e respectiva abordagem face à amostra estudada; e no ponto 2.3.4.1.2, com os factores das metas e objectivos e a respectiva aplicação às unidades museológicas.

##### 2.3.4.1.1 Missão/ Vocação

Refere-se ao seu objecto de dedicação/ estudo, ou seja, ao conjunto material, pelo qual assume certas responsabilidades. A *missão* apresenta de uma forma inspiradora e objectiva a sua razão de ser. A *vocação* terá de ser definida, consoante o património já recolhido e com o que de futuro, possa ser integrado na unidade museológica. A vocação exprime-se pela *abrangência territorial* contemplando diferentes categorias [2.3.4.1.1.1]; pela *caracterização do campo temático*, partindo de grupos que classificam tematicamente os museus [2.3.4.1.1.2]; pela *natureza disciplinar*, avaliada segundo a composição do património museológico [2.3.4.1.1.3] e pela *dependência administrativa*, que define quem é a entidade que faz a gerência e representa a unidade museológica [2.3.4.1.1.4].

[2.3.4.1.1.1] *abrangência territorial*, integra as categorias de museu local, regional, nacional, internacional, universal e global. Factores atribuídos mediante a colecção que integra o acervo do museu, onde se ressalva-se, a questão de que, cada unidade pode assumir diferentes abrangências territoriais, mediante a colecção que integra no seu acervo. Na tabela seguinte foram excluídas, abrangências que não definiam qualquer unidade da amostra (universal e global).<sup>37</sup>

Abrangência Territorial	nº unidades/ 34	percentagem/ 100%
Local	22	64,7%
Regional	4	11,8%
Nacional	6	17,6%
Internacional	9	26,5%

Da amostra estudada, um grupo, ainda considerável de unidades, integra nas suas colecções peças de cariz Internacional, número surpreendente, comparativamente com unidades de abrangência local, que determinam acentuadamente as colecções que predominam o distrito.

[2.3.4.1.1.2] *caracterização do campo temático* é abordada de uma forma generalista e com base num conjunto que vai ramificar-se em diferentes dominantes específicas. A terminologia campo remete para um conjunto, que por definição é uma “*colecção de objectos com uma característica comum; um agrupamento; acordo, unidade; complexo, reunião das partes que fazem um todo*”.<sup>38</sup> E sendo o universo museológico um leque tão extenso de possíveis temáticas, será pertinente falar de campo temático como o grande grupo que vai admitir em si mesmo, as dominantes. A questão dos campos, definida por diversos autores, não é um factor de concordância, contudo, não deixa de em todos eles, na sua essência, assumir a mesma direcção.<sup>39</sup> Na presente dissertação foram considerados 4 Campos Temáticos, *Museus de Arte, Museus de Arqueologia e História, Museus da Ciência/ Técnica/ História Natural* e os *Museus de Etnologia/ Antropologia*. As fontes de estudo, o universo, são o topo de cada temática e a partir deste, as dominantes que cada um integra. A tabela seguinte apresenta as dominantes respectivas de cada campo temático.

<sup>37</sup> O quadro síntese apresentado na página 45, expõe a abrangência territorial correspondente a cada unidade.

<sup>38</sup> <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=conjunto>

<sup>39</sup> Luis Alonso Fernández, *Introducción a La Teoría e Práctica del Museo* (Capítulo V), p.133 - 169

Campos Temáticos	Dominantes
Museus de Arte	Artes Decorativas Artes Plásticas (Pintura/ Escultura) Artes Performativas (Teatro/ Dança) Arte Sacra Instalação Design
Museus de Arqueologia/ História	Arqueologia Biográficos Espólio Documental
Museus da Ciência/ Técnica/ História Natural	Iluminismo Física/ Química Velhas Indústrias Evolução Tecnológica Desenvolvimento Científico Botânica
Museus de Etnografia/ Antropologia	Etnografia Sociedade Rurais Cantares Tradições Património Imaterial

Com uma abordagem de percepção transversal, será pertinente perceber quais as temáticas que se evidenciam na amostra. Conclui-se que predomina a temática de Arte, de seguida a Etnografia/ Antropologia e com um valor muito próximo a Arqueologia e a História. No caso das temáticas de Ciência/ Técnica e História Natural, existe um número bastante mais reduzido de unidades. O quadro apresentado em seguida, elucida esta realidade.<sup>40</sup>

Temáticas	nº unidades/ 34	percentagem/ 100%
Arte	19	55,9%
Arqueologia/ História	16	47,1%
Ciência/ Técnica/ História Natural	3	8,8%
Etnografia/ Antropologia	17	50%

[2.3.4.1.1.3] *natureza disciplinar*, reúne em si, os *museus unidisciplinares*, que integram espaços com colecções relativas a um único grupo temático; os *museus pluridisciplinares* que assumem colecções com dois ou mais campos temáticos; os *museus interdisciplinares*, com colecções oriundas de diferentes campos temáticos, visam a compreensão de um mesmo universo (o território, uma actividade, um conceito,

<sup>40</sup> O quadro síntese apresentado na página 45, expõe cada unidade com a respectiva entidade que a tutela

uma personalidade....); e os *museus transdisciplinares* que se debruçam sobre diversas disciplinas autónomas que se cruzam para definir um universo.<sup>41</sup>

Natureza Disciplinar	nº unidades	percentagem
Unidisciplinares	19	55,9%
Pluridisciplinares	9	26,5%
Interdisciplinares	6	17,6%
Transdisciplinares	0	0%
Total	34	100%

Do universo de museus espalhados pelo distrito a composição disciplinar e os campos temáticos são diversificados e a maioria das unidades, integra diferentes temas no seu discurso, focando o estudo do mesmo universo.

Os museus interdisciplinares incluem nas suas colecções as vertentes de arqueologia, etnografia, história da evolução concelhia e em casos pontuais, arte. Vertentes distintas mas que convergem no estudo e compreensão do mesmo universo, o território do concelho. Estas unidades museológicas, podemos, pois, considerá-los, como museus do território, pois assumem uma vertente muito particular, o estudo do património do concelho, as suas gentes, a sua evolução geográfica, socioeconómica e cultural. São temáticas que de alguma forma podem ser encaradas pelas comunidades locais como uma mais-valia.

[2.3.4.1.1.4] *dependência administrativa*, que integra os *museus públicos dependentes da administração central do estado* (IMC e outros organismos ministras que tutelem museus); os *museus públicos dependentes da administração regional autónoma* (regiões autónomas dos Açores e Madeira); os *museus públicos dependentes da administração local* (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e os *museus privados* (Igreja Católica, Fundações, Empresas e Associações). Sob o ponto de vista de uma observação mais geográfica do distrito, a maioria das unidades são tuteladas por Associações Privadas, uma percentagem bastante próxima pelas Autarquias do seu Concelho, e um grupo restrito que se encontram tutelado pelo IMC.

O estudo de caso, sendo efectuado num dos distritos de Portugal Continental, exclui os museus públicos dependentes da administração regional autónoma.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> O quadro síntese apresentado na página 45, expõe a natureza disciplinar de cada uma das unidades museológicas.

<sup>42</sup> O quadro síntese apresentado na página 45, expõe cada unidade com a respectiva entidade que a tutela.

<b>Dependência Administrativa</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Pública/ Administração Local	14	41,2%
Pública/ Administração Central do Estado	2	5,9%
Privada	18	52,9%
Total	34	100%

Numa abordagem menos específica e considerando parâmetros de maior qualidade das unidades museológicas, o quadro apresentado exprime as unidades que pertencem à Rede Portuguesa de Museus.<sup>43</sup>

<b>Rede Portuguesa Museus</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
IN RPM	3	8,8%
OUT RPM	31	91,2%
Total	34	100%

#### 2.3.4.1.2 Metas/ Objectivos

Integrando ainda o plano científico das unidades museológicas, será pertinente falar das **metas/ objectivos** de cada unidade. As *metas* podem ser delimitadas como os *alvos qualitativos* de longo alcance a superar pela instituição em diferentes campos de aplicação, como o desenvolvimento das colecções, a conservação e os serviços prestados aos públicos. As metas deveriam ser sempre construídas sobre um plano estratégico, que indicasse períodos de tempo definidos para o seu cumprimento. Numa outra abordagem, os *objectivos* das unidades museológicas podem ser demonstrados por *dados quantitativos* de alcance limitado, que a instituição assume, para alcançar objectivos mais extensos. As metas e os objectivos definidos inicialmente pela instituição museológica podem ter uma abordagem generalista, que consoante o tempo, a permanência e a própria receptividade dos públicos, podem vir a tomar maior especificidade. As metas e objectivos referentes às várias unidades museológicas, vão estar presentes nas fichas técnicas respectivas, que vão constar em anexo.

<sup>43</sup> Outro factor de importante análise, são as Unidades Museológicas, que independentemente da sua dependência de gestão, fazem parte da Rede Portuguesa de Museus. As entidades que integram a RPM, vão ter valores de qualidade superiores às restantes Unidades. Pode ser um factor importante e decisivo, para uma resposta activa de melhoria das infra-estruturas existentes e o passo necessário para o crescimento da qualidade dos Museus do País.

[7]. [Quadro Síntese] plano científico

Identificação das Unidades Museológicas	Abrangência Territorial	Composição Disciplinar	Campo Temático	Coleções	Tutela/ RPM
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	Local/ Nacional	Pluridisciplinar	Arte   Etnografia/ Antropologia Arqueologia/ História	Pintura (neo-realismo, surrealismo e abstracionismo); Escultura (Aureliano Lima década 70); Arqueologia (pré-história à idade média); Etnografia séc. XIX (vinícola, agrícola, memórias, armaria - espingardas de caça)	Câmara Municipal Carregal Sal
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia (séc. XIX)	Câmara Municipal Carregal Sal
Museu Municipal de Castro Daire	Local	Interdisciplinar	Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Arqueologia (neolítico, idade metais, romanização e idade média); Arquitectura (séculos XVIII a XX); Etnografia Local séc. XIX (agrícola, olaria, cestaria, tamancaria, latoaria, campainhas e chocalhos, ciclo linho, vestuário)	Câmara Municipal Castro Daire
Museu Maria da Fontinha	Internacional	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Pintura Portuguesa; Pintura Brasileira; Etnografia local	Privada
Exposição Etnográfica do Mezio	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia local séc. XIX (trajes, ciclo do linho, ciclo da lã, etnografia agrícola, o cereal, a habitação quarto/ cozinha, ervanária, processo azeite, cestaria, loiças)	Associação Etnográfica e Social de Montemuro Cooperativa Artesão Montemuro
Museu Serpa Pinto	Internacional	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História	Mobiliário Oriental (artefactos cerâmica e marfim); Biografia Serpa Pinto (espólio vida e obra); Arqueologia (pré-história à idade média)	Câmara Municipal Cinfães
Museu de Lamego	Internacional	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História	Pintura (séculos XVI a XVIII); Escultura (séculos XIII, XIV, XVII e XVIII); Ourivesaria (séculos XV a XX); Cerâmica e Azulejaria (séculos XVI a XX); Arqueologia (romana, medieval e barroca); Capelas e Altares (séculos XVII e XVIII); Viaturas (séculos XVIII e XIX) e Mobiliário (séculos XVII a XIX).	IMC + RPM
Núcleo Museológica Felmica	Local	Unidisciplinar	Arqueologia/ História	Espólio documental da empresa, desde a inauguração 1969	Privada
Casa Museu Aquilino Ribeiro	Internacional	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Biográfico (biblioteca, objectos pessoais e espólio documental de Aquilino Ribeiro); Pintura (?); Cerâmica de Rosa Ramalho (olaria tradicional portuguesa, século XX); Escultura Africana (século XX)	Fundação Aquilino Ribeiro
Casa do Aldeão	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia local (casa do caseiro - espólio da habitação)	Fundação Aquilino Ribeiro
Casa Museu do Alvite	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia local (casa do caseiro - espólio da habitação; etnografia agrícola)	Associação Gente da Nava
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia local (casa do caseiro - espólio da habitação, trajes, profissões)	Associação Recreativa e cultural Arocelense (A.R.C.A)
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	Local	Unidisciplinar	Arqueologia/ História	Arqueologia (pré-história)	Bombeiros Voluntários Canas Senhorim
Casa de Santar	Regional/ Nacional/ Internacional	Unidisciplinar	Arte	Artes Decorativas séc. XVIII e XIX; Pintura e Escultura (séc. XVIII e XIX)	Privada
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	Regional/ Nacional/ Internacional	Unidisciplinar	Arte	Mobiliário (séc. XVII); Armaria; Destaque para o jardim, com estátuas, canteiros, balustradas e bancos revestidos de azulejos barrocos ( Viúva de Lamego)	Privada - Global Wines
Museu Municipal de Oliveira de Frades	Local	Interdisciplinar	Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Arqueologia (pré-história à idade média); Etnografia Rural; Etnografia Artes/ Ofícios; História e Evolução da Região Concelhia	Câmara Municipal Oliveira de Frades
Casa da Ínsua	Regional/ Nacional/ Internacional	Unidisciplinar	Arte	Artes Decorativas séc. XVIII e XIX; Pintura e Escultura (séc. XVIII e XIX); Arte Oriental; Mobiliário; Destaque para o jardim	Privada – <i>Visabeira Turismo</i>
Museu Municipal de Penedono	Local	Unidisciplinar	Arqueologia/ História	Arqueologia (pré-história à idade média); História e Evolução da Região Concelhia	Câmara Municipal Penedono
Museu Municipal de Resende	Local	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Arqueologia (pré-história, romano, medieval e moderno); Etnografia séc. XIX e XX (traje, ex-votos, agricultura, transportes, ciclo pão, ciclo linho, pesca); Olaria e Cerâmica (séc. XIX e XX)	Câmara Municipal Resende
Museu Eduardo Tavares	Local	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História	Arqueologia (pré-história à época moderna); Escultura (séc. XX); Biográfico	Câmara Municipal S. João Pesqueira
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	Local	Unidisciplinar	Ciência/ Técnica/ História Natural	Equipamento Industrial (séc. XVIII)	Privada - <i>Termolistar</i>
Museu Rural de Carvalhais	Local	Interdisciplinar	Arte   Etnografia/ Antropologia Arqueologia/ História	Etnografia local séc. XIX (trajes, ciclo do linho, o cereal, cestaria, loiças, profissões) Cerâmica (faiança portuguesa); Arte Sacra (paramentos, missais); Arqueologia (pré-história)	Centro Promocional Carvalhais
Museu Municipal Camila Loureiro	Local	Unidisciplinar	Arte	Arte Naif Camila Loureiro (século XX) – arte primitiva moderna	Câmara Municipal Sátão
Museu Paroquial Padre Cândido	Local	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História	Paramentos (séc. XVI a XVIII); Arqueologia Visigótica ao Manuelino (séc. V até XVI); Botica séc. XVIII (estanho, prata e bronze); Missais (séc. XVII ao XX)	Paróquia Semancelhe – CM Semancelhe
Museu do Imaginário Duriense	Regional	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Património Imaterial (retrato de uma lenda – 3 olhares de fotógrafos)	CM de Tabuaço/ Museu do Douro
Museu do Espumante	Regional	Unidisciplinar	Ciência/ Técnica/ História Natural	Maquinaria industrial (séc. XX)	Privada
Museu Municipal Terras de Besteiros	Local	Interdisciplinar	Arte   Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Capela talha dourada; Arqueologia (pré-história à romanização); História (séc. XIX e XX - formação território – besteiros; Industrialização, caminhos de ferro, Caramulo e os sanatórios); Etnografia Local (ciclo linho, funilaria, cestaria, barro negro, mundo agrícola)	Câmara Municipal Tondela
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	Internacional	Pluridisciplinar	Arte   Arqueologia/ História Ciência/ Técnica/ História Natural	Pintura Portuguesa (séc. XVI a XX); Pintura Estrangeira Contemporânea (séc. XIX e XX); Tapeçarias <i>Tournai</i> (séc. XVI); Arqueologia Egípcia; Escultura; Cerâmica; Mobiliário; Coleção de Automóveis (1888 – 1950)	Fundação Abel de Lacerda + RPM
Museu Rural de Pendilhe	Local	Interdisciplinar	Arte   Etnografia/ Antropologia	Etnografia Local séc. XIX (agricultura, transportes, habitação); Arte Sacra	Câmara Municipal Vila Nova Paiva
Museu Grão Vasco	Nacional/ Internacional	Unidisciplinar	Arte	Pintura Grão Vasco (séc. XVI); Pintura Portuguesa (dos séculos XVII a XX); Escultura Barroca (séc. XVI a XVIII); Liturgia do Românico ao Barroco (pintura, escultura, ourivesaria e marfins); Mobiliário (séc. XVI); Faiança Portuguesa; Porcelana Oriental – Companhia das Índias	IMC + RPM
Tesouro da Misericórdia	Regional/ Nacional	Unidisciplinar	Arte	Ilustração, pintura (cerimónias e benfeitores), ourivesaria, imaginária, boticário, escultura, história Bandeira Real da Misericórdia (conjunto de espólio situado entre séc. XVIII, XIX e inícios do séc. XX)	Santa Casa da Misericórdia de Viseu
Museu Etnográfico de Silgueiros	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia (a habitação, trajes, ciclo do linho, profissões, acessórios, as profissões – barbeiro, carpinteiro,	ASSOPS Associação Privada
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	Local	Unidisciplinar	Etnografia/ Antropologia	Etnografia (transportes, curral do porco, trabalhos/ dias, vivências quotidianas – cozinha, ciclo do linho, o lagar, a adega e o celeiro); Biografia de gente local.	Câmara Municipal Viseu
Museu Municipal de Vouzela	Local	Interdisciplinar	Arte   Arqueologia/ História Etnografia/ Antropologia	Arte Sacra (barroco); Arqueologia (pré-história à idade média); Etnografia (ciclo do linho)	Câmara Municipal Vouzela

### 2.3.4.1.3. A Visão do Plano Científico

A investigação científica das colecções é uma das fases determinantes, que vai proporcionar a construção sólida e coerente dos percursos museológicos e a selecção das peças fundamentais para a construção de uma narrativa consistente. Sem a investigação, os núcleos criados, a história e por consequência a sua apresentação vão ocorrer de forma deficitária e até mesmo com um cariz descuidado. Alguns dos espaços visitados, assumem apenas a exposição das suas colecções, com um interesse meramente visual das peças, sem contudo praticarem a construção de discursos. Destas situações há que destacar na categoria das colecções visitáveis, propriamente ditas, referenciadas no ponto 2.2.2. deste capítulo, 3 situações cujas peças mantêm uma aparência e localização originais, como se de uma habitação se tratasse.<sup>44</sup> Numa outra óptica, 3 situações um pouco à margem, dos parâmetros anteriores, onde um conjunto de peças adquiridas foram agrupadas e colocadas num espaço, sem a preocupação de um discurso e explicação das mesmas.<sup>45</sup> E ainda, na mesma categoria, uma outra vertente com um grupo mais extenso de 8 unidades, que se ligam entre si por um conhecimento, que se baseia no empirismo. Neste conjunto, as peças são colocadas naquele espaço e nenhuma delas foi cientificamente estudada, por forma, a preparar uma exposição coerente.<sup>46</sup>

Numa última análise, um pequeno grupo de 3 unidades, que perante o estudo feito da colecção e de uma selecção das peças, não transmite uma narrativa, nem tão pouco, interliga as “pontas soltas” dos diferentes núcleos criados.<sup>47</sup>

Numa perspectiva distante das referidas, um grupo de 3 unidades cujo estudo das peças foi efectuado, contudo, não existiu uma selecção de peças, a criação de um discurso nem a definição de um percurso expositivo. Neste grupo duas das unidades integram a categoria de reserva visitável, apresentada no ponto 2.2.2 deste capítulo.<sup>48</sup>

Nesta sequência de ideias, e devido às lacunas identificadas e expressas nestes últimos parágrafos, deixou de ser significativo, nomeadamente, por falta de parâmetros

---

<sup>44</sup> Casa de Santar, Paço dos Cunhas de Santar e Casa da Ínsua

<sup>45</sup> Museu do Espumante, Núcleo Termal do Balneário Rainha D. Amélia e Núcleo Museológico Felmica

<sup>46</sup> Casa do Aldeão, Casa Museu do Alvite, Museu Rural de Carvalhais, Museu Rural de Pendilhe, Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre, Exposição Etnográfica do Mezio e o Museu Municipal Camila Loureiro.

<sup>47</sup> Museu Municipal de Castro Daire, Casa Museu Aquilino Ribeiro e Núcleo Museológico de Canas de Senhorim.

<sup>48</sup> Museu Maria da Fontinha, Museu Etnográfico de Silgueiros e Museu Paroquial Padre Cândido

mínimos, uma análise exaustiva destas 17 unidades, quanto à totalidade dos parâmetros integrados nos planos museológico e museográfico, que passam a ser apresentados de seguida.

#### 2.3.4.1.3.1 Estudos das Colecções

As colecções de cada unidade são distintas entre si, contudo na perspectiva de uma estrutura em rede, a estratégia de um circuito por diferentes museus será uma das soluções para a construção de narrativas mais estruturadas e dinâmicas. Para tal será necessário ligar as colecções e perceber de que forma estas podem ser articuladas. As temáticas de cada uma delas será um dos ponto-chave, que vai permitir criar inter-relações narrativas e a construção de circuitos activos entre museus. A partilha entre as unidades será apresentada no Capítulo III, desta investigação, contudo o estudo abrangente a todas elas, será feito neste capítulo, para se perceber as prioridades de activação necessária, para funcionarem em conjunto.

Na fase de recolha e documentação das peças que existem disponíveis para a criação de discursos, e de onde surge o mote para a criação de um museu, vai ser feita uma análise geral das colecções apresentadas nas diferentes unidades, a sua inventariação completa/ deficitária, a sua modalidade de integração o seu estado de conservação e se na unidade, foi projectado um plano de conservação preventiva. Todas estas abordagens podem ser factores indicativos do estado em que o museu se encontra e se existe a ideologia de crescer, enquanto mediador de cultura.

Com os dados apresentados de seguida, no que respeita às questões técnicas de inventário, consegue-se ter a percepção que 30% das unidades ainda não efectuou um inventário que permita ter uma total percepção das peças que integram a colecção. No que respeita à informatização do inventário, só um número bastante reduzido de unidades museológicas, é que o efectua. Das 5 unidades que admitem inventário informatizado, 3 pertencem à RPM, o que implica o sistema de inventariação, através do Matriz Net. As restantes instituições, *Museu Terras de Besteiros* e *Museu Etnográfico de Silgueiros* usam sistemas de inventário semelhantes.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> O quadro síntese apresentado na página 51, expõe de forma detalhada as questões de inventário de cada uma das unidades museológicas.

Inventário	nº unidades/ 34	percentagem/ 100%
Catologação	8	23,5%
Incompleto	3	8,8%
Completo	18	52,9%
Completo/ Informatizado	5	14,7%

Mantendo a abordagem no estudo das colecções, o processo de agregação de peças, ao restante acervo ou aquelas que são integradas pela primeira vez nas instalações das unidades museológicas, pode ser um valor indicativo da dinâmica criada por cada instituição, a forma como as comunidades a recebem e se estão cientes dos seus propósitos. Cada unidade pode ter distintas modalidades de incorporação, que numa abordagem geral, vão ser expostas na tabela apresentada na página 51. “*A incorporação representa a integração formal de um bem cultural no acervo do museu*” e compreende diferentes modalidades de incorporação, apresentadas e exploradas, mediante os critérios legislativos, expressos no Artigo 13º, da Lei Quadro dos Museus Portugueses.<sup>50</sup>

Modalidade Incorporação	nº unidades/ 34	percentagem/ 100%
Compra	5	14,7%
Doação	23	67,6%
Legado	2	5,9%
Herança	3	8,8%
Recolha	11	32,4%
Achado	1	2,9%
Transferência	8	23,5%
Aquisição	4	11,8%
Cedência	2	5,9%
Empréstimo	3	8,8%
Depósito	2	5,9%

A doação a recolha e a transferência, encontram-se em maior número de unidades, como modalidade de incorporação adoptada. Cada unidade pode admitir diferentes modalidades de incorporação nas suas colecções, em situações de preparar a programação para um museu, ou no sentido de existir interesse em adquirir peças que reestruturem as narrativas existentes e as tornem mais completas.

Para além dos parâmetros referidos, é importante identificar o estado da colecção que integra a exposição e o acervo do museu, tendo assim, uma percepção mais aprofundada

---

<sup>50</sup> LEI nº 47/2004. D.R. I Série A. 195 (2004-08-19) 5379-5394

no que respeita às necessidades de cada peça. Numa abordagem mais específica, perceber se permaneceu o seu estado de conservação, desde a altura da sua integração, se este evoluiu num sentido positivo (caso de restauro) ou negativamente (situações de acidente ou mero descuido por parte da unidade no que respeita à conservação preventiva da colecção). Nos dados apresentados na tabela seguinte, foram apenas recolhidas informações gerais sobre o estado da colecção actualmente.<sup>51</sup>

<b>Estado de Conservação</b>	<b>nº unidades/ 34</b>	<b>percentagem/ 100%</b>
Mau	3	8,8%
Médio	14	41,2%
Bom	27	79,4%
Muito Bom	1	2,9%

Ainda no estudo da colecção, foi feita uma abordagem relativamente à composição das peças apresentadas na exposição, que vai ser expressa na tabela. Cada unidade pode assumir distintas composições das suas colecções. As unidades referenciadas nas réplicas, integram muitas vezes representações, sob a forma de imagens de monumentos megalíticos, que são musealizados *in loco*, e dos quais se dá essa referência ao visitante; ou determinadas peças cuja dimensão ultrapassa parâmetros normais, cuja solução, foi representá-las em maquete. Sob um ponto de vista geral, a maioria das unidades, integra nas suas colecções, peças originais.<sup>52</sup>

<b>Composição da Colecção</b>	<b>nº unidades/ 34</b>	<b>percentagem/ 100%</b>
Réplicas	12	35,3%
Originais	33	97,1%
Reconstruções	1	2,9%

A colecção de qualquer unidade, independentemente, da sua maior ou menor importância, deve ser preservada e cuidada, a partir do momento em que integra o espaço do museu. Qualquer unidade tem o dever de conservar e restaurar as peças que de si dependem, sendo uma das funções museológicas expressas na Lei Quadro dos Museus Portugueses,<sup>53</sup> que estabelece a conservação como obrigatória e define, nos

---

<sup>51</sup> No quadro síntese apresentado na página 51, pode ser consultado mais detalhadamente o estado de conservação das peças referentes a cada uma das unidades museológicas visitadas.

<sup>52</sup> No quadro síntese apresentado na página 51, pode ser consultado mais detalhadamente a composição das peças referente a cada uma das unidades museológicas visitadas.

<sup>53</sup> LEI nº 47/2004. D.R. I Série A. 195 (2004-08-19) 5379-5394

artigos 27º a 31º, as principais regras que os museus devem seguir para garantir as adequadas condições de conservação aos bens culturais nelas incorporados.

A conservação preventiva consiste em assegurar a preservação de uma colecção ou de um objecto em particular, aumentando a sua esperança de vida. Tal é possível através de uma intervenção não directa sobre o bem ou conjunto de bens culturais, conseguindo diminuir ou eliminar os factores responsáveis pelo inevitável processo de degradação e que colocam em risco a sua estabilidade física, química, formal e estética. Acima de tudo, preservar, conservar e salvaguardar são uma questão de bom senso por parte dos responsáveis dos museus, onde a aplicação dos princípios da conservação preventiva trará benefícios significativos que, contudo, não serão mensuráveis a curto prazo.

*“Está provado que as boas práticas de conservação preventiva conduzem a uma maior longevidade das colecções e a uma melhor gestão de recursos, reduzindo a necessidade de intervenções curativas onerosas e evitando perdas patrimoniais. No entanto, está-se ainda longe de verificar a sua aplicabilidade nas instituições museológicas, por ser, entre outros motivos, uma actividade discreta e por vezes pouco apelativa para atrair recursos humanos e financeiros.”<sup>54</sup>*

Conservação Preventiva	nº unidades	percentagem
Existente	9	26,5%
Inexistente	25	73,5%
Total	34	100%

Na tabela apresentada nem 30% das unidades visitadas, integra na sua gestão, um plano de conservação preventiva. O que actualmente e de futuro se pode considerar um factor de risco para as colecções. No quadro síntese apresentado na página seguinte, pode ser observado de forma mais detalhada quais as unidades que praticam um plano de conservação preventiva nos seus acervos.

<sup>54</sup> Plano de Conservação Preventiva, p. 7

[8]. [Quadro Síntese] colecção | inventário, incorporação e conservação

Identificação das Unidades Museológicas	Inventário	Modalidades de Incorporação	Estado de Conservação	Replicas/ Originais/ Reconstruções	Conservação Preventiva	Limpeza Espaço/ Peças
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	Sim	Doações; compra; recolha escavações CM	Bom	Originais / réplica fotográfica espaços arqueológicos	Sim; controlo diário	Assegurada pela CM
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	Sim	Doações	Bom	Originais / réplicas	Sim	Assegurada pela CM
Museu Municipal de Castro Daire	Sim	Doação; empréstimo	Bom	Originais / réplica (pisão, inscrição romana)	Não	Assegurada pela CM
Museu Maria da Fontinha	Sim, filmado/fotografado	Compra; doação (artistas)	Médio / Bom	Originais / réplicas (serigrafias)	Não	Privado
Exposição Etnográfica do Mezio	Sim /incompleto	Recolha; doação	Bom	Originais / réplicas	Não	Assegurado pela associação / fundação
Museu Serpa Pinto	Sim	Recolha escavações arqueológicas; espólio Serpa Pinto doado	Bom	Originais	Não	Assegurada pela CM
Museu de Lamego	Sim	Transferência	Mau / Médio	Originais	Sim; controlo diário	Quadro do museu
Núcleo Museológica Felmica	Catologação	Espólio da Empresa/ Transferência	Bom	Originais	Não	Assegurado pela empresa
Casa Museu Aquilino Ribeiro	Sim	Doação; herança	Médio	Originais	Não	Assegurado pela associação / fundação
Casa do Aldeão	Sim	Doação; herança	Médio	Originais	Não	Assegurado pela associação / fundação
Casa Museu do Alvite	Catologação	Doação; recolha	Médio / Bom	Originais	Não	Assegurado pela associação / fundação
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	Catologação	Doação; recolha	Médio / Bom	Originais	Não	Assegurado pela associação / fundação
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	Sim	Recolha/ escavações CM	Médio	Originais / réplica fotográfica espaços arqueológicos	Não	Assegurado pelos bombeiros
Casa de Santar	Catologação	Espólio dos moradores/ Transferência	Bom	Originais	Não	Assegurado pela empresa
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	Catologação	Espólio dos moradores/ Transferência	Bom	Originais	Não	Assegurado pela empresa
Museu Municipal de Oliveira de Frades	Sim em papel	Doação; empréstimo	Bom	Originais / réplicas arqueológicas	Não	Assegurada pela CM
Casa da Ínsua	Catologação	Espólio dos moradores/ Transferência	Bom	Originais	Não	Assegurado pela empresa
Museu Municipal de Penedono	Sim	Aquisição; transferência espólio CM	Médio / Bom	Originais / réplicas (pulseira)	Não	Assegurada pela CM
Museu Municipal de Resende	Sim	Campanhas prospecção/ recolha; doação; cedência; aquisição	Médio / Bom	Originais / réplica barco rabelo	Não	Assegurada pela CM
Museu Eduardo Tavares	Sim arquivo	Doação viúva; recolha escavações CM	Bom	Originais	Não	Assegurada pela CM
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	Catologação	Fazem parte do balneário/ Transferência	Médio / Bom	Originais	Não	Assegurado pela empresa
Museu Rural de Carvalhais	Sim / incompleto	Doação igreja; recolha população	Mau / Médio	Originais	Não	Assegurado pela associação / fundação
Museu Municipal Camila Loureiro	Sim	Doação artista	Bom	Originais	Não	Assegurada pela CM
Museu Paroquial Padre Cândido	Sim em livro à espera de ser visitado	Espólio da paróquia/ Transferência	Bom (restaurado)	Originais	Sim	Assegurado pela paróquia Semancelhe
Museu do Imaginário Duriense	Sim	Registos audiovisuais	-	-	-	Assegurada pela CM
Museu do Espumante	Catologação	Doação Caves da Murganheira	Bom	Originais	Não	Assegurado pela empresa
Museu Municipal Terras de Besteiros	Sim Informático	Doação; legado; recolha (escavações); achado; aquisição; depósito (não inventariado)	Bom	Originais / réplica (pisão); reconstrução	Sim; controlo diário	Assegurada pela CM
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	Sim Matriz Net	Compra; doação	Médio / Bom	Originais	Sim; controlo diário	Quadro do museu
Museu Rural de Pendilhe	Sim / incompleto	Doação	Médio	Originais	Não	Assegurada pela CM
Museu Grão Vasco	Sim	Compra; doação; legado; transferência; depósito	Mau / Médio / Bom / Muito Bom	Originais	Sim; controlo diário	Quadro do museu
Tesouro da Misericórdia	Sim	Aquisição (Santa Casa da Misericórdia)	Bom	Originais	Sim; controlo diário	Assegurado pela Santa Casa Misericórdia
Museu Etnográfico de Silgueiros	Sim	Compra; depósito; doação; herança; recolha	Médio / bom	Originais / réplicas (2%)	Sim	Assegurado pela associação / fundação
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	Sim	Doação (90%); compra	Bom	Originais	Não	Assegurada pela CM
Museu Municipal de Vouzela	Sim	Cedência; doação; empréstimo	Bom	Originais / réplica fotográfica espaços arqueológicos	Não	Assegurada pela CM

### 2.3.4.2 Plano Museológico

No que respeita ao plano museológico praticado pelas diversas unidades museológicas, vamos ter a percepção de grandes contrastes. Começando pela questão do quadro de pessoal afecto ao museu e também a questão dos técnicos com formação indicada para acompanhar a gestão de uma unidade museológica, por vezes é inexistente.

Na tabela apresentada abaixo, é perceptível a deficiência que existe nas unidades museológicas do distrito, no que respeita a recursos humanos. Só uma minoria consegue uma percentagem de funcionários, que assegure uma boa gestão e qualidade dos serviços. Será necessário reforçar, uma vez mais, que as unidades dependentes dos respectivos municípios, asseguram determinados serviços, com o quadro de pessoal dependente da autarquia, o que ajuda a manter a qualidade. Numa escala menor, espaços museológicos que estão ao abrigo de empresas, preenchem também os seus défices, com funcionários da empresa, assegurando muitas vezes que estes espaços se encontrem disponíveis para visita diária. Segundo uma abordagem menos positiva, uma percentagem reduzida de unidades que se encontra fechada, e cuja visita só pode ser efectuada por marcação.<sup>55</sup>

Recursos Humanos	nº unidades	percentagem
1 funcionário	11	32,4%
2/ 3 funcionários	14	41,2%
5 funcionários	1	2,9%
>15 funcionários	2	5,9%
Sem funcionários/ marcação	3	8,8%
Funcionários da empresa	3	8,8%
Total	34	100%

Os circuitos efectuados nas salas de exposição são diversificados e devem ser criados na óptica de uma melhor percepção da narrativa. A tabela seguinte expressa possíveis circuitos de adoptar e quais os mais utilizados pelas unidades visitadas. O circuito sequencial expressa o início da exposição num ponto A e o seu fim, num ponto B, todo o circuito é feito segundo uma sucessão lógica de ideias. No zig-zag, o visitante desloca-se constantemente da direita para a esquerda. O circuito aleatório expressa essencialmente, que não houve a preocupação de narrativa, e que o visitante tem uma abordagem das peças de forma individual, mas não uma continuidade com as restantes. Os circuitos expositivos, vão ter à partida uma forte condicionante, a arquitectura do

<sup>55</sup> O quadro síntese apresentado na página 55, apresenta o número de funcionários de cada uma das unidades visitadas.

edifício, que pode limitar ou ajudar no entendimento da narrativa. A tabela seguinte expressa os circuitos adoptados ou a sua inexistência.<sup>56</sup>

<b>Circuitos Museológicos</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Sequencial	23	38,2%
Zig-zag	0	-
Aleatório	11	32,4%
Total	34	100%

Podemos observar que na sua maioria o circuito mais utilizado é o sequencial. No caso do aleatório, que se encontra com valores consideráveis, podemos concluir que a maioria das unidades não cria narrativas museológicas estruturadas, de forma a ilustrar histórias sólidas que sejam percebidas pelos diferentes públicos.

Para além dos circuitos referidos, a colecção da amostra visitada, é apresentada mediante uma organização expositiva, que pode variar. Cada sala de exposição pode assumir um tema particular e as peças serem expostas segundo a ordem que o museólogo considerar pertinente para a construção do discurso. Noutra abordagem, a sala pode ainda assumir temas/ núcleos, mas o discurso segue a cronologia das peças apresentadas. Em vertentes mais específicas, geralmente observada em museus com temática de ciência/ técnica, a colecção é apresentada segundo o processo de uma tecnologia; ou em museus de história, mais especificamente os biográficos ou os etnográficos com a reconstrução de casas antigas, cuja organização expositiva segue a ordem das dependências da casa com respectivo recheio. Para além das diferentes categorias de organização, foram também registadas unidades cujo discurso era inexistente. A tabela que se segue ilustra as apreciações feitas no último parágrafo.<sup>57</sup>

<b>Organização Expositiva</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Temas/ Núcleos	12	35,3%
Núcleos/ Cronológicos	12	35,3%
Habitação	7	20,6%
Processo	1	2,9%
Sem Discurso	2	5,9%
Total	34	100%

<sup>56</sup> No quadro síntese apresentado na página 55, pode ser consultado de forma mais detalhada os circuitos museológicos adoptados por cada uma das unidades visitadas.

<sup>57</sup> No quadro síntese apresentado na página 55, pode ser consultado de forma mais detalhada a organização expositiva adoptada por cada uma das unidades visitadas.

Para finalizar a análise do plano museológico de cada unidade, foi feito o registo da tipologia do discurso adoptado por cada museu. Não foi registada nenhuma unidade, cuja tipologia fosse temporária, contudo foi feito o registo do MIDU, cuja exposição assume uma tipologia temporária de longa duração (projectada para dois anos de permanência). No geral das unidades o discurso das suas colecções é feito na base de uma tipologia permanente; com valores bastante reduzidos, unidades que efectuam o discurso permanente com rotatividade de peças (não só como forma de dinamizar a exposição, mas também por questões de conservação das peças). A tabela apresentada de seguida, contabiliza as conclusões acima expressas.<sup>58</sup>

<b>Tipologia do Discurso</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Temporária	0	0%
Temporária de Longa Duração	1	2,9%
Permanente	31	91,2%
Permanente c/ rotatividade	2	5,9%
Total	34	100%

---

<sup>58</sup> No quadro síntese apresentado na página 55, pode ser consultado de forma mais detalhada a tipologia do discurso adoptado por cada uma das unidades visitadas.

[9]. [Quadro Síntese] plano museológico

Identificação das Unidades Museológicas	Quadro de Pessoal	Circuitos Museológicos	Organização Expositiva	Tipologia do Discurso
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	3 pessoas / 1 técnico 2 seguranças	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	Corresponde ao quadro do museu	Aleatório	1 núcleo expositivo	Permanente
Museu Municipal de Castro Daire	1 pessoa / restante CM	Sequencial	Núcleos expositivos	Permanente
Museu Maria da Fontinha	Por marcação	Sequencial	Núcleos expositivos	Permanente
Exposição Etnográfica do Mezio	1 pessoa	Aleatório	Núcleos expositivos	Permanente
Museu Serpa Pinto	2 (recepcionista, técnico de turismo) / restante CM	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Museu de Lamego	19 pessoas	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Núcleo Museológica Felmica	Funcionários da empresa	Aleatório	Sem discurso	Permanente
Casa Museu Aquilino Ribeiro	2 pessoas	Aleatório	Habitação / Núcleos expositivos	Permanente
Casa do Aldeão	2 pessoas	Aleatório	Habitação	Permanente
Casa Museu do Alvite	1 pessoa	Aleatório	Habitação	Permanente
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	2 pessoas	Aleatório	Habitação / Profissões	Permanente
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	1 pessoa	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Casa de Santar	1 pessoa	Sequencial + jardins	Habitação	Permanente
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	Funcionários da empresa	Sequencial + jardins	Habitação	Permanente
Museu Municipal de Oliveira de Frades	2 pessoas (técnicos) / restante CM	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Casa da Ínsua	Funcionários da empresa	Sequencial + jardins	Habitação	Permanente
Museu Municipal de Penedono	1 pessoa / restante CM	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Museu Municipal de Resende	2 pessoas fixas / restante CM	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Museu Eduardo Tavares	2 pessoas (1 técnico, 1 responsável turismo) / restante CM	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	2 pessoas (1 rececionista, 1 técnico)	Aleatório	Sem discurso	Permanente
Museu Rural de Carvalhais	1 pessoa / restante CPC	Sequencial	Núcleos expositivos	Permanente
Museu Municipal Camila Loureiro	1 pessoa	Aleatório	Núcleos expositivos	Permanente
Museu Paroquial Padre Cândido	1 pessoa	Sequencial	Núcleos expositivos	Permanente
Museu do Imaginário Duriense	1 pessoa	Sequencial	Núcleos/ Autores	Temporária longa duração
Museu do Espumante	2 pessoas	Sequencial	Processo	Permanente
Museu Municipal Terras de Besteiros	2 pessoas	Sequencial	Núcleos expositivos	Permanente
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	5 pessoas	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Museu Rural de Pendilhe	1 pessoa	Aleatório	Núcleos expositivos	Permanente
Museu Grão Vasco	16 pessoas	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente; rotatividade
Tesouro da Misericórdia	3 pessoas	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente
Museu Etnográfico de Silgueiros	2 pessoas / restante ASSOPS	Aleatório	Núcleos expositivos	Permanente
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	3 pessoas	Sequencial	Núcleos expositivos	Permanente
Museu Municipal de Vouzela	2 pessoas / restantes CM	Sequencial	Núcleos expositivos/ cronológicos	Permanente; rotatividade

### 2.3.4.2 Plano Museográfico

O plano museográfico pode ser interpretado como a aplicação prática de todas as questões técnicas necessárias à programação de uma exposição. Anteriormente foi expresso pelas questões de inventário, numa óptica de apresentação de todos os itens particulares das colecções. De seguida vai ser expresso através das especificidades integradas na própria exposição. Numa forma mais directa podemos dividir o plano museológico em duas vertentes do design, a *comunicação* e o *equipamento*; podemos ainda falar das *propostas de encenação*, se efectivamente é criado um cenário para as narrativas apresentadas; quais os *sistemas de iluminação* mais frequentes; e por último, as questões associadas à *extensão cultural do museu/ serviço educativo*. O design é uma actividade técnica e criativa, normalmente orientada por uma intenção, objectivo ou para a solução de um problema. De uma forma simplificada pode dizer-se que o *design* é o projecto.

#### 2.3.4.2.1. Design de Comunicação

O *design de comunicação* é um amplo processo criativo que actua na construção de mensagens. Na aplicação prática que exerce nas unidades museológicas, responde, quando desenvolvido, de forma activa na construção de cenários, nos suportes de comunicação que permitem uma interacção de proximidade com os diferentes públicos, e vai actuar positivamente na divulgação praticada pelo museu tornando-se o núcleo mediador da informação destes espaços. A tabela apresentada a seguir, expressa, os diferentes suportes de comunicação registados nas unidades do distrito.<sup>59</sup>

Suportes de Comunicação	nº unidades/ por 34	percentagem/ 100%
Flyer/ Desdobrável	19	55,9%
Roteiro/ Catálogo	8	23,5%
Sinalética Exterior	25	73,5%
Sinalética Interior	13	38,2%
Logótipo	15	44,1%
Testos Introdutórios	14	41,2%
Folha de Sala	4	11,8%
Tabelas	25	73,5%
Publicações	14	41,2%

<sup>59</sup> No quadro síntese apresentado na página 58, pode ser consultado de forma mais detalhada, os suportes de comunicação utilizados por cada uma das unidades visitadas.

Noutra vertente do design de comunicação, foi registado a forma de divulgação feita pelas unidades, considerado um factor decisivo para atrair os diferentes públicos a visitar os museus. Na tabela apresentada abaixo, vão estar apresentados alguns dos sistemas de divulgação que os museus do distrito praticam.<sup>60</sup>

Divulgação	nº unidades/ por 34	percentagem/ 100%
Cartazes/ outdoors/ folhetos	10	29,4%
Boletim Cultural/ Informativo	6	17,6%
Meios de Comunicação Local	19	55,9%
Site Município/ Site Empresa	15	44,1%
Posto Turismo	7	20,6%
Site Museu	1	2,9%
Site IMC	2	5,9%
Site RPM	3	8,9%
Paróquia/ Sta. Casa da Misericórdia	2	5,9%
Blogue/ Newsletter/ Facebook	10	29,4%
Inexistente	10	29,4%

Com a tabela podemos concluir que a maioria das unidades utiliza diferentes sistemas de comunicação para difundir as suas actividades, contudo ainda não têm um sítio na internet, à excepção do Museu do Caramulo, que é o único museu no distrito com site próprio. A divulgação de todas as outras unidades é feita pelas empresas que as tutelam, pelos postos de turismo da região a que pertencem e pelos meios de comunicação local. Ainda há a referenciar as unidades que divulgam os seus serviços e colecções através do site do IMC. Numa outra abordagem, algumas unidades já enviam com regularidade *newletters*, ou admitem *blogue/ facebook*, para difundirem os seus serviços e exposições, contudo continuam a ser uma minoria, o que não deixa de ser um factor de preocupação, pois a maioria não conhece a existência das outras unidades que lhe são próximas.

Numa abordagem menos positiva, existe um valor considerável de espaços, que nem chega a difundir os seus serviços, factor que os coloca numa linguagem de isolamento, face a outras unidades.

<sup>60</sup> No quadro síntese apresentado na página 58, pode ser consultado de forma mais detalhada a divulgação feita por cada uma das unidades visitadas.

Identificação das Unidades Museológicas	Comunicação									
	Flyer/ Desdobrável	Roteiro/ Catálogo	Sinalética Exterior	Sinalética Interior	Logótipo	Textos Introdutórios	Folha Sala	Tabelas	Divulgação	Publicações
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	A	A	A	A	A	A	A	A	Cartazes, site município, meios comunicação local e regional, boletim município.	A
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	-	-	A	-	-	-	-	A	Cartazes, site município, meios comunicação local e regional, boletim do município.	A
Museu Municipal de Castro Daire	-	-	A	-	-	A	-	A	Cartazes, site município, meios comunicação local e regional	-
Museu Maria da Fontinha	A	-	A	-	A	-	-	A	Blogue e <i>newsletter</i>	A
Exposição Etnográfica do Mezio	-	-	A	-	-	-	-	A	Folhetos distribuídos no Posto Turismo Castro Daire, site município, meios comunicação local e regional	-
Museu Serpa Pinto	-	-	A	-	-	A	-	A	Cartazes afixados Casa da Cultura, site município, meios comunicação local e regional, <i>newsletter</i> e Turismo de Portugal	A
Museu de Lamego	-	A	A	A	A	A	-	A	Meios de comunicação local e regional, site IMC, <i>facebook</i> , site RPM, <i>newsletter</i>	A
Núcleo Museológica Felmica	-	-	-	-	A	-	-	-	-	-
Casa Museu Aquilino Ribeiro	-	-	A	-	-	-	-	A	-	-
Casa do Aldeão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa Museu do Alvite	A	-	A	-	-	-	-	A	-	-
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	-	-	A	-	-	-	-	-	-	-
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	-	-	-	-	-	-	-	A	-	-
Casa de Santar	A	-	-	-	A	-	-	-	-	-
Paço dos Cunhas de Santar/ <i>Casa do Soito</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Museu Municipal de Oliveira de Frades	A	-	A	A	A	A	-	A	Meios de comunicação local e regional, site câmara, e <i>facebook</i> ,	-
Casa da Ínsua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Museu Municipal de Penedono	A	-	A	A	A	A	-	A	Cartazes, site município, meios comunicação local e regional, boletim municipal e posto turismo	A
Museu Municipal de Resende	A	A	A	A	A	A	-	A	Cartazes, site município, meios comunicação local e regional, boletim municipal, biblioteca, posto turismo e <i>newsletter</i> .	A
Museu Eduardo Tavares	A	A	A	A	-	A	A	A	Site do posto de turismo (gerência camarária)	A
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	-	-	-	-	-	-	-	-	Site da empresa Termolístur	-
Museu Rural de Carvalhais	A	-	-	-	-	-	-	A	-	-
Museu Municipal Camila Loureiro	-	A	A	-	-	-	-	-	Cartazes, biblioteca, cine teatro e espaço e site camarário, meios comunicação local e regional	-
Museu Paroquial Padre Cândido	-	-	A	-	-	-	-	-	Através da Paróquia (na missa)	-
Museu do Imaginário Duriense	A	-	A	A	A	A	-	A	Cartazes, site município, meios comunicação local e regional	-
Museu do Espumante	A	-	-	-	-	-	-	A	Site camarário, <i>newsletter</i> , meios de comunicação local e transmissão "boca a boca"	-
Museu Municipal Terras de Besteiros	A	A	A	A	A	A	-	A	Site município, meios comunicação local e regional, liga de amigos, boletim municipal	A
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	A	A	A	A	A	-	-	A	Site do museu, <i>newsletter</i> regular (explorado por empresa privada), site RPM	A
Museu Rural de Pendilhe	A	-	A	-	A	-	-	A	Site município e meios comunicação local e regional	-
Museu Grão Vasco	A	A	A	A	A	A	A	A	Meios comunicação local e regional, site IMC, site RPM, <i>newsletter</i> , Posto Turismo	A
Tesouro da Misericórdia	A	-	A	A	A	A	-	A	Boletim Informativo da Sta Casa da Misericórdia, meios comunicação local e regional.	A
Museu Etnográfico de Silgueiros	A	-	A	-	-	-	-	A	Através da associação, meios de comunicação local e regional, Posto de Turismo e <i>facebook</i> .	A
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	A	-	A	A	A	A	-	A	<i>Newsletter</i> da associação, Casa da Ribeira, Câmara de Viseu, Posto Turismo e meios de comunicação local e regional.	-
Museu Municipal de Vouzela	A	-	A	A	-	A	A	A	Cartazes, site município e meios comunicação local e regional	A

### 2.3.4.2.2. Design de Equipamento

As estruturas utilizadas no processo de exposição diferem mediante o tipo de peças expostas e qual a posição que devem assumir, tanto a nível de conservação como de visualização. Os equipamentos são diversificados e cada unidade deve incorporar estruturas que sejam mais adequadas a cada peça. Considerou-se importante este registo, pois no sentido de um funcionamento em rede, o desenho de equipamentos tipo, necessitaria de dados gerais sobre o que é utilizado, por forma, a poder preencher necessidades funcionais. Numa vertente mais específica, saber a dimensão de cada peça que incorpora as colecções, na óptica de elaboração de uma medida *standard*, para obter custos mais reduzidos no fabrico.

Na investigação, apenas foi preenchida a questão da função, e algumas particularidades do material utilizado, do tipo de estrutura apresentada, e a forma como foi adoptada pela instituição. De seguida, vai ser apresentada uma listagem de equipamentos detectados pelas unidades visitadas, o que ilustra, numa base geral, que os recursos mais utilizados são os plintos, os estrados, as vitrinas verticais e as horizontais, os restantes aparecem com valores reduzidos. Neste registo há que ter em atenção unidades que não assumem qualquer equipamento, ou por falta de recursos, ou por se tratar de habitações, cujos equipamentos adoptados, iriam funcionar de forma intrusiva no espaço expositivo.<sup>61</sup>

<b>Estruturas Utilizadas</b>	<b>nº unidades/ 34</b>	<b>percentagem/ 100%</b>
Plintos	21	61,8%
Estrados	15	44,1%
Vitrinas verticais	13	38,2%
Vitrinas horizontais	16	47,1%
Expositores de Parede	6	17,6%
Calhas para quadros	4	11,8%
Suportes de legendas	7	20,6%
Equipamentos Interactivos	3	8,8%
Sistemas de protecção de obras	6	17,6%

No que respeita ao material registado nas unidades museológicas, é diversificado, e dado o facto de algumas unidades utilizarem nos diversos núcleos que integram a exposição, equipamento diferente, torna-se complexo expor de uma forma resumida qual o material que predomina nos equipamentos utilizados. Contudo de uma forma

<sup>61</sup> No quadro síntese apresentado na página 61, pode ser consultado de forma mais detalhada as estruturas utilizadas por cada uma das unidades.

geral foram registadas estruturas com a combinação de madeira e vidro; outras de metal com vidro; e ainda estruturas mais simplistas só de madeira, metal ou gesso. Predomina nos equipamentos museológicos, a combinação de estruturas de madeira com vidro.<sup>62</sup>

As estruturas dos equipamentos também são variáveis, e foram atribuídas as categorias de estrutura cerrada ou esquelética. A primeira confere uma maior densidade ao espaço expositivo, enquanto, a segunda para além de permitir uma visualização mais desafogada da sala de exposição, permite uma observação menos carregada das peças. Por diversas questões, nem sempre as unidades adoptam estruturas esqueléticas, factor que é confirmado na tabela seguinte, onde podemos visualizar uma maior percentagem de estruturas cerradas.<sup>63</sup>

<b>Estrutura do Equipamento</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Cerrada	14	41,2%
Esquelética	13	38,2%
Inexistente	7	20,6%
Total	34	100%

Outra questão levantada e percebida nas salas de exposição foi a linguagem estrutural utilizada nos discursos. Com um interesse de coerência expositiva, esta deveria manter do início ao fim a exposição, independentemente dos núcleos apresentados serem diferentes.<sup>64</sup>

<b>Linha de Equipamento</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Uniforme	16	47,1%
Diversificada	11	32,4%
Inexistente	7	20,6%
Total	34	100%

---

<sup>62</sup> No quadro síntese apresentado na página 61, pode ser consultado de forma mais detalhada os materiais registados em cada uma das unidades.

<sup>63</sup> No quadro síntese apresentado na página 61, pode ser consultado de forma mais detalhada o tipo de estrutura registado em cada uma das unidades.

<sup>64</sup> No quadro síntese apresentado na página 61, pode ser consultado de forma mais detalhada, se a linguagem dos equipamentos se mantém ou não uniforme no percurso expositivo de cada uma das unidades visitadas.

Identificação das Unidades Museológicas	Equipamentos													
	Plintos	Estrados	Vitrinas Verticais	Vitrinas Horizontais	Expositores de Parede	Suportes Quadros	Suportes Legendas	Materiais	Estrutura Cerrada	Estrutura Esquelética	Linha Uniforme	Linha Diversificada	Equipamento Interactivo	Sistemas de Protecção
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	A	A	-	A	-	A	A	Madeira/ vidro, metal	A	-	-	A	-	-
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	-	A	-	-	-	-	-	Madeira	A	-	A	-	-	-
Museu Municipal de Castro Daire	A	A	-	-	-	-	-	Metal	A	-	A	-	-	-
Museu Maria da Fontinha	A		-	-	-	-	-	Madeira, gesso	A	-	-	A	-	-
Exposição Etnográfica do Mezio	A	A	-	-	-	-	-	Madeira	A	-	-	A	-	-
Museu Serpa Pinto	-		-	A	A			Madeira/ vidro	A	-	-	A	-	A
Museu de Lamego	A		A	A		A	A	Madeira, vidro, metal	-	A	-	A	-	A
Núcleo Museológica Felmica	A	-	A	A	-	-	-	Metal Vidro, madeira	-	A	A	-	-	-
Casa Museu Aquilino Ribeiro	A	-	-	A	-	-	-	Madeira, vidro	-	A	A	-	-	-
Casa do Aldeão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa Museu do Alvite	-	-	A	-	-	-	-	Madeira	A	-	-	A	-	-
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	A	-	-	A	-	-	-	Madeira, vidro	-	A	A	-	-	-
Casa de Santar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Museu Municipal de Oliveira de Frades	A	A	A	A	A	-	-	Madeira, vidro, gesso, metal	-	A	-	A	A	-
Casa da Insua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	A
Museu Municipal de Penedono	A			A				Vidro, metal	-	A	A	-	-	-
Museu Municipal de Resende	A	A	A	A	-	-	A	Metal, vidro	A	-	A	-	-	-
Museu Eduardo Tavares	A	A		A			A	Madeira, vidro, metal	-	A	-	A	-	
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	-	-	A	-	-	-	-	Madeira, vidro	A	-	A	-	-	A
Museu Rural de Carvalhais	A	A	A	A	A	-	-	Madeira, vidro	-	A	A	-	-	-
Museu Municipal Camila Loureiro	A					A	-	Gesso, metal	A	-	A	-	-	
Museu Paroquial Padre Cândido	-	A	A	A	A	-	-	Metal, vidro, gesso	-	A	A	-	-	-
Museu do Imaginário Duriense	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	A	-
Museu do Espumante	-	-	-	-	-	-	A	Metal	-	-	-	-	-	-
Museu Municipal Terras de Besteiros	A	A	-	A	-	-	-	Vidro, gesso	-	A	A	-	-	-
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	A	A	A	A	A	A	A	Madeira, vidro, gesso, metal	A	-	A	-	-	A
Museu Rural de Pendilhe	A	A	-	-	-	-	-	Madeira, vidro	-	A	A	-	-	-
Museu Grão Vasco	A	-	A	A	A	-	A	Gesso, vidro	A	-	-	A	-	A
Tesouro da Misericórdia	A		A					Madeira, vidro		A	A	-	-	
Museu Etnográfico de Silgueiros	A	A	A	-	-	-	-	Madeira, vidro	-	A	-	A	-	-
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	-	A	-	-	-	-	-	Madeira	A	-	A	-	A	-
Museu Municipal de Vouzela	A	A	A	A	-	-	-	Madeira, vidro	A	-	-	A	-	-

A - Equipamento disponível e respectivas características

### 2.3.4.2.3. Cenário | Linguagem | Iluminação | Aquisição | Serviço Educativo

As propostas de encenação são variáveis consoante a colecção a apresentar. Devem ser atractivas e criar ambientes diversificados, consoante a narrativa projectada para o espaço. Nem sempre existem, pois as unidades limitam-se a expor as suas peças em estruturas apropriadas, criam uma sequência segundo um determinado factor, mas o cenário/ a envolvente não é trabalhada. A tabela abaixo apresentada ilustra de uma forma transversal se as unidades recorrem ao uso de cenários nos seus espaços expositivos.<sup>65</sup>

<b>Propostas de Encenação</b>	<b>nº unidades</b>	<b>percentagem</b>
Existente	5	14,7%
Recriação de Espaços Habitação	8	23,5%
Expositiva	19	55,9%
Estrutura de Reserva	2	5,9%
Total	34	100%

Com um valor bastante considerável aparecem as unidades que expõem as suas peças, sem contudo recorrerem a um trabalho do espaço que as envolve. Destas unidades, umas assumem maior preocupação na forma como expõem, outras porém, limitam-se a colocar as peças no local sem preocupação de narrativa. Uma minoria, apresenta o cenário expositivo sob a estrutura de reserva (unidades integradas na categoria de reserva visitável, desenvolvido no ponto 2.2.1.2.), sob a óptica de valores mais reduzidos, aparecem as unidades que mantêm os espaços de habitação, (unidades integradas na categoria de colecção visitável, expressa e desenvolvida no ponto 2.2.1.1.), ou ainda as unidades que recriam espaços de habitação, por forma, a estes não caírem no esquecimento (unidades também integradas na categoria de colecção visitável, expressa e desenvolvida no ponto 2.2.1.1.). Numa perspectiva mínima, unidades que criam cenários consistentes e usufruem deles para elogiar as suas peças, e fazem sentir o visitante, parte integrante do ambiente apresentado.

As propostas de encenação podem recorrer a diversos recursos, como a cor ambiente, as ilustrações dispostas em parceria com a colecção e ao recurso de textos ou narrativas que nos indiquem determinadas abordagens das peças apresentadas.

---

<sup>65</sup> No quadro síntese apresentado na página 64, pode ser consultado de forma mais detalhada a proposta de encenação registada em cada uma das unidades.

O discurso e linguagem usados são factores de importância, que vão permitir ao visitante, criar uma maior afinidade com as peças expostas. De certa forma, é como se o visitante entrasse dentro do livro de contos, se sentisse a ouvir a história num ambiente mais plástico e sensorial, que ultrapassa os limites da leitura. A linguagem que apresenta a colecção desse ser acessível a qualquer visitante, sem permitir que este se distancie do discurso e sinta que não se encontra à altura de o perceber. Na tabela apresentada podemos ter uma ideia geral, da linguagem empregue nas salas de exposição, se esta é acessível, complexa ou simplesmente, inexistente.<sup>66</sup>

Linguagem Museal	nº unidades	percentagem
Acessível	15	44,1%
Complexa	1	2,9%
Inexistente	18	52,9%
Total	34	100%

No ambiente expositivo a iluminação utilizada é distinta, e cada unidade recorre a diferentes sistemas para o visitante ter maior percepção das peças e no sentido de as preservar. Na tabela apresentada estão expostas três categorias para classificar o tipo de iluminação apresentada nas unidades.<sup>67</sup> A luz natural, que vem do exterior; a luz indirecta que assume um carácter de luz ambiente, estando colocada nos tectos das salas de exposição sob a forma de calhas suspensas, embutida em tectos falsos, ou focos colocados em locais estratégicos; a luz direccionada, que é pontual e usada essencialmente no interior de vitrinas ou sobre uma obra em particular, no sentido de lhe conferir uma maior luminosidade ou destaque das demais.

Iluminação	nº unidades/ 34	percentagem/ 100%
Luz natural	30	88,2%
Luz indirecta	31	91,2%
Luz direccionada	16	47,1%

Numa perspectiva geral, as unidades que utilizam a iluminação natural, esquecem-se por vezes, que se pode tornar um factor de risco para as peças expostas. Na elaboração de um plano de conservação preventiva, nem sempre efectuado pelas unidades (abordagem concluída no ponto 2.3.4.1.3.1)

<sup>66</sup> No quadro síntese apresentado na página 64, pode ser consultado de forma mais detalhada a linguagem registada em cada uma das unidades.

<sup>67</sup> No quadro síntese apresentado na página 64, podem ser consultados de forma mais detalhada os diferentes sistemas de iluminação, aplicados a cada uma das unidades.

Identificação das Unidades Museológicas	Proposta de Encenação	Linguagem Museal	Sistemas de Iluminação	Aquisição dos Equipamentos e Sistemas de Comunicação	Serviço Educativo
Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria	Encenação dos monumentos arqueológicos que deram origem ao espólio. Encenação com fotografias, dos trabalhos de lavoura onde era usado o espólio etnográfico exposto.	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	Na maioria, as unidades museológicas estudadas, admitem visitas guiadas nos seus programas. Mantém protocolos anuais com as escolas próximas e com empresas de Turismo da Região. O grupo de actividades educativas encontra-se para consulta, nas Fichas Técnicas em Anexo.
Núcleo Museológico Lagar Varas de Parada	Recriação de um lagar de azeite	Acessível	Natural, indirecta	Empresa Externa	
Museu Municipal de Castro Daire	Expositivo	Acessível	Natural, indirecta	Empresa Externa	
Museu Maria da Fontinha	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Exposição Etnográfica do Mezio	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Museu Serpa Pinto	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Museu de Lamego	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Núcleo Museológica Felmica	Expositiva	-	Natural, indirecta	Empresa Externa	
Casa Museu Aquilino Ribeiro	Recriação da Habitação	-	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Casa do Aildeão	Recriação de uma casa de lavoura	-	Natural, Indirecta	Recursos da Casa	
Casa Museu do Alvite	Recriação de uma casa de lavoura	-	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Museu Etnográfico de Arcozelos da Torre	Recriação de uma casa de lavoura	-	Natural, Indirecta	Recursos da Casa	
Núcleo Arqueológico de Canas de Senhorim	Expositiva	Acessível	Natural	Empresa Externa	
Casa de Santar	Recriação da Habitação	-	Natural, Indirecta	-	
Paço dos Cunhas de Santar/ Casa do Soito	Recriação da Habitação	-	Natural, Indirecta	-	
Museu Municipal de Oliveira de Frades	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Casa da Insua	Recriação da Habitação	-	Natural, Indirecta	-	
Museu Municipal de Penedono	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Museu Municipal de Resende	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Museu Eduardo Tavares	Expositiva	Acessível	Natural, Indirecta, direccionada	Empresa Externa	
Núcleo Termal Balneário Rainha D. Amélia	Expositiva	-	Natural, direccionada	Recursos da Casa	
Museu Rural de Carvalhais	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Museu Municipal Camila Loureiro	Expositiva	-	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Museu Paroquial Padre Cândido	Estrutura de Reserva	-	Indirecta, direccionada	Empresa Externa	
Museu do Imaginário Duriense	Representação lenda local com o recurso a diferentes estruturas interactivas que fazem sentir o visitante a caminhar sobre a calçada ao zig-zag.	Acessível	Indirecta, direccionada	Empresa Externa	
Museu do Espumante	Expositiva por processo de fabrico	Acessível	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Museu Municipal Terras de Besteiros	Encenação escura, no piso inferior, que sugere as nossas origens mais remotas; Piso superior branco - projectar para o desenvolvimento	Acessível	Indirecta, direccionada	Empresa Externa	
Museu do Caramulo/ Fundação Abel de Lacerda	Expositiva	Acessível	Natural, Indirecta, direccionada	Empresa Externa	
Museu Rural de Pendilhe	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta	Recursos da Casa	
Museu Grão Vasco	Expositiva	Complexa	Indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Tesouro da Misericórdia	Recriação dos espaços originais das peças, nomeadamente da antiga farmácia da Misericórdia de Viseu	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Museu Etnográfico de Silgueiros	Estrutura de Reserva	Acessível	Natural, Indirecta	Recursos da Casa	
Casa de Lavoura e Oficina do Linho	Recriação de uma casa de lavoura com os diferentes ciclos anuais de trabalhos. O processo do linho expresso de forma mais aprofundada.	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	
Museu Municipal de Vouzela	Expositiva	Acessível	Natural, indirecta e direccionada	Empresa Externa	

### III . Proposta para uma Rede

---

3.1. Reflexão Crítica de Modelos de Redes

3.2. Modelo de Rede Distrital de Museus [RDM]

3.3. Análise SWOT

### 3.1. Reflexão crítica de modelos de redes

---

Que rede para Viseu?

Face ao que foi dito nos capítulos anteriores, procurou encontrar-se um conjunto de critérios que permitissem medir o estado actual do tecido museológico distrital, com vista à projecção de uma rede de museus.

A configuração e a dimensão do distrito de Viseu propiciam o lançamento de experiências de trabalho em rede, onde a vertente museológica vai assumir um papel preponderante. *“A este propósito é imperioso recordar que a Lei Quadro dos Museus Portugueses preconiza a criação de Núcleos de apoio a Museus, localizados em diferentes pontos do País, e baseados, seja em critérios de ordem geográfica, seja em razões de ordem disciplinar e temática”*.<sup>68</sup>

As reflexões seguintes, para além de explicarem e levantarem questões no que respeita ao funcionamento em rede, vão referenciar modelos de redes já desenvolvidas e colocadas em prática. Primeiramente há que relembrar as categorias atribuídas às unidades museológicas visitadas e perceber, que se vão articular museus e colecções visitáveis (conceitos desenvolvidos e subcategorizados no ponto 2.2.1), situações que partilham o mesmo distrito e assumem, o objectivo comum da divulgação e preservação do património cultural num esforço direccionado para uma adesão activa e promissora das comunidades que as integram.

Numa reflexão histórica do conceito, *“As redes surgem nos anos noventa do século XX, acompanham o desenvolvimento da Internet, o surgimento de novas formas de gestão e a abertura das instituições museológicas ao meio envolvente. (...) gostaria de invocar as palavras do museólogo americano Stephen Weil numa conferência em Portugal no arranque do novo milénio, em que este referia que os museus só teriam possibilidade de sobrevivência futura a partir do momento que estabelecessem pontes e parcerias com as outras entidades e se abrissem completamente ao exterior. Assim, as redes surgem num primeiro momento associadas à componente da comunicação, tão presente em estruturas reticulares, de cariz informal e menos institucional.”*<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> Clara Frayão Camacho, *O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus*, p.25

<sup>69</sup> Clara Frayão Camacho, *O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes de museus*.

Na programação de uma rede de museus existe a necessidade primária de “*uma concisa exploração conceptual em torno do conceito de «rede» (...) encarado como uma particularização do conceito de «sistema» (...)»*.<sup>70</sup> Duas estruturas distintas tanto na sua natureza como na sua organização, onde “*o sistema, dotado de uma fronteira e de uma finalidade concebidas a priori, (...) sumariamente definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global*” concorre com a definição do conceito de rede, enquanto modelo ordenador e coordenador das unidades museológicas.

A rede, “*dotada de uma fronteira alterável e de uma finalidade concebida parcialmente aquando da sua génese e precisada no decurso do seu funcionamento (...) aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) «em construção», cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais rectificações.*”<sup>71</sup>

O carácter aberto do conceito de Rede Museal está particularmente aplicado a:

a) “*museus de tutela diferente que partilham o mesmo território (um mesmo concelho ou a parte ou o todo de um distrito) visando fins específicos de partilha da informação, da formação, dos equipamentos e dos recursos, assim como dos meios de actuação junto da comunidade;*”<sup>72</sup>

b) “*museus que pertencem a um mesmo campo temático, explorando complementarmente diferentes facetas do património relativo a esse campo temático, tanto a nível regional e nacional como a nível internacional, visando igualmente fins específicos de partilha da informação e de recursos, assim como de meios de actuação junto das respectivas comunidades;*”<sup>73</sup>

c) “*museus, pólos museológicos ou colecções visitáveis que, pertencendo à mesma tutela, se distribuem por todo o território nacional, como acontece com os museus do Exército ou com os diversos núcleos ou pólos do antigo Museu da CP, de ora em diante*

---

<sup>70</sup> Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Henri Campagnolo, **O conceito de «Rede»: incidências, sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas**, p. 25

<sup>71</sup> Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Henri Campagnolo, **O conceito de «Rede»: incidências, sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas**, p. 26 e 27

<sup>72</sup> Este corpo conceptual foi desenvolvido pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira no decorrer das suas aulas e corresponde ao pdf cedido pelo mesmo professor.

<sup>73</sup> *Idem*

*Museu Nacional Ferroviário, visando fins específicos de partilha da informação, da formação, dos equipamentos e dos recursos, assim como de meios de actuação junto da comunidade.*”<sup>74</sup>

Mediante as abordagens, de conceito de rede museal, a amostra estudada, ocupa a alínea a), “*museus de tutela diferente que partilham o mesmo território*”, especificamente o mesmo distrito; quanto ao panorama museológico apresentado nos capítulos anteriores, torna-se visível a directriz de criação de núcleos de apoio, a instalar em unidades museológicas do distrito, potenciando e rentabilizando recursos (ideologia acima expressa, na Lei Quadro dos Museus Portugueses)

A presente investigação aplicada ao tecido museológico do distrito, permitiu clarificar alguns critérios sobre o seu estado e a partir de agora, promover a abertura de diversas linhas de trabalho orientadas para uma conexão de apoios mutuos, partilha de serviços, criação de dinâmicas, rotatividade de conhecimento, interligação de recursos humanos e acima de tudo, planear conjuntamente uma base técnica indispensável à qualidade e ao bom funcionamento das nossas instituições. Redes de inter-ajuda que visam preencher as condições mínimas de salvaguarda e fruição dos respectivos acervos. Na amostra foi “*imprescindível clarificar os critérios que configuram cada um dos museus, as suas funções e o papel que devem desempenhar*”<sup>75</sup>

68

Estas unidades, embora desfazadas entre si, tiveram a capacidade individual para a construção de ferramentas vitais para um desenvolvimento de qualidade, significativo na construção de instituições dinâmicas e solidárias. “*Se os museus se mantiverem apenas comprometidos com a preservação, mais ou menos tradicional, da história, podem estar destinados a continuar a actuar apenas na sua esfera habitual de influência. Porém, se promoverem a criação de contextos de (re)construção da identidade/s, acompanhando as transformações sociais e os desafios que a Região vive, vão, certamente, tornar-se mais relevantes.*”<sup>76</sup> O interesse na perservação do património, valorização cultural e a sua divulgação para as comunidades/ públicos, une, numa prática comum, todas elas. “*Trata-se, mais uma vez,*

---

<sup>74</sup> Este corpo conceptual foi desenvolvido pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira no decorrer das suas aulas e corresponde ao pdf cedido pelo mesmo professor.

<sup>75</sup> Instituto Português dos Museus, **Inquérito aos Museus Portugueses**, p.15

<sup>76</sup> Alice Semedo, **Outras Redes: parcerias - mais - que - (im) prováveis**, p.7

*de, na prática, instituir um sistema de redes de confiança entre museus e pessoas, reunindo-os em projectos de óbvio interesse e participação comuns”.*<sup>77</sup>

O estudo anteriormente apresentado, identificou a falha na qualidade intrínseca a estes espaços e o não cumprimento das funções museológicas denominadas como a base para a criação de um museu, mas registou sob um ponto de vista muito positivo, a necessidade e o empenhamento na sua criação e a responsabilidade que assumem, nas realidades/ comunidades onde estão integrados. A sua abertura é encarada como uma forma de apoio à população, numa estrutura organizada que vai permitir mudar o pensamento, proporcionar a criação de mentalidades mais estruturadas e cidadãos culturalmente mais envolvidos e não devem ter como resposta, o seu encerramento. Cair no erro de centralizar colecções, encerrar espaços com reduzido número de visitantes, assumir que o património divulgado, não admite a qualidade necessária à sua existência, é negar o surgimento destes espaços como estruturas culturais de apoio, dinamizadoras e responsáveis por manter vivas, certas regiões do país.<sup>78</sup> Estes museus simplesmente necessitam de ser afinados e preparados para existir de forma mais proactiva onde, o investimento feito apenas terá o devido retorno, se estes espaços evoluírem na óptica de boas práticas de gestão museológica. Nestas abordagens de estruturas em rede, é inevitável não comparar modelos diferenciados de outras redes existentes, de *museus em rede* e de *redes de museus*, conceitos díspares com regulamentação própria. Redes que no seu conjunto permitiram reflexões sobre o funcionamento desta rede distrital, proposta para Viseu.

---

<sup>77</sup> Luís Raposo, **A acção do Museu Nacional de Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede**, p.94

<sup>78</sup> “O conceito de desenvolvimento pode ser pensado como uma reavaliação do social e do espacial da região, reavaliação apoiada no contexto económico e ambiental: social, no sentido da inclusão, participação, democracia e poder, sociedade civil, igualdade, identidades, comunidade e pertença; espacial no sentido de centro e periferia, movimentos, fronteiras, territórios, regiões e a sua relação com as necessidades sociais. Sendo assim, a que modelo de rede aspiramos? É o modelo de uma rede “cenário de memória” (de uma memória organizada em torno de diversos elementos: de edifícios, de espaços, de paisagens, de objectos, de palavras... de referências patrimoniais e museológicas estrategicamente (re)colocadas em exposição ao longo de percursos e roteiros, que (re)organizam o olhar e promovem a riqueza de produtos culturais da região mas que se arrisca a actuar como uma mera mostra de património local, mostra a ser consumida, essencialmente pelo olhar do turista) que aqui se desenha? Que configurações diferentes poderá ter? Que relações deverá estabelecer com o seu território e com o mundo? Que funções deverá assumir como prioritárias? Que valores assumirá? E que visão – que utopia, se quiserem – tem esta rede que aqui hoje se apresenta, para esta região?” Cit por Alice Semedo, *Outras redes: parcerias-mais-que-(im)prováveis*. p.2

As *redes de museus* são compostas por estruturas diferenciadas que admitem gestão própria. Organismos museológicos que assumem diferentes tutelas, mas que numa óptica de qualidade e rentabilização de recursos, se vão articular, promover parcerias e elaborar projectos em comum, sem contudo abdicarem da sua autonomia de gestão.

*Os museus em rede* são estruturas museológicas polinucleadas, ou seja, é um “*museu constituído por uma sede e por uma ou mais extensões museológicas correspondentes a núcleos ou pólos estabelecidos em locais fisicamente autónomos da sede com características patrimoniais, colecções e actividades diversas, mas com uma ligação institucional e orgânica de dependência do núcleo-sede*”.<sup>79</sup>

Definidos estes dois conceitos, seguidamente vão ser apresentadas redes que vigoram no nosso país e não só, que permitiram reunir determinados parâmetros para a estruturação da proposta para a rede distrital de Viseu. Numa abordagem transversal no que respeita às tutelas, podemos referenciar quatro categorias de redes museológicas:

- a) *redes que dependem do estado central;*
- b) *redes que dependem de regiões;*
- c) *redes que dependem de estruturas regionais/ informais;*
- d) *redes municipais;*

	<b>Reflexões de Redes</b>	<b>Criação</b>	<b>nº unidades</b>	<b>Tutelas</b>
a)	Network of European Museum Organisations   NEMO	Maió 1992	32	CE
	Rede Portuguesa de Museus   RPM	2000	137	IMC
	Rede de Museus do Douro   MuD	Março 2006	?	IMC
b)	Red de Museos de Extremadura [Espanha]	Julho 1996	37	Região Extremadura*
c)	Rede Municipal do Algarve   RMA	Outubro 2007	10	Regional/ Informal
	SESTA [França]	-	6	Regional/ Informal * <sup>1</sup>
d)	Ecomuseu Municipal do Seixal   EMS	1983	9	Municipal
	Rede Municipal de Loures   RML	Novembro 2006	2	Municipal
	Rede Municipal de Santa. Maria Feira   RMM	Maió 2000	5	Municipal

\*Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Extremadura

\*<sup>1</sup> CONSEIL GENERAL DE L'ARIEGE | Direction de la Culture, de l'Education et du Patrimoine<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Clara Frayão Camacho, **O Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus**, p.12

<sup>80</sup> <http://www.cg09.fr/v2/accueil.asp>

**NEMO | Network of European Museum Organisations** “é uma rede composta por organizações de museus, dentro dos países da União Europeia (UE), bem como representantes dos países associados à UE. A rede é formada por 32 organizações nacionais, museus dentro dos países membros da UE e os países da UE associados. Cada país nomeia até dois representantes para a rede. NEMO tem fortes laços de cooperação com outras instituições culturais em toda a Europa e em todo o mundo promovendo nos museus europeus, o intercâmbio de assuntos de interesse na procura de uma voz comum para as preocupações culturais na Europa.”<sup>81</sup>

O que faz o NEMO?	Como é que NEMO trabalha?
<p>Fornece informações sobre as iniciativas a museus relevantes da UE e outras questões de importância;</p> <p>Lobbies de instituições europeias (UE), em questões relevantes para os museus;</p> <p>Promove o papel e a importância dos museus para os decisores políticos europeus;</p> <p>Incentiva o intercâmbio de informações entre os museus e organizações museu em toda a Europa.</p>	<p>NEMO tem uma estrutura informal. NEMO comunica-se através de seu boletim NEMO-News, o do site <a href="http://www.nemo.org">www.nemo.org</a> e uma reunião anual com os representantes dos países membros.</p> <p>O executivo se reúne pelo menos duas vezes por ano. O executivo e presidente são nomeados por um período de dois anos na reunião anual. A presidência gira entre os países membros. O secretariado e o gabinete do NEMO acompanhar o presidente em conformidade.</p> <p><b>Lobby:</b></p> <p>Reuniões e ligação com as autoridades competentes da Comissão Europeia e representantes do Parlamento Europeu, bem como com outros representantes-chave da EU;</p> <p>Reuniões e ligação com as autoridades competentes da Comissão Europeia e representantes do Parlamento Europeu, bem como com outros representantes-chave da EU;</p> <p>Respostas a questões políticas, tais como direitos autorais, programas de financiamento, estatísticas, bem como o papel dos museus;</p> <p>Reuniões com outros grupos da União Europeia, tal como com representantes de países que detêm a presidência e aqueles que planejam, outros direcções e aliados corpos;</p> <p>Articulação com outras organizações e redes que têm interesses similares na cultura.</p>

<sup>81</sup> “A primeira reunião do NEMO chamado “CE Conferência de Museus”, foi realizada em Copenhaga em 06/ 08 de Maio de 1992, com a finalidade de estabelecer uma rede europeia de profissionais de museus. Frank Birkebaek, o director do Museu de Roskilde na Dinamarca, primeiro apresentou a ideia de rede, e o Tratado de Maastricht incentivado a ideia de cultura, dando uma posição mais proeminente na Comunidade Europeia. A reunião contou com a presença de representantes de organizações museu de toda a Europa. A reunião decidiu que NEMO seria um órgão consultivo da CE, bem como um corpo cooperando para museus na Europa.”

In <http://www.ne-mo.org/index>.

**RPM | Rede Portuguesa de Museus** “*é um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus*”<sup>82</sup>

Numa primeira abordagem, a rede optou por adoptar o conceito de museu do ICOM na formatação da adesão à Rede Portuguesa de Museus, como referencial para a apreciação das candidaturas. Numa fase posterior, aderir ao conceito de museu, expresso pela Lei Quadro dos Museus Portugueses n.º47/2004.<sup>83</sup>

A RPM, criada em 2000 é actualmente composta por 137 museus, nos quais se encontram incluídos, “*28 museus e os 5 Palácios tutelados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, os 14 museus tutelados pelas Direcções Regionais da Cultura dos Açores e da Madeira (que integraram a RPM por protocolo) e mais 90 museus que passaram a integrar a RPM por candidatura.*” As diferentes unidades assumem uma “*diversidade de tutelas, de colecções, de espaços, de actividades educativas, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão*”<sup>84</sup>

Com o panorama museológico actual, a própria RPM vai levantando questões que permitem “*alargar as redes inter-museus e as sinergias no terreno configuradas numa «geometria variável em permanente construção»*”, e prevê como metas para os próximos anos, a necessidade da “*criação de núcleos de apoio a museus, a programação em rede e o incremento das redes regionais*”<sup>85</sup>

Isabel Victor, actual Directora do Departamento de Museus/ IMC ainda nos expressa a noção de que “*A Qualidade em Museus não é hoje um mero artifício de Gestão, mas uma mudança cultural*”, e que nesta ideologia temos de interpretar os museus como entidades socialmente responsáveis, promissoras ao desenvolvimento e com capacidade de reestruturação contínua na busca de melhores resultados, com valores consideravelmente reduzidos.<sup>86</sup>

---

<sup>82</sup> “A Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus foi criada na dependência do Instituto Português de Museus pelo *Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 17 de Maio*. As suas actividades ao longo deste período deram corpo às atribuições que lhe foram cometidas naquele despacho, designadamente a definição do modelo da Rede Portuguesa de Museus, a concepção e a aplicação do Regulamento de Adesão à RPM, a criação e a execução de programas de apoio técnico e financeiro à qualificação de museus e a promoção de acções de formação.” *In* <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>

<sup>83</sup> Clara Frayão Camacho, **O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes de museus**, p.3

<sup>84</sup> [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus\\_rpm/HighlightList.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm/HighlightList.aspx)

<sup>85</sup> Isabel Victor, **Museus em Rede – Boletim da Rede Portuguesa de Museus**, n.º37. Editorial

<sup>86</sup> *Idem, Ibidem*

## MuD | Rede de Museus do Douro

No contexto de diversas linhas de pensamento surge a criação de um museu da região<sup>87</sup> que funcione como pólo de dinamização cultural.<sup>88</sup> O projecto do Museu do Douro, foi concretizado segundo a Lei nº 125/97 que o define no Artigo 2º, como “*uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro, tendo a sua sede em Peso da Régua*”, com tutela do Ministério da Cultura expresso no Artigo 4º da mesma lei.<sup>89</sup>

A estrutura definida, ainda na mesma lei, resume-se na prática à criação de núcleos do MuD, nos vinte e um concelhos da RDD (Região Demarcada do Douro), que sejam assegurados aos níveis financeiros e humanos pela gestão directa da sede, situação inviabilizada pela condição económica do país e a falta de mecenas no sector da cultura e indicativa de uma gestão demasiado complexa, que poderia ser comprometida por falta de eficácia. Perante estas reflexões a Rede de Museus do Douro, projectada como um museu em rede<sup>90</sup>, foi reavaliada e estruturada como uma rede de museus, cujos núcleos não dependem da sede, “*mas de diversas estruturas com tutelas diferenciadas, que se unem em Rede com vista a congregar sinergias num projecto cultural comum, abrindo novas hipóteses de entendimento e valorização do potencial cultural da região*”.<sup>91</sup>

O MuD “*é uma plataforma de encontro e diálogo entre as diferentes instituições museológicas, para-museológicas e de âmbito cultural, públicas e privadas, a operar na Região Demarcada do Douro. Tem por missão aliar diferentes estruturas*

---

<sup>87</sup> “A Região Demarcada do Douro é internacionalmente considerada como uma importante região vitivinícola, quer pela qualidade dos seus vinhos, com destaque para o vinho do Porto, quer pela dimensão histórica associada ao seu território - falamos da primeira região demarcada e regulamentada do mundo, classificada como Património Mundial desde 2001.” As características da região e as consequentes alterações técnicas da vitivinicultura, põem em causa a “*perda da memória colectiva duriense*”, em contraste, o crescimento do enoturismo a nível mundial e o interesse pelas regiões vitícolas, vai desencadear o potencial da região e o turismo regional é encarado como um factor vital do desenvolvimento económico. In Natália Fauvrelle, Susana Marques, **MUD - uma rede de museus para o Douro**, p. 2

<sup>88</sup> “O museu apresenta-se assim como uma instituição de “diálogo e de humanização” (HERNANDÉZ, 2006, 244) em que se podem acolher e conservar as identidades da região, cujo reflexo mais significativo podemos encontrar nos objectos, mas também nas técnicas, nas ideias, nos saberes e no saber-fazer tradicional. É este património tão diverso que exprime a forma de ser e estar neste espaço tão singular.” In Natália Fauvrelle, Susana Marques, **MuD - uma rede de museus para o Douro**, p. 2

<sup>89</sup> LEI nº 125/97. D.R. I Série A. 278 (1997-12-02) 6433-6434

<sup>90</sup> “sem afastar a concepção inicial de criação de diferentes núcleos nos concelhos da RDD” In Natália Fauvrelle, Susana Marques, **MUD - uma rede de museus para o Douro**, p. 2

<sup>91</sup> Natália Fauvrelle, Susana Marques, **MUD - uma rede de museus para o Douro**, p. 2

*museológicas num projecto cultural comum, abrindo novas hipóteses de entendimento e valorização da comunidade duriense, assumindo um papel activo no desenvolvimento da Região Demarcada do Douro (...)*". A rede estruturou como objectivos a criação de condições necessárias para "*dar voz à diversidade cultural da Região (...) tem ainda uma forte componente de entreaajuda técnica entre os membros, de modo a que possam desenvolver coerentemente as diferentes funções museológicas.*"<sup>92</sup>

### **Red de Museos de Extremadura**<sup>93</sup>

A situação actual dos Museus na Extremadura encontra-se configurada por um extenso e variado mapa de centros museológicos. Com a criação da rede e a subsequente incorporação dos centros já existentes, desenvolvem-se novas linhas de actuação no campo dos museus e centros de interesse cultural da região.

A rede surge como uma plataforma cultural e administrativa que pretende ajudar e integrar os centros museológicos da região, acrescentando novas propostas e projectos, reunindo assim, uma oferta global de qualidade, equilibrada e diversificada. Deste modo, concebeu-se a *Red de Museos de Extremadura* na dependência da *Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Extremadura (Decreto 110/1996 de 02 de Julho)*, registada como *Red de Museos y Exposiciones Museográficas Permanentes de Extremadura*. Com o principal objectivo de facilitar a comunicação entre os diferentes museus e colecções da *Extremadura* a rede dedica-se a uma maior oferta cultural, através de planos periódicos e estudos das necessidades museológicas da região, promovendo em simultâneo as relações com outros centros e comunidades autónomas. Desta forma o âmbito temático da rede é ampliado, com o interesse de oferecer à sociedade uma visão, praticamente completa, da cultura da região em todas as suas manifestações.<sup>94</sup>

Actualmente, a rede é constituída por 10 Museus Fundacionais, 15 Museus de Identidade e 12 Centros de Interpretação.<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> <http://www.museudodouro.pt/pagina,7,7.aspx>

<sup>93</sup> A Extremadura, é uma comunidade autónoma espanhola, que se encontra dividida em duas províncias, Cáceres e Badajoz, sendo Mérida a sua capital. In [http://pt.wikipedia.org/wiki/Extremadura\\_\(Espanha\)#Origem\\_do\\_nome](http://pt.wikipedia.org/wiki/Extremadura_(Espanha)#Origem_do_nome)

<sup>94</sup> María José Pérez del Castillo, **Los Museos en Extremadura**, p. 108 - 116

<sup>95</sup> In [www.culturaextremadura.com/](http://www.culturaextremadura.com/)

**RMA | Rede de Museus do Algarve** “é uma estrutura informal constituída por museus integrados na Rede Portuguesa de Museus, outros museus municipais, entidades museológicas do Estado Português (Museu da Marinha) e privadas (...)”<sup>96</sup> A Rede de Museus do Algarve integra 14 instituições museológicas da região<sup>97</sup> e pretende desenvolver acções de parceria entre outros museus da região, num interesse de apoio e cooperação, promovendo uma valorização real da oferta cultural do Algarve. Projectada em 2007 segundo uma “Carta de Princípio”, delimita-se pela “*liberdade de adesão, cooperação em rede, serviço público e ética profissional, informação e comunicação, inovação e programação museológica*”. A sua criação tem em vista desenvolver projectos de cooperação entre museus, com a promoção de acções e a partilha equilibrada dos recursos disponíveis, numa óptica de eficácia e economia de meios, mediante directrizes regulares de acções de formação, visitas aos museus da rede e encontros entre os representantes das unidades.<sup>98</sup>

#### **SESTA | Service d'Exploitation des Sites Touristiques de l'Ariège**

A rede convida o visitante a fazer uma viagem da pré-história até o presente, no coração dos *Pirinéus Ariège*; integra 6 estruturas: *Parc de la pré histoire, Grotte de Niaux, Château de Foix, Palais des Evêques, Grotte de Mas d'Azil e Forges de Pyrène*, descentralizadas que programam actividades conjuntas. Reúne um conjunto de infra-estruturas de gestão independente que interligam serviços numa óptica comum de transmissão cultural.<sup>99</sup>

75

#### **EMS | Ecomuseu Municipal do Seixal**

O Ecomuseu está tutelado pela Câmara Municipal do Seixal (Divisão do Património Histórico e Natural – Departamento de Cultura da Câmara do Seixal), integra a RPM e assume uma estrutura territorial descentralizada. Do ponto de vista da sua organização do territorial, o EMS abrange 5 núcleos museológicos, 3 embarcações tradicionais e 3 extensões museológicas,<sup>100</sup> “*cuja gestão obedece a uma programação museológica comum e visa assegurar o cumprimento da missão cometida à instituição, intimamente*

<sup>96</sup> <http://algarve19.yolasite.com/resources/rma1-1.jpg>

<sup>97</sup> <http://algarve19.yolasite.com/resources/rma4-1.jpg>

<sup>98</sup> <http://museusdoalgarve.wordpress.com/o-que-e-a-rede-de-museus-do-algarve/>

<sup>99</sup> <http://sesta.fr/>

<sup>100</sup> [http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos\\_e\\_extensoes/nucleos\\_home.html](http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos_home.html)

*ligada ao território, ao Património cultural e à população do Concelho do Seixal.”*<sup>101</sup>  
*“O nosso conceito de extensão preconiza ainda a possibilidade de incorporação dos espólios, seleccionados enquanto bens culturais, ou patrimonializados,”*<sup>102</sup> *no acervo museológico do Ecomuseu, quando tal procedimento (ou processo museológico) se revelar necessário à preservação dos mesmos.”*<sup>103</sup> *“Tem por missão, investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do Concelho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável.”*<sup>104</sup>

O EMS admite uma gestão integrada de serviços que se dedicam a investigar, documentar, conservar, expor, difundir e educação, um vasto acervo museológico e um património muito diversificado.

**Rede de Museus de Loures** está integrada na rede do Fórum Europeu de Museus e encontra-se em processo de adesão à Rede Portuguesa de Museus. É constituída pelo Museu Municipal de Loures e pelo Museu de Cerâmica de Sacavém, mas tem perspectivas de expansão a outros espaços do Município de Loures.

76

Estes museus têm como missão a *“salvaguarda, valorização, estudo, divulgação e fruição do Património Cultural Local; estudo do território e do seu património, material e imaterial.”*<sup>105</sup> *“Pelo seu prestígio e reconhecido esforço na difusão da cultura e do conhecimento ao público em geral e pela inovação que tem introduzido na Museologia”*<sup>106</sup> a projecção destas duas estruturas museológicas já ultrapassou o nosso território; a Rede de Museus de Loures tem merecido a atenção dos mais diversos quadrantes, sendo, inclusivamente, alvo de teses de doutoramento e do reconhecimento

---

<sup>101</sup> [http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos\\_e\\_extensoes/nucleos\\_home.html](http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/nucleos_e_extensoes/nucleos_home.html)

<sup>102</sup> *“por patrimonialização entendemos o processo de reconhecimento e de apropriação de bens culturais por uma comunidade, cuja relação com esses bens, tendo um carácter cognitivo e um carácter afectivo, desenvolve a necessidade de criação e/ou de aplicação de recursos e meios específicos de gestão – registo, documentação, conservação, interpretação, difusão e valorização ou reutilização”* In Graça Filipe, **A participação do Ecomuseu Municipal do Seixal em parcerias europeias no campo do património industrial**, p.109

<sup>103</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>104</sup> <http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/ferramentas/faqs.html>

<sup>105</sup> Artigo 7º, Regulamento Interno da Rede de Museus de Loures

<sup>106</sup> [http://www.cm-loures.pt/p\\_lm35\\_ALupa.asp#1](http://www.cm-loures.pt/p_lm35_ALupa.asp#1)

europeu, factor demonstrado pela satisfação dos visitantes e pela atribuição de prémios.<sup>107</sup>

*“A gestão em rede de recursos humanos, logísticos e financeiros tem permitido integrar as vertentes históricas e identificadoras mais relevantes do território deste 5º maior município (em termos de população), quer no Museu Municipal de Loures, com o discurso da Etnografia e da Arqueologia, quer com o Museu de Cerâmica de Sacavém, abrangendo o período de industrialização do Trancão e Lisboa, quer com o futuro Museu do Vinho, na rica área vitivinícola de Bucelas ou mesmo na Rede das Linhas de Defesa de Torres Vedras.”*<sup>108</sup>

### **RMM | Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira**

*“Em Santa Maria da Feira, a Câmara Municipal, consciente da importância da representatividade de um museu na comunidade e inserido no conceito de aldeia global, mais do que qualquer outro organismo social ou cultural, o museu seria o promotor da preservação e valorização da identidade local como marca de individualização regional, face à massificação da sociedade contemporânea. De outro modo, a área do município apresentava um importante património, testemunhado por inúmeros vestígios representativos da acção do Homem no meio natural, da sua adaptação a novos modelos culturais e mentais, desde épocas pré-históricas até aos nossos dias e que necessitavam de ser valorizados.”*<sup>109</sup>

Com a finalidade de valorizar e salvaguardar o património define a sua política cultural museológica e propõe, ao então IPM (actual IMC) um modelo de gestão organizacional de estrutura simples, facilmente controlado na realidade existente e que accionasse formas rentáveis dos recursos disponíveis. Ao seleccionar um modelo de Rede, criando a Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira preenchia directrizes na consistência, estabilidade na gestão integrada dos bens culturais móveis que se encontravam sob a sua tutela. A realidade deste município resultava da existência de diversos espaços frágeis e incapazes de adaptação às novas funções e realidades

---

<sup>107</sup> “Menção Especial do Prémio Museu do Ano (1993), o Prémio da Associação Portuguesa de Museologia (1993), e o Prémio do Melhor Serviço de Extensão Cultural (2002) para o Museu Municipal de Loures e o Prémio Micheletti (2001), para o Museu de Cerâmica de Sacavém.” In [http://www.cm-loures.pt/p\\_lm35\\_ALupa.asp#1](http://www.cm-loures.pt/p_lm35_ALupa.asp#1)

<sup>108</sup> *Idem*

<sup>109</sup> Ana José A.C. de Oliveira, **Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira - um modelo organizacional**, p.2

museológicas, “*mas que possuía um significativo conjunto de colecções que poderiam perspectivar sentidos expositivos autónomos de revelada importância.*”<sup>110</sup>

“*Criada em 18 de Maio de 2000, a RMM integra no seu âmbito programático, para além Museu Convento dos Lóios, outros museus temáticos representativos das vivências e culturas da região.*”<sup>111</sup> Para o seu funcionamento foi criado um órgão regulador de gestão a Direcção Executiva (directores/ coordenadores de cada unidade) e um órgão consultivo, o Conselho Científico (constituído por professores da Faculdade de Letras da Universidades Do Porto e Coimbra, escolhidos mediante as colecções já existentes e a colaboração proporcionada pelos mesmos). O anúncio destas competências clarificou procedimentos já existentes e foi o motor de arranque para a necessidade de definição da natureza de cada um dos museus e de modo particular, do Museu Municipal Convento de Lóis que assumiu a função de núcleo central da RMM, “*pólo catalisador de valorização das características individuais de cada espaço museológico e simultaneamente, o promotor de sinergias (...) transforma-se no núcleo de origem, na marca congregadora que mantém o acervo sob a sua gestão até à abertura de novos espaços expositivos (...).*”<sup>112</sup> A rede foi sempre projectada com o interesse definido de preservar o individualismo de cada espaço, onde cada um assume a sua missão e objectivos próprios que conseqüentemente, fortalecem a própria missão da Rede Municipal de Museus.

---

<sup>110</sup> Ana José A.C. de Oliveira, **Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira - um modelo organizacional**, p.3

<sup>111</sup> *Idem*, p. 4

<sup>112</sup> *Idem*, p.5

### 3.2. Modelo de Rede Distrital de Museus [RDM]

---

#### Plano de Gestão Integrada | Viseu em rede

Na envolvência apresentada no distrito, a orientação do projecto da rede, da presente dissertação, tem como determinante os modelos consultados e explanados nos últimos parágrafos. O plano de gestão integrada, vai ser estruturado segundo paradigmas de *redes que dependem de estruturas regionais/ informais*, o que, o aproxima consideravelmente do modelo adoptado pela Rede de Museus do Algarve.

O propósito de criação da rede, surge como infraestrutura de apoio que vai permitir um interface sustentável entre museus, dignificar espaços e imagens e possibilitar intervenções traçadas para um fim comum, a partilha de património, *“a rede terá de ser descentralizada, transversal às diversas tipologias das colecções e profundamente articulada com as expectativas, dinamismos e necessidades da sua envolvência”*<sup>113</sup>

A rede não pode ser encarada como uma forma de minimizar determinados espaços, mas sim interpretada como a hipótese de atingirem diferentes níveis de particularidade. Muitas destas unidades não reúnem condições para vir a ser certificadas pela RPM, contudo, podem integrar uma rede comunitária e serem infraestruturas museológicas e paramuseológicas de um circuito estruturado com narrativas próprias e profícuas. A criação da rede não se pretende uma uniformização, mas sim criar elos complementares de ligação e comunicação entre os museus, respeitando a individualidade de cada instituição. *“É forçoso admitir que a partilha e cooperação entre as várias instituições de carácter museológico, a nível regional, se encontra, ainda, numa fase embrionária, designadamente no que concerne à articulação entre museus e a elaboração de projectos em comum.”*<sup>114</sup>

À semelhança do preconizado a nível nacional, também o distrito de Viseu poderá dentro da RDM constituir um sistema de mediação entre as diferentes entidades museológicas, com objectivos de promoção da comunicação e entreaajuda, com vista à qualificação do tecido museológico regional. Desta forma, caberá aos museus, enquanto promotores, o papel de dinamização de recursos humanos e técnicos de modo a poderem apoiar os seus pares, no cumprimento das funções museológicas, situação

---

<sup>113</sup> Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus, *Inquérito aos Museus Portugueses*, p.15

<sup>114</sup> Isabel Soares, *Que Redes para o Algarve? - Reflexão Crítica*, p.27

deficitária no conjunto investigado. As ideias acima expressas vão desencadear objectivos para uma rede, articulando as diversas valências museais e preenchendo questões, ainda embrionárias, do estudo das colecções, construção de discursos e parâmetros técnicos (inventário, plano preventivo de conservação e afins). A estrutura da rede vai ser elaborada de acordo com a definição de uma missão colectiva de cooperação e partilha, respondendo de um modo mais eficaz, às necessidades culturais e educacionais do distrito, apresentando os seguintes objectivos:

- a) Descentralizar a política cultural, reaproveitando os recursos de cada museu da RPM e prosseguir à transformação dos museus da RPM, em segmentos que representem o distrito;
- b) Criar uma rede de informação virtual a nível do distrito;
- c) Desenvolver competências e a qualidade nas unidades, com a partilha de conhecimentos/ experiências museológicas; contributo para o desenvolvimento profissional com alguma incidência na consultoria das diversas áreas da museologia/ museografia;
- d) Desenvolver uma colaboração mutua e recíproca para a protecção do património distrital, apoiando primeiramente as instituições mais carenciadas.

Estes objectivos, vão ser exploradas, ainda que, de uma forma transversal, dado o limite de texto a cumprir, por diversas frentes de activação e mediante objectivos específicos não dissociados dos gerais.

**a) Descentralizar a política cultural, reaproveitando os recursos de cada museu da RPM e prosseguir à sua transformação em segmentos que representem o distrito;**

A carência de estruturas homogéneas a nível do distrito, desencadeou uma selecção de três unidades capazes de serem os núcleos sede deste projecto em rede. O Museu de Lamego (Lamego), o Museu Grão Vasco (Viseu) e o Museu do Caramulo (Tondela), entidades da RPM, credenciadas e capazes de assumir a representatividade do distrito. Neste projecto, vão ainda ser designados como o espaço físico da RD, onde assumem um contacto directo com diferentes parceiros, possíveis motores de desenvolvimento. Numa outra vertente, estes museus, admitem uma localização geográfica específica na malha distrital, estrategicamente definida a norte, ao centro e a sul, o que permite estabelecer um contacto mais directo com os demais museus. Estas três unidades vão ser a gestão física da rede, cuja caracterização se vai delinear segundo os seguintes pressupostos:

- Elaborar de projectos com candidaturas a fundos, apoios de mecenas....
- Programação das actividades anuais da RD;
- Realização de formações periódicas;
- Estabelecimento de parcerias, com outras redes;
- Gestão de equipamentos e recursos;
- Aquisição de um veículo de transporte que possa garantir a deslocação de peças, nas mais diversificadas situações evitando-se o recurso a *outsourcing*;

#### **b) Criar uma rede de informação virtual a nível do distrito.**

O espaço online permitirá o cruzamento de dados para a gestão dos recursos, de uma forma sustentável. *“Mas todos nós sabemos que, depois do 11 de Setembro, o conceito de rede ficou também manchado – é óbvio que uma rede electrónica pode constituir um perigoso instrumento do mal. Um projecto claramente estabelecido para a rede deve regular as suas utilizações”*.<sup>115</sup>

Os sistemas virtuais, são vistos, nos dias de hoje como uma “rampa de lançamento” para a projecção dos museus, e cada vez mais, vão ser o acesso directo dos diferentes públicos aos espaços museológicos. Neste objectivo são estruturados os seguintes pontos:

- Interface virtual, basilar para um mutuo conhecimento dos museus existentes no distrito e a possibilidade de resolução de problemas, assentes em estratégias a baixo custo;
- Inscrição individual e gratuita, de todas as unidades, independentemente do órgão que as tutela;
- Sítio *online* dividido em dois acessos distintos, os *utilizadores internos*, para as unidades museológicas inscritas na rede, e os *utilizadores externos*, relativos a qualquer visitante que pretenda conhecer os museus do distrito;
- Assinalar as unidades não inscritas na rede, como uma referência para as restantes e para o público em geral;
- Arquivo virtual de informação sobre cada uma das unidades (os dados apresentados nos capítulos anteriores, podem ser o arranque inicial para o repositório da RD);
- Preenchimento de um questionário de auto-diagnóstico, por parte de cada museu, para avaliação das limitações e potenciais existentes;

<sup>115</sup> Per-Uno Ågren, *Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus*, p. 22

- Layout do espaço virtual, assegurado pelos membros da rede, com execução nos gabinetes de comunicação e marketing dos municípios que tutelam os museus;

As informações resultantes deste circuito em rede, são recíprocas. Os museus têm um auto conhecimento mais profundo, face a si mesmos, porque se comparam directamente com os restantes. Numa óptica inversa, ao formularem críticas construtivas e activas para apoiarem outras unidades, actuam na definição de estratégias mais empreendedoras, nos seus núcleos de trabalho. Estas sinergias de conhecimento mútuo, de dar e receber, são um trampolim, para uma gestão museológica de qualidade.

### **c) Desenvolver competências e a qualidade das instituições**

A aplicação deste objectivo é extensa e rege-se por diferentes patamares internos das unidades museológicas (*recursos humanos, orgânica espacial/ serviços museológicos, sistemas de comunicação e equipamentos*), desenvolvidos de seguida, mediante parâmetros de activação:

No que respeita aos *recursos humanos*, a investigação efectuada, confirma a nítida falha, no número de colaboradores que compõem os quadros, das unidades museológicas visitadas. Registaram-se 10 técnicos<sup>116</sup>, com formação nas áreas de arqueologia, antropologia, museologia, história e actividades educativas. Num conjunto de 34 unidades visitadas é um valor bastante reduzido, face às necessidades dos espaços museológicos. O restante quadro de pessoal afecto às unidades, não tem a formação exigida para as funções museológicas, o que não se torna impeditivo de apoiarem na salvaguarda do património, com a devida formação antecipada.

No eixo da formação e como contributo para o desenvolvimento profissional dos funcionários, sugere-se:

- Técnicos existentes como porta-voz de acções internas de formação;
- Concepção de equipas de trabalho, ministradas por funcionários com formação mais aprofundada nos sectores museológicos, como ponte de acesso para a qualificação dos restantes;

---

<sup>116</sup> Distribuídos pelo Museu Manuel Soares da Albergaria, Museu de Lamego, Museu Municipal de Oliveira de Frades, Museu Municipal de Resende, Museu Eduardo Tavares, Museu Municipal Terras de Besteiros, Museu do Caramulo, Museu Grão Vasco, Tesouro da Misericórdia e o Museu Municipal de Vouzela.

- Realização de seminários museológicos, workshops e palestras, descentralizadas e periódicas, recorrendo a oradores convidados com formação técnica mais especializada;
- Parcerias com universidades, designadamente como impulso à investigação sobre o património e colecções que integram os acervos museológicos;<sup>117</sup>
- Previsibilidade da necessidade de deslocação de técnicos externos, a locais que necessitem de apoio mais especializado (nomeadamente nos campos da conservação e restauro);

A *orgânica espacial* e os *serviços museológicos* disponibilizados pelas unidades admitem limitações, o que não permite, respostas objectivas, num extenso leque de parâmetros funcionais e técnicos. Nesta óptica vão ser delineados itens de melhoria, face às restrições do edifício/ serviços que poderiam vir a ser integrados pela rede:

- Utilização de outras unidades da RD como estruturas de apoio;
- Criação de uma estrutura física da RD - edifício de apoio - partilhado por todas as unidades, em questões de reserva, oficinas de conservação/ restauro/ museografia e depósito de estruturas derivadas de exposições temporárias/ itinerantes;
- Reconsiderar a criação de reservas visitáveis nos edifícios como respostas ao reduzido espaço expositivo;<sup>118</sup>
- Numa perspectiva mais arrojada, ser assumido pela rede, um projecto de ampliação nos edifícios museológicos, para a melhoria da orgânica espacial das unidades;
- Reestruturar fichas de inventário e subsequente criação de sistema virtual do mesmo (mantendo a linguagem dos núcleos sede na adopção ao *matriz net*);
- Estruturação de planos de conservação preventiva, que respondam positivamente às necessidades detectadas;

<sup>117</sup> “Uma rede que se abre às universidades e aos jovens investigadores, colocando os museus no centro das grandes linhas de investigação, como importante interface de disseminação do conhecimento.” Cit. por Isabel Victor, **Museus em Rede – Boletim da Rede Portuguesa de Museus nº37**, Editorial

<sup>118</sup> Em situações extremas de espaço reduzido, particularmente em muitas das unidades visitadas, o piso superior poderá ser transformado em espaço de reserva visitável (conceito expresso e desenvolvido no ponto 2.2.1), preparado com equipamentos funcionais para assumir essas funções. Nesse sentido muitas das unidades ganhariam novos espaços, utilizando-os de forma mais rentável. O piso inferior, manteria a exposição permanente, sob uma perspectiva menos concentrada, ou então adoptaria uma tipologia de discurso temporária de longa duração e/ou rotatividade de colecções.

*Os sistemas de comunicação* são escassos ou inexistentes, o que coloca determinados museus, praticamente isolados. A começar pela comunicação externa, onde as próprias autarquias, empresas ou associações que tutelam as unidades, se colocam, muitas vezes à margem do problema. Esta sinalização externa é um dos pontos fortes, para estes espaços serem visitados. Numa outra abordagem, também a imagem interna e externa do espaço museológico, nomeadamente a identidade corporativa<sup>119</sup> associada, a identificação das colecções e a articulação do espaço, são questões consideradas deficitárias. A comunicação gera crescimento e desenvolvimento, e perante a realidade do tecido museológico, os itens representam frentes de activação necessárias e vitais:

- Reforço da sinalização exterior mediante acordos com as entidades responsáveis;
- Desenvolvimento da imagem corporativa da RD, passível de ser adoptada por qualquer unidade membro, no sentido de lhe atribuir uma coerência conjunta (logótipo, comunicação – interna e externa, material impresso, etc);
- Criação de uma sinalética interna universal;<sup>120</sup>
- Delinear uma base estrutural para os sistemas de comunicação, identificando formatos, materiais e *layouts* <sup>121</sup>
- Criação gráfica, assegurada pelos membros da rede, com execução nos gabinetes de comunicação e marketing dos municípios que tutelam os museus;
- Selecção de uma empresa *outsourcing*, que garanta o fabrico dos suportes gráficos, entrega, aplicação e manutenção.

---

<sup>119</sup> “A Identidade Corporativa pode ser definida como o conjunto de atributos que torna uma “empresa” única e especial; traduz-se por diferentes formas (que contribuem para a construção da **imagem corporativa**): na marca gráfica da empresa (logótipo), nas suas comunicações (interna e externa), no seu ambiente de produção ou atendimento, no tratamento que dá ao cliente, nas apresentações dos seus profissionais, no seu material impresso, no seu nome, no seu portfólio de produtos”. In. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade\\_corporativa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade_corporativa)

<sup>120</sup> A criação de uma sinalética interna universal, ajustável a todas as unidades da rede, a ser utilizada na identificação dos serviços disponibilizados por cada museu, seria também uma forma acessível e rentável do espaço museu comunicar com os diferentes públicos.

<sup>121</sup> Neste sentido os formatos criados pela rede, no que respeita a brochuras informativas, catálogos e sistemas de divulgação, a estrutura/layout seria comum a todas as unidades da rede, que os pretendessem adoptar, até mesmo no sentido de rentabilizar recursos e custos de impressão. Questões de cor e tipografia, seriam alteradas consoante o cenário expositivo adoptado pelo museu. Ao nível da comunicação da colecção, que se encontra distribuída pelas diferentes unidades museológicas, como é o caso de tabelas, textos informativos e legendas de vitrinas, seria ideal manter a ideologia expressa nas estruturas de imagem corporativa, delimitar formato, material e layouts e quando necessário alterar, cor e tipografia.

No sentido lato do termo, os *equipamentos* são definidos pelas estruturas que suportam as peças nas salas de exposição (permanente/ temporária) e a forma como a iluminação é apresentada. Estas estruturas são, por vezes, inexistentes, ou adaptadas a essa finalidade, sem terem sido necessariamente projectadas para o efeito. À margem desta questão, foram detectadas duas situações: a construção de equipamentos, sem existir a formação necessária para a sua concepção (casos em que foram construídos pela secção de carpintaria da autarquia), ou ainda, unidades que admitem equipamentos encomendados a uma empresa, que se limita a construir, e não a projectar uma estrutura funcional e adaptada às exigências das peças/ colecções. Os objectivos específicos apresentados, vão referenciar possíveis estratégias de resolução, face aos problemas detectados:

- Projectação de uma linha de equipamentos permanentes, adaptados às realidades das colecções registadas;<sup>122</sup>
- Projectação de uma linha modular, que possa ser montada e desmontada diversas vezes, no sentido de integrar situações de exposições temporárias e/ou itinerantes;
- Projectação de uma linha de equipamentos, estruturalmente desenhada para integrar reservas visitáveis;
- Elaboração de um plano de iluminação, estabelecido em paralelo com conservadores, que defina potências e tipo de lâmpadas utilizadas;
- Criação de um catálogo das diferentes linhas de equipamentos e sistemas de iluminação;
- Contratação de uma empresa *outsourcing*, que em parceria com técnicos de museografia e conservação, estruturam uma linha de equipamentos permanentes, adaptados às realidades das colecções registadas e/ou estabelecer protocolos com universidades técnicas (áreas de design, engenharias de materiais e similares...), para a execução dos projectos;

---

<sup>122</sup> Com a base nos registos do capítulo anterior, pode-se partir para a elaboração de equipamentos tipo, regidos por medidas *standards*, calculadas mediante as peças de cada museu. Estas estruturas para além de serem pensadas segundo a óptica de um conservador/restaurador, têm de manter acessível a montagem/desmontagem para limpeza e manutenção e, sempre que possível, integrarem sistema próprio de iluminação.

*“Na era da informação à escala global, as acções de intercâmbio assumem uma importância fulcral e estratégica no processo de preservação, de divulgação e de afirmação das múltiplas realidades culturais (...) no caso dos museus, as redes não têm de ser, nem devem ser instrumentos de normalização e de uniformização. Devem antes constituir meios de recolha e de difusão de informação e de valorização da diferença, no âmbito da promoção da qualidade do trabalho museológico e do serviço público”<sup>123</sup>*

Respeitante ao plano museográfico dos museus em geral e da amostra em particular, esta premissa de normalização e uniformização, deve ser vista mediante uma óptica diferente da ideia explanada por Joana Sousa Monteiro, pela simples razão de que, na normalização dos sistemas comunicacionais e de equipamentos, pode advir mais-valia, para todas as unidades que os adoptarem. A cenografia pode ser reformulada, a aplicação pode especificar, cores, tipos de letra e dimensões, mas se existir uma base de trabalho para inserir essa informação e um material previamente pensado, que responda positivamente à sua função, existirá por certo, uma redução de custos. O mesmo se processa nos equipamentos, que muitas vezes não são estruturados de forma funcional para preencherem as necessidades das peças. Se a rede projectar uma linguagem de equipamentos, passível de ser integrada na maioria das unidades que delas necessitem, e que visualmente não interaja com a exposição, uma vez mais, será encarada como uma política de contenção de despesas.

86

#### **d) Desenvolver uma colaboração mútua e recíproca para a transmissão do património distrital, numa extensão cultural e educativa**

A partilha entre unidades ainda é abordada de forma superficial, pois implica disponibilidade de interacção interna, projectada em factores externos, de visibilidade das unidades pelos diferentes públicos. “Em nosso entender, a qualidade em museus é sobretudo, e acima de tudo, **participação, estudo e inovação.**”<sup>124</sup> Na aplicação do último objectivo, traçado para a RD, vão ser abordadas especificidades necessárias, respeitantes à possível interacção entre museus (no campo expositivo) e ao discurso estabelecido entre museus/ públicos e museus/ comunidades:

---

<sup>123</sup> Joana Sousa Monteiro, *A Rede Ibero-Americana de Museus no contexto da Museologia Contemporânea: Alguns exemplos de projectos na Europa*, p.274

<sup>124</sup> Isabel Victor, *Museus em Rede – Boletim da Rede Portuguesa de Museus n.º37*, Editorial

- Criação de um bilhete conjunto, que permita visitar diferentes unidades;<sup>125</sup>
- Implementação de circuitos/ roteiros entre museus;<sup>126</sup>
- Agrupar temáticas e promover a criação de exposições itinerantes;<sup>127</sup>
- Explorar colecções, ultrapassando barreiras tradicionais;<sup>128</sup>
- Incentivar dinâmicas comunitárias;
- Estabelecer protocolos com comunidades escolares;
- Programar actividades educativas;
- Criação de parcerias com turismo da região e do país;

As comunidades são o principal factor de motivação de muitas das unidades que se desenvolveram no distrito. Instrução, integração social, incentivo para o contacto com a cultura e com as origens, e acima de tudo o combate à desertificação, são os principais motivos que levaram à criação destas unidades museológicas. A integração das pessoas é fundamental e a criação de infraestruturas de apoio é a resposta impulsionadora para esse fim. Inevitavelmente, há que alargar horizontes pois, “(...) *num mundo de mercado, num mundo capitalista podemos dizer que o património é um capital, um capital do povo, um capital do território, um capital cultural (património é uma parte*

---

<sup>125</sup> Seria interessante a criação de um passe de acesso às unidades da rede. Um valor calculado mediante o número de unidades possíveis de visitar, que tivesse uma durabilidade periódica, para incutir visitas mais assíduas e regulares aos museus. Apesar de, a maioria das unidades, não admitirem esse pagamento na suas políticas de visita, há que repensar essa hipótese como um modo de financiamento.

<sup>126</sup> As temáticas das exposições, poderiam variar com mais frequência e trazer, neste sentido, uma maior afluência de públicos; prolongar actividades educativas, de modo a permitir que tivessem início numa unidade e término noutra ou outras, fomentar-se-ia a interacção entre as localidades e o intercâmbio de visitantes. Estas sinergias criadas pelo trabalho de equipa da rede desenvolveriam narrativas mais consistentes entre museus, e não só, permitiriam criar discursos internos mais consistentes, como teriam ao seu dispor, a partilha destes, na construção de um número infinito de histórias através das colecções existentes.

<sup>127</sup> A etnografia local, a arqueologia de cada concelho, a evolução das comunidades de cada território, a arte sacra da região, as artes decorativas do distrito e até mesmo numa questão mais limitada, mas ainda assim com a sua importância e qualidade, a pintura nacional e internacional. Temáticas infinitas que se podem cruzar, compor exposições de qualidade e de transmissão de conhecimento. A exploração das colecções torna-se fundamental, não só para desenvolver as comunidades afectas a estes espaços museológicos, mas também para desenvolver mais criatividade nos próprios técnicos e funcionários das unidades.

<sup>128</sup> Nos tempos que correm, o museu, tem de ser uma instituição mais intrusiva, mais participativa e empreendedora nos discursos que cria. “Os «museus para todos» implicam uma atitude pró-activa em prol das acessibilidades nas suas dimensões físicas, psicológicas, intelectuais, geracionais e identitárias.” Cit por Isabel Victor, **Museus em Rede – Boletim da Rede Portuguesa de Museus nº37**, Editorial.

*da cultura), um capital social porque pertence à comunidade, a toda a população, a todo o povo do território, e um capital económico, porque é importante para o turismo (...)*<sup>129</sup>

Fica em aberto, o pensamento de que as comunidades e público em geral se mantêm num casulo e que, ainda permanece o mito do distanciamento criado entre unidades de cultura e públicos. Sem querer, o comum visitante continua a assumir que um museu, ou um local de promoção cultural, ainda não é o seu espaço, não se sentindo inteiramente à vontade para participar, usufruir e a partir dele construir novas perspectivas para as percepções conceptuais e plásticas da vida.

É vital desenvolver a interação do Museu com a comunidade circundante, para que, em prol da inserção social, atinja níveis de qualificação cultural, de valorização do património e de renovação de práticas sociais e culturais.

---

<sup>129</sup> Hugues de Varine, *Reflexões sobre um museu de território*, p.3

### 3.3. Análise SWOT<sup>130</sup>

---

#### Principais Ilações

A Análise SWOT permite-nos efectuar um diagnóstico e análise da rede museológica do Distrito de Viseu, facilitando, através da determinação dos pontos fortes/fracos e das ameaças e oportunidades, estabelecer os factores críticos de sucesso e, através destes, sugerir um caminho assente numa visão estratégica e conseqüentemente potenciar a definição de um plano estratégico-operacional que favoreça o conhecimento, o desenvolvimento destas organizações e através delas o próprio desenvolvimento sustentado do distrito através do realce que pode ser dado ao nível do factor cultural.

Um aspecto que decorre do recurso à Análise Swot tem a ver com o facto de, ao diagnosticar internamente as forças e as fraquezas, se compreender que ambos os factores são susceptíveis de melhoria. Em relação às ameaças e oportunidades, é frequente ao utilizar esta técnica que se possa concluir o carácter transversal que estas duas tendências podem assumir. O nosso estudo não fugiu à regra e permite igualmente constatar que uma ameaça pode ser rapidamente percebida como oportunidade e vice-versa.

Do cruzamento destes quatro quadrantes torna-se fundamental compreender de que forma os envolventes interno(s) e externo(s) se trespagam pois conforme defendem os autores da teoria dos sistemas (Bertalanffy, 1975 e Durand, 1979), por um lado, qualquer organização, e um museu é uma organização, é um sistema aberto composto de vários subsistemas, que se interrelacionam e interinfluenciam de forma ao resultado final ser mais do que a soma dos seus elementos; por outro lado, só em teoria se pode encontrar um sistema fechado, porquanto a realidade revela que todos os sistemas sobrevivem pelas trocas que podem estabelecer, mais ou menos amplas, com os envolventes e outros sistemas externos.

---

<sup>130</sup> O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Não há registos precisos sobre a sua origem, mas pensa-se que foi criada por dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christensen. Há autores que indicam que a ideia da análise SWOT já era utilizada há mais de três mil, citada por um conselho de Sun Tzu: "*Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças*" (SUN TZU, 500 a.C.) In [http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise\\_SWOT](http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT)

Assim a nossa análise SWOT revela alguns aspectos:

- Todos os pontos fortes indicados são susceptíveis de melhoria;
- Todos os pontos fracos referidos podem ser melhorados;
- Pontos fortes e fracos devem ser considerados na elaboração da estratégia global de actuação da rede de museus em geral e de cada um dos museus em particular;
- As ameaças devem ser objecto de reflexão interna e desenvolvimento de planos de actuação consubstanciados em iniciativas de natureza diversa, que permita que se transformem em oportunidades e contribuam para melhorar pontos fortes e fracos;
- As oportunidades têm igualmente de merecer uma atenta reflexão no sentido de serem potenciadas e possam igualmente contribuir para melhorar as forças e fraquezas detectadas;
- A possibilidade de compreender as boas práticas existentes em cada um dos museus e de que forma, com as necessárias adaptações, possam as mesmas ser aproveitadas pelos demais museus;
- A identificação e a reflexão sobre os factores geradores de pontos fracos pode facilitar a adopção de medidas concretas que os permitam transformar em pontos fortes e principalmente evitar que os mesmos se repitam em situações semelhantes e nos diversos museus;
- Pode promover a reflexão conjunta e a comunicação entre todos os interlocutores independentemente do seu posicionamento hierárquico e funcional e dessa forma comprometer todas as pessoas com os resultados finais esperados.
- A caracterização das tendências do macro-ambiente permite identificar as principais situações de risco e oportunidade para a rede de museus em geral e cada um em particular e dessa forma poderem preparar-se antecipadamente para as situações de mudança.
- A identificação dos pontos fortes e fracos poderá ainda favorecer mudanças de mentalidade e de cultura quer ao nível da gestão quer ao nível mais operacional, envolvendo todos os interlocutores não só na busca das já referidas melhores práticas em organizações semelhantes mas igualmente nouro tipo de organizações. Poderá potenciar-se uma cultura de compromisso e empenhamento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>- <b>Auto sustentabilidade de recursos primários</b> - pessoal, materiais e equipamentos, sistemas de comunicação, não sendo necessário investimento nesta área;</p> <p>- <b>Recursos Humanos especializados</b> - as equipas de colaboradores de algumas unidades possuem formação especializada e um bom nível de competências que servirão de suporte às restantes unidades com carência desses recursos e/ou competências;</p> <p>- <b>Aplicação das melhores práticas museológicas/museográficas</b> - Adopção das normas e procedimentos definidos a nível nacional nesta área.</p> <p>- Aplicação das melhores práticas museológicas/museográficas;</p> <p>- <b>Cooperação, trabalho em equipa e em rede</b> - Existência de um protocolo entre as unidades museológicas, sistema integrado, no que se refere à informatização dos sistemas de inventário e informação organizada sobre as colecções;</p> <p>- <b>Diversidade do acervo museológico</b> - A multiplicidade e riqueza cultural e patrimonial das colecções destas unidades é sem dúvida um dos baluartes do plano.</p>	<p>- <b>Recursos financeiros limitados</b> – A diminuição da dotação orçamental atribuída à “cultura” reflectir-se-á no desenvolvimento do(s) projecto(s);</p> <p>- <b>Dimensão insuficiente dos espaços</b> - A insuficiente dimensão dos espaços de algumas unidades poderá dificultar a implementação de alguns projectos;</p> <p>- <b>Fraca percepção dos Órgãos de Gestão sobre o valor estratégico do “Museu”</b> - Este factor induz um reduzido poder para influenciar as tomadas de decisão de órgãos soberanos;</p> <p>- <b>Falta de informatização de inventário e investigação das colecções</b> - Existe ainda um número considerável de registos por informatizar, factor que inviabiliza uma consulta célere correcta da situação e não potencia eventuais interesses de pesquisa, podendo desincentivar projectos de investigação;</p> <p>- <b>Resistência à mudança</b> - este é um ponto significativo quando se trata de alterar poderes já estabelecidos e conseguir mobilizar, no compromisso e empenhamento os recursos humanos.</p>

Oportunidades	Ameaças
<p>- <b>Projecto de um espaço online para a rede</b> - Hoje em dia, as redes, representam uma nova tendência de partilhar contactos, informações e conhecimentos. O crescimento de redes profissionais representam uma nova oportunidade para acelerar o processo de pesquisa, promoção dos serviços e competências;</p> <p>- <b>Política de mecenato das Instituições</b> - Poder-se-ão envolver as instituições locais em campanhas de sensibilização de mecenato, com vista à preservação e divulgação do património;</p> <p>- <b>Novas tecnologias de informação e comunicação</b>- A utilização maximizada das mais recentes tecnologias de informação e comunicação são de extrema importância para a rentabilização e visibilidade dos recursos e serviços junto dos clientes;</p> <p>- <b>Riqueza Turística da Região</b> – Sendo o distrito de Viseu, uma região demarcada pela linha do Douro, serras da Estrela e Caramulo e uma acentuada diversidade termal;</p> <p>- <b>Crescimento acentuado do número de visitantes</b>- A área de influência de cada uma das unidades museológicas poderá potenciar um acréscimo do número de visitantes às restantes unidades da rede;</p> <p>- <b>Divulgar e promover o nosso património</b> – Protocolos com Instituições Culturais e de Serviço Público que favoreçam a divulgação e o conhecimento do público acerca dos museus no Distrito e sua importância para a identidade cultural.</p>	<p>- <b>Políticas de restrição orçamental</b> - A conjuntura económica desfavorável contribui para que as políticas para a cultura sejam de redução das dotações do orçamento do Estado, factor condicionante da viabilização dos projectos, contribuindo ainda para uma menor disponibilidade de patrocínios e mecenato;</p> <p>- <b>A não inscrição das unidades nas redes</b> - a falta de empenho e motivação para fazer parte da rede é uma forte ameaça ao desenvolvimento do projecto;</p> <p>- <b>Instabilidade da Gestão Museológica</b> - A mudança, ao nível dos elementos que integram os corpos de direcção, pode implicar um clima de instabilidade no que respeita à concretização de planos, metas e objectivos.</p>

No quadro seguinte está efectuada a **Análise SWOT** traçada para a criação de RDM. De que forma as Ameaças e Oportunidades da criação de uma rede, podem influenciar os pontos Fortes e Fracos:

N=NEUTRO

A=AUMENTA

D=DIMINUI

		Envolvente Interna										
		Pontos Fracos					Pontos Fortes					
		Recursos financeiros limitados	Dimensão insuficiente dos espaços	Fraca percepção dos Órgãos de Gestão sobre o valor estratégico do “Museu”	Falta de informatização de inventário e investigação das coleções	Resistência à mudança	Auto sustentabilidade de recursos primários	Recursos Humanos especializados	Aplicação das melhores práticas museológicas/ museográficas	Cooperação, trabalho em equipa e em rede	Diversidade do acervo museológico	
Envolvente Externa	Ameaças	Políticas de restrição orçamental	A	D	A	A	A	D	N/D	N/D	A	D
		A não inscrição das unidades nas redes	N	N/A	A	A	A	D	N/D	N/D	N	D
		Instabilidade da Gestão Museológica	A	N	D	N/D	A	D	N/D	N/D	A	D
	Oportunidades	Projecto de um espaço online para a rede	N	A	D	D	D	A	A	A	A	A
		Política de mecenato das Instituições	D	D	D	D	D	A	A	A	A	A
		Novas tecnologias de informação/ comunicação	D	D	D	D	D	A	A	A	A	A
		Riqueza Turística da Região	D	D	D	D	D	A	A	A	A	A
		Crescimento acentuado do nº visitantes	D	A/D	D	D	D	A	A	A	A	A

### 3.3.1. Análise e Possíveis sugestões de Melhoria

Ao realizar uma Análise SWOT como atrás se referiu, há que procurar propostas para actuar sobre os pontos fracos, que estão no âmbito do envolvente interno, no caso do estudo em questão, da rede de museus em geral e cada um em particular. Em relação às ameaças que decorrem do envolvente externo de carácter mais macro, as sugestões vão num sentido mais restrito de eventuais orientações.

#### **Melhorar os pontos fracos**

Os “Recursos financeiros limitados” (Pf) interactivam negativamente com as “Políticas de restrição orçamental” (A) é um facto. No entanto a oportunidade que se pode gerar com a existência de uma efectiva “Política de Mecenato das Instituições” (O) e o “Projecto de um espaço online para a rede” (O) aliada à “Auto sustentabilidade de recursos primários”(PF) , os “Recursos Humanos especializados” (PF), “Aplicação das melhores práticas museológicas/ museográficas” (PF), “Cooperação, trabalho em equipa e em rede” (PF) e “Diversidade do acervo museológico” (PF) podem ter um importante impacto na diminuição da quebra de recursos financeiros e ser, uma fonte de inovação e criatividade que devidamente estimulada possa contribuir para em época de restrições orçamentais vingue o ditado popular que a “necessidade aguça o engenho” e se possa fazer mais e melhor com menos. Por outro lado os pontos fortes podem conduzir a um plano realista de prioridades que permita desenvolver iniciativas que não só acrescentem valor cultural como inclusivé financeiro.

A “Dimensão insuficiente dos espaços” (Pf), pode ser contrariada com as oportunidades identificadas de “Projecto de um espaço online para a rede” (O) e das “Novas tecnologias de informação/ comunicação” (O).

A “Fraca percepção dos Órgãos de Gestão sobre o valor estratégico do “Museu” (Pf), poderá através das oportunidades e da conjugação com pontos fortes identificados e que a seguir se indicam, contribuir para uma melhor auto-percepção do papel a assumir pelos órgãos de gestão, na sua actuação directa. Simultâneamente contribuir para posicionar o “museu” num envolvente mais alargado do ponto de vista estratégico como organização e «como organização potenciadora do desenvolvimento do distrito e do país»

- Projecto de um espaço online para a rede (O);
- Riqueza Turística da Região (O);
- Crescimento acentuado do nº visitantes (O);
- Recursos Humanos especializados” (PF);
- Aplicação das melhores práticas museológicas/ museográficas” (PF);
- Cooperação, trabalho em equipa e em rede (PF);
- Diversidade do acervo museológico (PF).

A “Falta de informatização de inventário e investigação das colecções (Pf)” poderá, através da janela de oportunidades que se abrem com as “Novas tecnologias de informação/ comunicação (O)”, transformar-se num ponto forte. As novas tecnologias existentes e as redes de comunicação digital, que hoje em dia se vulgarizam, podem contribuir para lançar acções de captação do interesse pela pesquisa e investigação, numa articulação entre estes museus e universidades/ núcleos de investigação que se dedicam a estas temáticas do campo museal,.

A “Resistência à mudança” (Pf) tem a nosso ver uma interacção negativa com a “Instabilidade da Gestão Museológica” (A) porquanto estes factores são geradores de inseguranças, incertezas e consequentes ambiguidades que potenciam situações de entropia nos vários subsistemas nomeadamente de decisão, comunicação e gestão corrente. A “Resistência à mudança” (Pf) poderá ser ultrapassada pelos reforços positivos que decorrem da percepção da “Riqueza Turística da Região” (PF) e do “Crescimento acentuado do nº visitantes” e respectivo feed-back positivo dos mesmos.

O reconhecimento por outras instituições da importância dos museus, por exemplo no incremento do turismo cultural no distrito, na dinamização de outras actividades e organizações, pode contribuir para diminuir os níveis de resistência à mudança. É no entanto fundamental que cada museu compreenda que o reconhecimento dos demais tem de ser conquistado e que tal nem sempre envolve recursos financeiros.

## **Aprender com as ameaças**

“Políticas de restrição orçamental” (A), tempos difíceis exigem que se consigam rentabilizar ao máximo todos os recursos que existam, a começar pelos recursos humanos. O capital humano existente, transporta consigo todo um manancial de conhecimento, experiência, ideias que urge aproveitar, valorizando e reconhecendo. As pessoas podem ser o melhor antídoto para situações de restrições orçamentais pois incentivadas e genuinamente reconhecidas poderão dar em criatividade e brio o que escasseia em recursos.

“A não inscrição das unidades nas redes” (A) é de facto uma ameaça, no entanto há que saber aproveitar as adversidades para com um trabalho profissional mostrar que organizações menos mediatizadas podem estar no mapa e merecem fazer parte da agenda cultural do país

“Instabilidade da Gestão Museológica” (A), nem sempre política cultural significa uma política de cultura. Cada vez será mais necessário perceber que quem parte deve em princípio ter feito algo de positivo que deve ser aproveitado e integrado nos novos projectos. A instabilidade pode ser compensada com doses de planeamento e de trabalho que orgulhem a gestão não de estar num trampolim mas no cumprimento de uma missão. É caso para dizer “Sorria, está num museu”.

Chegado a este ponto, importa reter o seguinte:

O Distrito de Viseu, composto por 24 concelhos, regista 44 unidades museológicas das quais, 34 foram visitadas e se procedeu a um estudo da sua gestão e recursos.

Não existindo um cadastro da realidade museológica global, foi feito o seu levantamento, elaborado um questionário, complementado com a visita e o registo fotográfico destes museus, dados concretos da amostra, que permitiram aprofundar noções do conjunto.

A malha museológica admite unidades com tutelas diferenciadas, sendo a privada, (associações, particulares e fundações), a que assume maior percentagem; com valores próximos, unidades que dependem de gerência pública local e numa percentagem mínima, museus que dependem da administração central do Estado, IMC. Em questões de credenciação, apenas três unidades pertencem à RPM.

A informação recolhida permitiu avaliar potenciais e limitações dos museus dispersos pelo distrito.

Indicadores de heterogeneidade museológica, contrastes de edifício, instabilidade dos discursos apresentados, formação técnica pouco especializada e uma consequente gestão deficitária a necessitar de rápida intervenção.

Numa outra vertente, o ímpeto de crescimento destes “auto designados” museus, surpreendeu, pois, assumem missões de combate à desertificação, preservação de memórias e de identidade, factores que remetem para a definição de valores de cidadania e património.

A necessidade de mudança pautou a criação de uma Rede de Museus Distrital, um interface de disseminação de conhecimento, tão real, quanto necessário, em plena era das tecnologias.

A consulta de modelos de redes, já implementados na sociedade, como estruturas organizacionais de base, proporcionou desenvolver aspectos particulares e fulcrais para a criação da RDM.

A estratégia de cooperação, trabalho de equipa entre museus, disponibilidade para melhorar a formação interna, promover parceiros junto de universidades e de organizações de cariz associativo, capazes de visionar estruturas museológicas activas e participativas nas comunidades, são perspectivas promissoras e necessárias na institucionalização de uma qualidade dos tecidos museológicos dispersos pelo país.

O conjunto de ideias dissertadas, não é uma conclusão, mas um projecto à espera de ser testado e transformado, num contínuo processo de avaliação e melhoria.

Conhecer mais aprofundadamente a envolvimento museal que me rodeia todos os dias, permitiu-me enquanto cidadã e potencial agente cultural, criar uma maior consciencialização e alargar os horizontes, sobre, o que o conceito de património para a cidadania, implica.

A investigação continua, e vejo como necessário e urgente, um levantamento referencial de todas as unidades museológicas do país, num esforço comum das realidades que partilham ideologias patrimoniais e educativas como motores vivos de uma sociedade onde *“A mais importante actividade de uma rede é... trabalhar em rede... um processo e não um produto”*.<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Margherita Sani, **Rede Portuguesa de Museus: uma visão exterior**, p. 9

AGREN, Per-Uno – “Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus”. In Fórum Internacional Redes de Museus: Actas. Lisboa: IPM, 2002, pp. 17-24.

BERTALANFFY, Ludwig Von - **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Editora **Vozes Ltda.**, 1975, 351p.

CAMACHO, Clara Frayão - **O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes de museus**[em linha]. In I Encontro de Museus do Douro: Actas, 24 de Setembro de 2007 [Consult. 2011-10-01]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/pdf/clara\\_camacho.pdf](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/clara_camacho.pdf)

CAMACHO, Clara Frayão – o Panorama Museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus. **Muscal**: Revista do Museu Municipal de Faro. Faro: Câmara Municipal de Faro. ISSN 1646-4202, nº1 (Maio 2006), p. 8-25

DURAND, Daniel - **La systémique, Que Sais-Je**. Paris : PUF, 1979

FAUVRELLE, Natália; MARQUES, Susana – **MUD: uma rede de museus para o Douro**[em linha]. In I Encontro de Museus do Douro: Actas, 24 de Setembro de 2007 [Consult. 2011-10-01]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/pdf/natalia.pdf](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/natalia.pdf)

FERNÁNDEZ, Luis Alonso - **Museología: introducción a la teoría y práctica del museo**. Madrid: Istmo, 1993. 424 p. ISBN 84-7090-278-4

**Fórum Internacional Rede de Museus: actas**. Lisboa: Instituto Português de Museus, DL 2002. 235 p. ISBN 972-776-164-X

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri - **Le musée et la vie: um texte commenté et illustré de cinquante dessins originaux**. Paris: La Documentation Française, 1977. 95 p.

---

<sup>132</sup> FRADA, J. J. Cúcio - *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. 8ªed. Lisboa: Edições Cosmos, 1987. ISBN 972-8081-56-1

NP 405-1. 1994, *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Documentos impressos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade. 49 p.

NP 405-2. 1998, *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 2: Materiais não livro*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade. 27 p.

NP 405-3. 2000, *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 3: Documentos não publicados*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade. 18 p.

NP 405-4. 2002, *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 4: Documentos eletrónicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade. 26 p.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández - **Manual de Museología**. Madrid: Síntesis, 1994. 318 p. (Biblioteconomía y Documentación). ISBN 84-7738-224-7

JUNIOR, José do Nascimento; CHAGAS, Mário de Sousa, orgs. - **Ibermuseus 1: Panoramas Museológicos da Ibero-américa**. Brasília: Instituto do Património Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008. 288 p. ISBN 978-85-7334-074-7

JUNIOR, José do Nascimento; CHAGAS, Mário de Sousa, orgs. - **Ibermuseus 2: Reflexões e comunicações**. Brasília: Instituto do Património Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008. 288 p. ISBN 978-85-7334-075-4

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia; CAMPAGNOLO, Henri - **O conceito de «Rede»: incidências, sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas**. In Fórum Internacional Rede de Museus: actas. Lisboa: Instituto Português de Museus, DL 2002. 235 p. ISBN 972-776-164-X. p. 25-27??

LORENC, Jan; SKOLNICK, Lee; BERGER, Craig - **What is Exhibition Design?** Switzerland: RotoVision, 2007. 256 p. ISBN 978-2-940361-66-3

MALRAUX, André - **O Museu Imaginário**. Lisboa: Edições 70, 2011. 285 p. (Arte & Comunicação; 70). ISBN 978-972-44.1647-2

MONTEIRO, Joana Sousa – **A rede ibero-americana de museus no contexto da museologia contemporânea: alguns exemplos de projectos na Europa**. In . Ibermuseus 2: Reflexões e comunicações. Brasília: Instituto do Património Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008. ISBN 978-85-7334-075-4 p. 274-283

**Museologia.pt**. Instituto dos Museus e da Conservação. Ano I, nº 1 (Maio 2007). Lisboa: IMC, 2007. ISSN 1646-6705

**Museologia.pt**. Instituto dos Museus e da Conservação. Ano II, nº 2 (2008). Lisboa: IMC, 2008. ISSN 1646-6705

OLIVEIRA, Ana José A. C. de – **Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira[em linha]** In I Encontro de Museus do Douro: Actas, 24 de Setembro de 2007 [Consult. 2011-10-01]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/pdf/anaoliveira.pdf](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/anaoliveira.pdf)

PÉREZ DEL CASTILLO, Maria José – **Los Museos en Extremadura. Museal: Revista do Museu Municipal de Faro.** Faro: Câmara Municipal de Faro. ISSN 1646-4202, nº3 (2008), p. 108 – 116

PETTERSSON, Susanna, ed. lit. - **Encouraging Collections mobility: a way forward for museums in Europe.** Helsinquia: Finnish National Gallery, 2010. 336 p. ISBN 978-951-53-3286-8

PORTUGAL. Ministério da Cultura. IMC - **Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos.** Lisboa: IMC, 2007. 134 p. (Temas de Museologia). ISBN 978-972-776-322-1

RAMOS, Paulo Oliveira – **Breve História do Museu em Portugal.** In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz[coord] - **Iniciação à Museologia.** Lisboa: Universidade Aberta, 2002. ISBN 972-674-104-1. p. 19-62.

RICO, Juan Carlos - **Montaje de exposiciones: museus arquitectura arte.** Madrid: Sílex, 2001. 261 p. ISBN 84-7737-061-3

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, coord. - **Iniciação à Museologia.** Lisboa: Universidade Aberta, 2002. 275 p. ISBN 972-674-104-1

101

---

SANI, Margherita – Rede Portuguesa de Museus: uma visão exterior. **Museus em Rede: Boletim da Rede Portuguesa de Museus.** Ministério da Cultura: IMC. ISSN 1647-8576, nº 37 (Outubro 2010), p. 9-10

SEMEDO, Alice Lucas - **Outras redes: parcerias-mais-que-(im)prováveis [em linha].** In I Encontro de Museus do Douro: Actas, 24 de Setembro de 2007 [Consult. 2011-10-01]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/pdf/alice\\_semedo.pdf](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/alice_semedo.pdf)>

SILVA, Raquel Henriques et al. – Inquérito aos Museus em Portugal. Lisboa: IPM, 2000. 260 p. ISBN 972-776-041-4.

SOARES, Isabel – A realidade museológica no Algarve: perspectivas para o séc. XXI. **Museal: Revista do Museu Municipal de Faro.** Faro: Câmara Municipal de Faro. ISSN 1646-4202, nº1 (Maio 2006), p. 26-33

VARINE, Hugues de – Reflexões sobre um museu de território[em linha]. In I Encontro de Museus do Douro: Actas, 24 de Setembro de 2007 [Consult. 2011-10-01]. Disponível em WWW. <URL: [http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/pdf/hugues.pdf](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/hugues.pdf)>

### **Legislação**

DESPACHO Normativo 3/2006. **D.R. I Série**. 18 (2006-01-25) 603-608

LEI nº 47/2004. **D.R. I Série**. 195 (2004-08-19) 5379-5394

### **Sites**

<http://viseu2.com.sapo.pt/caracterizacaodistritoviseu.htm>

[http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/o\\_imc/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/o_imc/ContentDetail.aspx) www.ipmuseus.pt

<http://www.daosul.com/pt/go/valores-globalwines>

<http://www.grupovisabeira.pt/>

<http://www.termas-spsul.com/termalistur.asp>

<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=conjunto>

<http://www.cg09.fr/v2/accueil.asp>

<http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/ferramentas/faqs.html>

[http://www.cm-loures.pt/p\\_1m35\\_ALupa.asp#1](http://www.cm-loures.pt/p_1m35_ALupa.asp#1)

[http://www.cm-loures.pt/doc/regulamentos/Reg\\_RMuseusLoures.pdf](http://www.cm-loures.pt/doc/regulamentos/Reg_RMuseusLoures.pdf)

<http://www.museudodouro.pt/>

[http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/index.html](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/index.html)

[http://www.museudodouro.pt/exposicao\\_virtual/actas.html](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/actas.html)

[http://www.cm-loures.pt/doc/regulamentos/Reg\\_RMuseusLoures.pdf](http://www.cm-loures.pt/doc/regulamentos/Reg_RMuseusLoures.pdf) ???

### **Outras Referências**

Brochuras e desdobráveis das unidades museológicas.